



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Essa aí é SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso é da SEA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Qual é o papel da Secretaria de Governança no governo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A Secretaria de Integridade e Governança ela taria dentro da segunda linha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ela faz?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Seria a parte de integridade e governança, de acordo com a Lei 17.715.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor poderia explicar para nós aqui, porque nós não trabalhamos lá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas... eu... a minha parte é a CGE. Não é a...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não... o senhor sabe o que faz a Secretaria de Governança? Eles são subordinados ao senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, não. A subordinação dela é à Casa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ah, Casa Civil?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá, melhor ainda.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não é subordinação à CGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bom. Ela é subordinada à Casa Civil. Qual é o papel dela?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – É trazer a segurança jurídica em termos de integridade, em termos da legislação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Em termos de legislação, contrato.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Isso. A integridade, né, a relação das pessoas com o fazer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não é isso?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe o que fez a Secretaria de Governança nesse período da pandemia, as ações que ela tomou, a recomendação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Eu não... ela tem... estava trabalhando na área de gerenciamento de riscos, com o objetivo de fortalecimento da segunda linha.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sabe o que eu posso dizer para o senhor? Que em um ano e meio formada, essa Secretaria não fez nada. Era bom o senhor, como Controlador, controlar isso, não é?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Mas ela está vinculada...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para concluir, senhores Deputados, para concluir.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Tá, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O governo mandou para cá, no dia 1º de abril, um projeto de lei. No dia 2 ele retirou o projeto de lei pedindo autorização para fazer compra antecipada. Foi no mesmo dia em que fez o pagamento antecipado da compra dos respiradores.

O senhor participou da elaboração desse projeto de lei?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor teve conhecimento dele?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Só conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem passou esse conhecimento para o senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Na realidade é em função dos grupos de trabalho, não é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A Defesa Civil, a Casa Civil?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não, é mais em função que os auditores estavam acompanhando todo o movimento e isso era discutido... nas reuniões.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor sabe por que o governo mandou e tirou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Doutor, Felipe, boa tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Eu fui Secretário de Estado, assim como o Deputado Sopelsa, que está nos acompanhando via videoconferência, e o Deputado Cobalchini, também foram Secretários de Estado, e nós tínhamos certos regramentos para fazer os processos licitatórios, para as autorizações, tinha o grupo gestor, tinha a aprovação do Governador, nenhuma compra expressiva era autorizada sem conhecimento do Governador.

Eu não sei como funciona o governo hoje e o que a Controladoria, que é um órgão novo que foi criado, mudou nesses procedimentos. O senhor poderia dizer para a gente o que mudou do Estado antes, com os controles que tinha, com a necessidade dos ritos de aprovação etc., e como o senhor implementou isso para que nós pudéssemos chegar a contratos como estão saindo agora, sem ninguém saber de nada, ninguém sabe dizer nada do que aconteceu?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA – A... o rito ele continua igual. A questão legal ela tem que ser atendida. Qual é a grande diferença, né, vamos dizer assim, que o remédio, ele tem um gosto amargo? Se eu for mencionar duas operações, a Patriarcado e a Arritmia, que envolvem questões da Saúde, essas duas me somam 110 milhões, está certo? É um trabalho conjunto que nós estamos fazendo com o Ministério Público Federal. Isso é coisa lá de trás. Independente do período, o que nós tínhamos lá atrás? O SGPE ele apresentava tão somente a movimentação do processo, em alguns casos. O processo na íntegra não estava no SGPE, o.k.?

O que que nós temos hoje? Nós temos hoje uma mudança... por isso que eu digo que o remédio ele é amargo, uma mudança onde obriga você ter a transparência dos contratos, muito embora esse contrato, essa aquisição ela se mostra ineficaz em tudo. Não é isso? Está lá, todos os erros estão lá.

Então... é... essa do Patriarcado eu não sei quanto que eu posso recuperar ou se eu vou recuperar alguma coisa desses 110 milhões. E quanto tempo depois teve uma ação eficaz do Estado, né? Por pior que venha a ser essa questão dos respiradores, que é ruim, é, não se justifica, porque eu digo que é uma questão de conduta, porque... ou é dolo ou é... dolosa ou culposa, porque você tira os controles e você passa a assumir o risco.



Mas o Portal da Transparência tava lá. Quando a matéria, né, ela se apresentou, essa matéria buscou dado do Portal da Transparência. Quando o... o... dos... dos... EPs, de 70 milhões, que não dá 70 milhões, dá 77, porque eram 14 milhões de dólares, ele se apontou a primeira vez, ele aprontou lá pelo Portal da Transparência. Então tava lá, compras Convid. Então ace... acendeu o sinal vermelho. [Transcrição: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Então, a agilidade, houve uma agilidade, foi *a posteriori*, foi, mas num curto espaço de tempo, né? Tanto que nós conseguimos bloquear aí praticamente 11 milhões de um lado e mais os respiradores, 12 milhões do outro. Se justifica? Não se justifica, né, mas você tá mudando o parâmetro, você tá mudando o paradigma da informação dentro do governo, tá? Então isso tá trazendo reflexos.

Então existiam problemas? Existiam, como existe hoje, né? Esse da... e, e, Educação é um problema interno? É um problema interno. Como é que se chegou a isso? Se fazia uma licitação prum projeto básico, não é isso, um projeto básico pra compra de uma escola, era entregue o projeto básico, não é isso, pra construir uma determinada escola, não se fazia uma conferência de tudo que foi entregue aqui.

Então você tinha projeto básico com sobrepreço. Esse projeto básico você faz um processo licitatório agora pra contratar a obra, com base num projeto básico que tá mal estruturado. Então o problema ele vinha pra frente. Então no momento que nós... hum... passamos a ter um monitoramento de edital, um portal de transparência, essas fragilidades elas aparecem com maior facilidade, tá? Aí você tem a questão do controle social, que vem a contribuir com isso, né?

O que eu quero dizer é que não se justifica, na realidade, você atestar algo que você não recebeu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Luiz Felipe, o senhor explicou, mas não disse nada. Quando eu participei do governo já tinham sistemas de controle onde se controlava desde a licitação até a execução das obras em tempo real, com pagamento e tudo e todo mundo via aquilo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Estado estava organizado.

Eu lhe fiz essa primeira pergunta porque uma das funções que eu entendo que a criação desse órgão deve ser tanto de cuidar da formalidade legal dos processos, quanto proteger o gestor de eventual malversação do dinheiro público dentro da esfera pública, que sabemos que existe.

Essa questão da pandemia não pode, simplesmente pela pandemia e pelo pavor que se criou na população... Os gestores públicos têm que ser centrados, têm que ter pé no chão, porque se os gestores públicos não foram centrados e não tiverem pé no chão, o que nós vamos exigir de quem são nossos subordinados ou o que nós vamos explicar para a população?

E nós vimos durante a gestão dessa pandemia uma fragilidade total, tanto nas decisões quanto nos critérios utilizados para se fazer o enfrentamento. E na sua função de proteger o governo, em nenhum momento o senhor teve notícias de que um negócio tão grande, como por exemplo o hospital de campanha, que o senhor disse que o senhor participou lá, que foi chamado, o senhor não alertou o Governador que ele não deveria assinar esse contrato do hospital de campanha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Boa pergunta essa sua.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque ele assinou. Ele assinou.



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A, a, boa essa sua pergunta.
O decreto ele começou dia 17/3/2020. Não é isso? O decreto relacionado à pandemia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A primeira ação na qual eu participei, e fui convidado, foi lá então em 31 de março. Essa... esse planejamento, essa execução de 17/3 a 31 de março não teve a participação da CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ninguém...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...do governo nem o Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em nenhum momento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...nenhum Secretário, Deputado Kennedy, julgou a CGE um órgão importante para participar de um processo desse. É um negócio de doido.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É lamentável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É um negócio de doido, é um negócio de quem não quer transparência mesmo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então só pra...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O senhor sabia que o Governador deixou, porque ele sabia, dava entrevista todo dia, se reunia todo dia lá no Coes com o pessoal, que o Governador sabia que estava pagando esses 33 milhões antecipados, que eles estavam superfaturados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Desconheço essa informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas nós sabemos que o Governador sabia, porque antes desse contrato da Veigamed...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O Governador, no dia 24, assinou um protocolo de intenções com a empresa Intelbras para que ela trouxesse os ventiladores, os respiradores para Santa Catarina.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sem custos para o Estado, só o custo de internação e o preço dos equipamentos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Poderia se trazer os duzentos que precisavam, não só os cem como...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas esses respiradores eram pra junho. Pra junho. Ela recentemente ela pediu uma antecipação de recursos, nós fizemos uma análise desse processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Na época, quando foi assinado pelo Governador, a previsão de entrega ela abril, na época. Depois disso a previsão passou para maio porque os ventiladores iam sendo vendidos e a Intelbras disse que a empresa lá, para garantir a entrega, precisava de 30% antecipado. O senhor conhece todo esse processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Conheço parte dele, porque ele foi analisado na CGE agora no mês de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor não tomou conhecimento antes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, só tomamos conhecimento...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Antes o senhor não sabia de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Só tomamos conhecimento no momento que ele foi pra análise da CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque tem um documento aqui nesse processo, que prova o que eu obtive dos empresários, que só não trouxeram os duzentos, e não trouxeram antes, porque eles não tinham fôlego financeiro e o Estado não quis pagar os 30% antecipados, com uma justificativa de que pela Lei 4.320 não podiam pagar antecipado. Só que três, quatro dias depois daí podiam pagar antecipado 33 milhões sem garantia de entrega, porque a entrega era para ser para o dia 4 ou 5, até hoje nós não recebemos nada, de uma empresa que não tinha capacidade de dar garantias da operação, que não tinha *expertise* para isso e ninguém alertou ninguém sobre isso?

Quem é a pessoa que tem uma caneta tão forte de 33 milhões dentro do governo, sem o Governador saber, que dá um dinheiro para uma empresa que não tem condição de dar garantia de que vai entregar um negócio, que não tem patrimônio para isso, que não tem *expertise* para fazer esse tipo de aquisição? Quem é que tem uma caneta tão grande? Que estrutura é essa de governo que permite um iluminado lá dentro, sem o Governador saber, de mandar 33 milhões e sem saber se nós vamos receber alguma coisa em troca?

O senhor podia responder isso para nós?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É a autonomia da Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É autonomia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É autonomia dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então o Secretário fez...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — (*Ininteligível.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...não precisa pedir autorização para o Governador...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...não precisa passar pelo Grupo Gestor, não precisa de nada disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nada disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ah, então o Estado está bem, viu? O Estado está bem, não é aquele Estado que eu participei, que as coisas eram controladas mesmo. Por isso que nós temos tantos processos com problemas, não é só esse. E o senhor está preocupado em olhar os processos do passado, dos outros governos, decerto...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e não está preocupado...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...nós temos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...em analisar os processos desse governo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós estamos olhando os processos desse governo também. Também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tem coisas, doutor Luiz Felipe, que fogem da lógica, até do bom senso. Por exemplo, a mesma Secretaria de Estado da Saúde, não sei se acolhendo as suas determinações rígidas de controle para fazer qualquer ato, não conseguiu fazer durante um ano inteirinho convênios com



Municípios das emendas impositivas dos Deputados para passar dinheiro lá para a ponta, para a pessoa cuidar do povo ou para um hospital, porque a burocracia que eles introduziram lá para fazer um convênio pedia até a carteirinha do SUS da pessoa que eventualmente seria atendida. Chegou a esse descalabro.

Não sei qual é a participação da CGE para montar uma estrutura dessa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E por outro lado o iluminado tem uma caneta poderosa que assina 33 milhões, que num dia anterior, dia 1º de abril, está aqui assinado...

(Passa a ler.)

“CARTA DE AUTORIZAÇÃO

O ESTADO DE SANTA CATARINA, pessoa jurídica (...) representado pelo seu **Excelentíssimo Governador**, Sr. Carlos Moisés da Silva e pelo seu **Secretário de Estado da Saúde**, Sr. Elton de Souza Zeferino, vem pelo presente, declarar para os devidos fins e a quem de direito possa interessar, que autoriza a empresa Intelbras S/A – Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, suas sucursais e filiais, a negociar, adquirir e importar para fornecimento ao Estado de Santa Catarina, equipamentos denominados ventiladores.

(...)

Florianópolis/SC, 1º de abril de 2020.” *(Cópia fiel.)*

A base disso foi a Proforma Invoice de sete milhões e pouco de reais para cem ventiladores. Quer dizer, todo mundo assinou isso, o Governador assinou isso, ele sabia que uma empresa catarinense, de boa-fé, poderia lhe ajudar a trazer os respiradores por, no caso duzentos... só multiplicar por dois, 14 milhões. Mas no dia 2 de abril o Estado paga 33 milhões para essa empresa desqualificada...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — *(Gesticula com a cabeça que sim.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...que o senhor há de convir que ela não tem qualificação pra essa negociação, e não passou pelo crivo de ninguém.

Então o senhor concorda conosco que existe, de fato, uma calamidade administrativa no governo de Santa Catarina, que não se consegue fazer nada.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não se consegue fazer nada.

No ano passado inteiro a Secretaria da Educação não conseguiu fazer uma licitação de reforma, dar ordem de serviço para recuperar uma escola do Estado. Tudo, tudo caindo aos pedaços. Dinheiro sobrando, dinheiro no caixa e não consegue fazer.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Ininteligível.)

Há burocracia. Há integridade. Há não sei o quê. Mas as coisas lá na ponta não estão chegando. O que está acontecendo neste governo que tantos absurdos desses acontecem e o senhor, como um órgão novo feito pelo Governador, autorizado pelo Governador... Que nós aqui, Deputado João Amin, votamos por unanimidade, porque demos um voto de confiança para um novo governo, vamos deixar ele montar a sua Secretaria de Integridade, vamos deixar ele montar a CGE, já tem o grupo de auditores do Estado. Bom, ele quer fazer assim, vamos dar o voto de confiança para ele. Mas nada está funcionando. Nada está funcionando.

Então, doutor Luiz Felipe, eu só queria entender como é que o senhor, como um órgão de conformidade legal, que tem por obrigação proteger o seu Governador, que é o seu superior hierárquico, não discutiu isso, dizer: Governador, o senhor não pode assinar



esse negócio do hospital de campanha, o senhor não pode autorizar os caras comprarem por 33 milhões de uma empresa dessa, sendo que a empresa aqui está se oferecendo para trazer pela metade do preço, menos da metade do preço. Será que ninguém alertou o Governador, porque ele sabia de tudo isso?

Então, é isso que eu gostaria de entender: até onde vai a participação do órgão que o senhor é o responsável e até onde começa a responsabilidade dos seus superiores em atos criminosos como nós vemos aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá. Então se nós formos olhar o ano de 2019, não é isso, a... nos últimos quatro anos o... foi um ano do dezenove que o Estado teve resultado primário positivo.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: "Não fez nada.")

Estado primário positivo. Isso significa dizer... isso significa dizer quê? Nós trabalhamos com controle, gestão e governança.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Me desculpa, me desculpa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu sou empresário, sou membro da Comissão de Finanças, analiso os balanços do Estado e o Estado só teve resultado positivo porque nós saímos de uma recessão profunda do Brasil e 2019 foi o recorde de arrecadação, o Estado teve mais de 2 bilhões de excesso de arrecadação...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...e teve menos de 100 milhões de economia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tudo isso eu sei, o senhor não precisa me dizer.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então não pode fazer esse discurso aqui que fazem aí para a população e querendo enganar quem não sabe das coisas. Eu sei das coisas. O Estado não fez absolutamente nada para ter esse *superavit*, foi a força do trabalhador catarinense que deu esse *superavit* à economia catarinense, que deu esse *superavit* para o Estado de Santa Catarina. E talvez ficou tão bochechudo que não controlou mais nada, começou a gastar mau o dinheiro, como a gente está vendo em tantos setores que não é só na pandemia, mas isso nós vamos tratar mais para a frente.

Então, essa de dizer que criaram economia em função da gestão, ã-ãh, nós sabemos o número exato da economia, a economia foi mínima, mínima, mínima, mínima! Essa é a grande verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Consulto os Deputados Moacir Sopelsa e Cobalchini, que estão participando de forma remota, se desejam fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu peço a palavra, para falar depois do Sopelsa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Obrigado. Agradecido, Deputado Sargento Lima.

Luiz, né?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Doutor Luiz...



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Especificamente e bem objetivo, na questão da compra dos respiradores, qual foi a participação da Controladoria-Geral do Estado que o senhor preside, a participação na análise do processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O que chegou, que documentação você analisou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós analisamos o processo a partir da data de 18 de abril, a pedido da Secretaria...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — 18 de abril? O que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril, a partir da Secretaria... a partir de um pedido da própria Secretaria da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Certo.

O que foi analisado nesse momento? Quais os itens?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos os itens. O que constava no processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Todos. Quais?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, o que estava no processo. Então a legalidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quais os itens que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...a legalidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O senhor pode citar algum?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...a legalidade do processo. Então a questão do pagamento antecipado, a ausência de identificação de representante na proposta, improbidade de orçamentos, documentos que faziam referências, né, de forma divergente, enfim, endereços...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — (*Ininteligível.*)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...incapacidade da empresa é... Veigamed em executar o contrato, enfim. Isso aí foi identificado a partir da análise. O que todo mundo já conhece.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo bem.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo bem, estou satisfeito.

Só em tudo isso foi dado com legalidade, porque a empresa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...que a empresa tinha condições de...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Aí no dia... foi mandado uma notificação pra Veigamed visando o equilíbrio... o reequilíbrio econômico- financeiro, porque até aquele momento o que se tinha era uma compra num valor e a entrega no outro, tá certo? Aí foi solicitado (*o depoente folheia documentos*), foi solicitado instauração de investigação preliminar com base na Lei 2.846 e a Anticorrupção 1.106. E solicitar também a instauração de sindicância investigativa referente aos atos praticados no curso do processo da SES.



Então foram essas as três medidas iniciais é... adotadas pela Controladoria-Geral do Estado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Tudo isso foi antes de acontecer o pagamento e o fechamento do negócio.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não, após o pagamento. Tudo isso após.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Após?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Após o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Após o pagamento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Após o pagamento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Anteriormente nós não tínhamos conhecimento do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer, a Procuradoria só foi consultada depois que o negócio estava concretizado, pago antecipado, sem que se tivesse uma segurança da empresa, que de fato era uma empresa idônea, que o cadastro permitia que fosse pago antecipado? Tudo isso? Tudo isso os senhores analisaram após o pagamento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quer dizer, alguém fez o negócio, fechou a compra, pagou a compra e vocês não tinham conhecimento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Estou satisfeito.

Quero dizer o seguinte, viu, Deputado, olhe, não é pelos cabelos brancos que eu posso sugerir, mas acho que o governo está perdido. Não posso admitir em hipótese alguma que um órgão público, um Secretário... a não ser que mudou muito, não é, porque quatro anos atrás quando eu era Secretário era um pouquinho diferente e agora era para ter mais transparência. Foi criada a instituição para dar mais transparência, para dar mais segurança, mas se ter uma compra de 33 milhões de reais...

O senhor disse, Deputado Sargento Lima, que para o senhor é muito dinheiro, eu quero lhe dizer que nos meus 74 anos de vida, sempre trabalhando, eu talvez tenha 5% desse patrimônio.

(O senhor Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone. Ininteligível. Risos.)

E acho que precisam ser realmente revistas as questões das compras do governo do Estado. Não é porque nós estamos numa pandemia, porque nós temos um decreto de calamidade, porque nós estamos numa calamidade, mas é de a gente ficar... E as pessoas que ficarem sabendo disso, eu não tenho dúvida, vão ficar... a palavra mais certa é apavorados.

Era essa a minha intervenção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Sopelsa, não só os cabelos brancos do senhor, mas a sua condição também de contribuinte lhe dá o direito de fazer esse tipo de comentário.

Logo após a fala do Deputado Kennedy Nunes, estão inscritos o Deputado Cobalchini e na sequência o Deputado Felipe Estevão.

O Deputado Ivan Naatz tem um requerimento a fazer?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Só para não perder, senhor Presidente.



O senhor falou para nós aqui que a Controladoria-Geral do Estado fez um levantamento daquele processo da compra dos respiradores, um relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Uma lista de itens?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Uma li... Não, não, não, o senhor fez um relatório, né, um levantamento, identificou todos esses problemas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem um... tem o procedimento de auditoria aberto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo, é isso que eu queria saber. O senhor podia mandar para a Comissão esse documento?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Posso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Esse relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O relatório e a... a... o relatório que foi feito e a... denúncia de fato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ótimo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que foi apresentado pra Deic. Isso eu posso apresentar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhor Presidente, eu solicito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que encaminha o e-mail solicitando o envio a nossa Comissão.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Depois dando conhecimento a todos os Deputados da resposta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretário, o senhor já falou alguma vez pessoalmente comigo ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não. Eu gosto sempre de fazer essa pergunta antes para mostrar que as perguntas que eu vou fazer aqui não são imbuídas de qualquer valor sentimental, ou seja, positiva ou negativa.

Quando o senhor começou a falar aqui, eu acho que os seus alunos da Universidade Federal puderam lembrar das suas aulas, porque o senhor estava dando uma aula aqui e a gente vê que pela teoria há um distanciamento, há um fosso entre a teoria e prática, e a sua teoria, inclusive importante do seu doutorado e da sua formação, mostra que... deve o senhor estar percebendo também a diferença que tem entre as aulas e a prática.

Eu, na minha forma aqui, estou tentando montar um mapa, porque eu preciso dessa conexão de datas com aquilo que o senhor foi dizendo e sobre as coisas. E eu anotei aqui.

O senhor falou a primeira vez que entrou no processo dia 18 de abril. Confere?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril... foi quando...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que a CGE entrou no processo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...de avaliação dos respiradores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dos respiradores.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Muito bem.



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que foi demandado pela SES a avaliação desse processo, 18 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quando é que vocês terminaram esse relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dia 24 de abril.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 24 de abril. O que dizia o relatório?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nas inconsistência do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso. Inclusive a questão do pagamento antecipado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que vocês descobriram o roubo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, que existia um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou aqui em roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Um ilícito?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então vamos lá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Até porque eu não gosto que as pessoas fiquem pensando que a gente faça aqui...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Só um minutinho, Deputado, por favor. Só deixe eu colocar aqui...

A gravação do senhor agora, aqui...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

(O Deputado Kennedy Nunes reproduz em áudio um trecho do depoimento do senhor Luiz Felipe Ferreira: "as... nós identificamos a questão do... do roubo, nós identificamos...")

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor concorda?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, roubo. O senhor fala de roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Corrigindo a fala, ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu... corrigindo a fala, ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas o senhor falou roubo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Falei roubo em função da fala do ilustre Secretário anterior. Um ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí o senhor entrou no dia 18 de abril...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Kennedy...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, Deputado Sopelsa, perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ... desculpe te atrapalhar, os bombeiros foram chamados depois que a casa tinha queimado (*risos*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bem lembrado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Infelizmente é isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bem lembrado. Aliás, pelo que eu estou vendo, a sua função... o que nós, Deputados aqui, pensávamos que seria de prevenção, a sua função está sendo muito mais de legista, né, de chegar só depois do problema, infelizmente.

Nós votamos aqui porque quando na aula que o senhor deu e na justificativa da reforma administrativa, a gente achava que essa Controladoria e a outra Secretaria de Governança e Transparência, eram muito mais de agilidade, de prevenção. E pelo que eu vejo aqui o senhor só chega ainda... e pior ainda, o senhor chega quando o corpo está frio já. É muito complicado. Neste caso eu acho que até em momento de putrefação já, pelo que a gente vê aqui.

O senhor entrou dia 18, o senhor disse que no dia 24 entregou... Entregou para quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na reunião com o Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Governo não sabia de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. É que ali na... na questão do secre... da... do processo em si, como você tinha ilícitos nós teríamos que fazer uma investigação preliminar para depois levar pro Governador.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que no dia 4 de maio, aliás, no dia 7 de maio o Governador, numa fala com empresários, disse que ele sabia de tudo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não sei lhe dizer, não fui eu que levei pra ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não conversa como o Governador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu nem tenho o telefone dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor também não tem? (*Risos*.)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Também não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Controlador-Geral do Estado não tem o telefone do Governador?!

(*O depoente gesticulou que não com a cabeça.*)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor sabia que ele ofereceu um número aqui para os Deputados?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Quando há... quando há necessidade eu faço agendamento e eu converso com ele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Vamos lá no meu histórico. Dia 18 o senhor entrou, dia 24 o senhor deu o parecer, no dia 28 saiu a denúncia do *site* Intercept.



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quatro dias depois.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No dia 29 eu publiquei esse *banner* aqui (*mostra ao depoente uma imagem do seu celular*). O senhor chegou a ver?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu perguntei: onde está o Controlador? Por quê? Porque até então a gente não via o senhor. Aí o senhor apareceu no dia 4 de maio numa *live*.

(*O depoente faz trejeito de quem estava tentando se lembrar.*)

Eu vou lhe lembrar, talvez o senhor esteja cansado já.

O senhor apareceu numa *live* junto como o Secretário Tasca e a tal da Secretária Naiara.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, na Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, na Defesa...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor lembra o que o senhor falou lá?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Foram tantas coisas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu vou lhe lembrar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor falou, em outras palavras, que o senhor colocava a mão no fogo no processo, porque o processo estava totalmente correto.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, tsh, tsh.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Falou.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Certeza absoluta que não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor fez isso inclusive com seus colegas Tasca e Naiara, mas o fato é que de corrupção o senhor não falou absolutamente nada. O senhor só tentou defender os dois Secretários, que eram o Secretário da Administração e o Secretário da Saúde. E se fôssemos atrás da sua conversa e o Ministério Público, a Polícia Civil e o Tribunal não fossem atrás da verdade, a gente ia acreditar no senhor que estava tudo certo, que não tinha corrupção.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não foi essa a minha fala.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pena que eu não tenho aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso... Eu fa...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas eu acho que seria interessante...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu falei que no ano de 2019...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...Relator...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pode, pode requerer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a transcrição dessa *live*.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sabe por quê? Porque no momento da entrevista o senhor já tinha conhecimento dos fatos. O senhor falou para mim que entrou no processo dia 18, entregou o relatório que tinha roubo no dia



24 e no dia 4 de maio o senhor vai numa *live* e diz assim: não tem problema nenhum... Secretaria da Saúde... e o pior, é que o senhor em momento algum falou que houve corrupção. Na *live*, não, o senhor não falou que houve erro, o senhor não falou absolutamente nada. O senhor defendeu o Tasca e o Secretário Helton Zeferino ao lado da Naiara. O senhor falou isso daí... o senhor não falou nada, o senhor não emitiu nenhum parecer.

Somente depois, no dia 7, três dias depois, é que o Governador, numa fala com um grupo de empresários chamado Lide – aquela fala inclusive que ele pede para os empresários não investirem na comunicação –, é que ele diz, vou ler aqui – palavras dele: “Nós estávamos em desespero na primeira semana de março, em verdadeiro desespero.” Palavras do seu chefe. “Se me dissessem que tinha dentro de uma casa 100 ventiladores, mas que eu só podia ver depois, era possível que a gente desse o dinheiro pra ir olhar.”

O que esperar de um Governador que fala para empresários, Deputado Milton: a gente estava em desespero... E veja bem, um dos depoentes hoje aqui disse que o relatório que receberam é que em abril nós estaríamos com mais de oito mil mortos. O senhor sabia desse relatório ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não?

Aí no dia... O senhor falou também que o senhor faz parte da Cea, né? Como é?...
Ivan...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — CA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — CA...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — CA.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Do CA. O senhor também faz parte do CA?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual CA?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A partir de quando o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Qual CA?

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone: “O Centro de gerenciamento...”)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Centro de gerenciamento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, eu não faço parte do Centro de gerenciamento de risco.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O Coes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não faço parte do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor não faz parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não faço parte do Coes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A Controladoria não faz parte de nada?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não faz parte do Coes. Nós, é... nós nos habilitamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor trabalha?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós nos habilitamos ao assessoramento da Secretária da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, o senhor... O vai lá na Controladoria?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos os dias, todos os dias.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor faz o quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — As atividades voltadas às demandas da Controladoria. Então nós temos atendimento ao Ministério Público, nós temos atendimento do Tribunal de Contas, nós temos diversas ações de auditoria que estão em curso, tenho aqui um relatório de 81 páginas que foi apresentado na prestação de contas do governo, quais são as ações da CGE, as entregas na CGE, tá?

Então, considerando que a CGE ela atende as diversas Secretarias, e quando é demandada pro gestor, ou num momento que eu identifico alguma ilicitude que passa nas trilhas de auditoria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretário, deixa eu lhe fazer uma pergunta? Eu fiquei surpreso, porque... Volto a dizer, quando nós, Deputados, votamos para criar a Controladoria a gente pensava que era algo preventivo e não um legista de ver coisa atrás. Mas eu fiquei muito surpreso quando o Secretário de Saúde, logo depois de estourar o processo, ele faz uma portaria permitindo o senhor entrar no processo. Foi isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Que ele fez uma portaria trazendo a CGE como atividade essencial.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí só a partir da autorização do Helton Zeferino é que o senhor pôde entrar no processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, na realidade eu vinha trabalhando em ações pontuais e ações específicas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E por que ele fez a portaria? Por que é necessária uma portaria para um órgão do Estado fazer parte de um processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em função das restrições, né, dos servidores, do trabalho *home office* e a necessidade de se ter uma atuação mais presente, não é isso, então foi que eu justifique pra ele a essencialidade da CGE nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E o senhor, a partir desse momento que entrou, a partir da autorização do Helton, é que começou a fazer esse relatório? Ou foi antes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, esse relatório ele foi apresentado, né, a partir de 7 de abril, e por demandas. Então, pra fazer o relatório a Secretaria da Saúde ela teria que requisitar.

Então... dessa etapa pra frente deve ter vindo aí uns três ou quatro processos para serem analisados pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando o negócio apertou e que o senhor apareceu, o senhor disse que foi pressionado pelo Secretário Douglas. Que tipo de pressão foi essa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade foi o dos... EPI, compra de EPI. Não é isso? R\$ 14 milhões, numa Quinta-Feira Santa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que tipo de pressão, o que é que foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Era pra aprovação de... a necessidade de se dar a... a... agilidade do processo para as aquisições do EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — E esse processo ele foi... arquivado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Arquivado porque, pelo consultor jurídico da Secretaria de Estado da Saúde que esteve aqui disse que o parecer foi que não era possível terceirizar uma licitação. É isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É que eles estavam compran... tavam fazendo direto com uma *trading*, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas aí tinha vícios de origem, tinha sobrepreço... enfim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E isso...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Além disso tinham outras questões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E isso nada foi verificado no...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, porque o processo foi arquivado. Perde o objeto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Não, não, no do respirador, que também era uma *trading* que estava importando equipamento... Porque é quase a mesma coisa, aqui disseram que não podia contratar uma empresa que ia importar, mais contrataram aqui uma que ia importar.

O senhor participou, a Controladoria-Geral participou efetivamente do EPI?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Fui chamado na Quinta-Feira Santa pra olhar o processo do EPI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Foi arquivado o processo. Ele não tinha condições, ele tinha vício de origem.

(O senhor Relator manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. E daí então cancelaram... foi a mesma coisa do cancelamento do Mahatma Gandhi, lá do hospital de campanha, ou vocês só chegaram depois do corpo frio de novo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, o Mahatma Gandhi... na realidade foi feito os apontamentos da CGE...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas antes ou depois do estouro?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, vocês conseguem chegar antes.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Antes... sempre chegamos antes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Oh...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... quando nós fomos chamados. Se nós somos chamados... Você não tem como identificar um ilícito num montante de 26 bilhões. Se você tem o controle e a pessoa não atende o controle, como é que vai ser feito?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Deputado Kennedy, só para completar...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas só pra... pra... pra completar ali, a questão do...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu ouço aqui (*referindo-se ao depoente*) e depois o João e o Milton, até para ajudar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Só para atender aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão do hospital de campanha, o edital saiu na quarta-feira, a nossa manifestação saiu na quinta. Então ele teria que proceder o ajuste do edital, com a retificação do edital pra atender não só as minhas demandas, como as demanda do TCE, tá certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deputado João.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Foi o Douglas que chamou vocês?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Em qual situação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Para vocês aparecerem quando a... chegar antes?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Do Mahatma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Foi o Douglas Borba?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas qual... em qual situação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nessa situação que vocês foram chamados...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, do hospital, do hospital de campanha nós participamos da reunião numa terça-feira e acompanhamos a publicação do edital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por que todos os outros vocês não apareceram e nesse vocês apareceram?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Do hospital de campanha?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É, todos...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque foi feito um chamamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Quem chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... Defesa Civil chamou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Ah, então foi o Cordeiro que chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O Cordeiro chamou pra uma reunião...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Á-hã.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...onde estava presente o TCE, estava presente a CGE, estava presente Ministério Público e a própria... Defesa Civil.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E por que a Defesa Civil chamou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque era pra construir o edital.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas a CGE participa da construção?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Nós temos uma... uma estrutura na CGE que contribui com atos legislativos, decretos, na parte de emendas impositivas, na parte de convênios. Isso... ele passa pela CGE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Então a CGE participou do processo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Presidente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Milton... só para terminar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Doutor Luiz Felipe, só para eu entender. Como é que o senhor vê e consegue explicar isso: por que um



Secretário da Casa Civil, que não tem nada a ver com a gestão da pandemia da Saúde, traz um processo de compra de 14 milhões de dólares, com vícios de origem e com sobrepreço, e pede para o senhor fazer esse negócio andar para frente? Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Um órgão totalmente alheio...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... ao que está controlando a pandemia.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim... sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Será que ele tinha algum interesse nesse negócio?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não sei lhe dizer... no momento que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas o senhor não acha estranho isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É estranho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Governador, que tem o seu braço direito fazendo isso, será que o Governador sabia disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na... na ocasião ele conversou comigo pelo telefone, onde ele pediu que eu fosse até a Secretaria da Defesa Civil, e na sala estava o Secretário Elton e o Secretário Douglas quando eu cheguei. Então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Para falar desses EPIs?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Pra apresentar a questão do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Numa entrevista que o senhor deu em 2018, 31 de dezembro de 2018, o último dia, o senhor fala que a principal mudança com a Controladoria-Geral é ter um órgão independente que passa a validar as contas do Governo. O senhor lembra disso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Falta planejamento na execução das atividades... A sua fala antes de ser Secretário.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso... sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Em muitas situações sai executando e depois entra o planejamento (o senhor era profeta, já estava imaginando que ia falar essas coisas, viver isso?), o que impacta em termos de prazo e de resultados. Se tiver um efetivo planejamento antes da execução, terá o melhor.

Outra fala sua: com a oficialização da CGE, a busca pela transparência sairá do discurso e passará para a prática. É um trabalho que previne a corrupção na administração pública, zelando pela transparência. Acesso à informação, controle social e conduta.

Toda essa entrevista que eu li, e acreditei no senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...é que me fez, no dia 29 de abril, dar um grito: cadê o Controlador?! E daí eu posso, hoje, tirar uma dúvida, que vocês não servem para nada no governo, na prática. E não vem me colocar aqui a culpa que todo mundo estava... como é que falaram aqui, no canibalismo comercial, que tem... Não, não vem!

Eu acho que não dá, porque o senhor falou do exemplo dos carros na SC-401, ou seja, não tem como controlar tudo na vida. E o senhor dizendo aqui só me dar uma



certeza: é como se tivesse... quando a gente vai fazer essa previsão que o senhor fala de fazer um limite por amostragem, neste caso dos 33 milhões, Presidente, é quase como se fosse um boi entrando num galinheiro. Porque não dá para acreditar como é que você vai fazer um limite por amostragem de 33 milhões de reais, quando você tem...

Agora, para encerrar, senhor Presidente, do depoimento que o senhor fez lá no Ministério Público, o senhor mencionou uma conversa com o Secretário Tasca, na qual ele dizia que era abre aspa "Só ligar pro Secretário Helton que o senhor entenderá tudo". Está lá no seu depoimento no Ministério Público.

Por acaso essa fala é uma insinuação de que o Secretário Tasca tinha conhecimento de todo esse roubo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que era então?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade é... tratava sobre a questão do EPI, aquela compra de 77 milhões. Tá certo? Que eu verifiquei....

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então essa sua fala não é nada do ventilador, do respirador?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, nada do ventilador. Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É a fala do?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Dos EPIs, dos EPIs. Quando eu identifiquei a questão da ilegalidade da... do, dos problemas, do processo do EPI, eu liguei pro Secretário Tasca, né, referente a essa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — O Deputado Kennedy falou daquela reunião que tu participaste, tu, Douglas, o Helton, agora ele está falando de uma fala do Tasca, mas tem um... tem algo no meio aí.

E no seu depoimento o senhor falou o seguinte, que participou da reunião depois... foi até uma reclamação que fez pro Tasca e o Tasca pediu, indicou, recomendou o senhor falar sozinho com o Helton. Sozinho por quê? Que medo era esse do Douglas que vocês tinham? Que medo é esse?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque na realidade o que tava se identif... se identificando era uma interferência do Douglas numa Secretaria que não era de alçada dele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, não é apenas uma interferência. Você falou que a maneira como o Douglas cobrava era muito mais do que uma interferência.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que eu tô dizendo, a interferência no momento...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, o senhor disse... tem que dizer a mesma coisa, né, ou mentiu pra Polícia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — No momento que eles... com o Secretário da Defesa... da Casa Civil está gerenciando uma compra ou cuidando de uma compra na Secretaria da Saúde, é uma interferência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não, mas o senhor falou até do jeito dele...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, a forma que ele me ligou...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Qual era a forma?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, a forma que ele ligou que queria aprovação até as 12h daquele dia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Determinando, mandando.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Determinando, isso.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Com...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E colocando que o Governador tinha interesse nisso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Ele determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Nunca mencionou o Governador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele que determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Como?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ele determinou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Mas como é que ele poderia determinar ao Controlador?..

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Que poder era esse? Conta pra gente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Será um fato novo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão, a questão é que ele é... mencionava que o Estado não estava tendo êxito nas compras de EPI, que aquela ali seria uma possibilidade de atender às demandas do Estado. Certo? Só que quando se olha pro processo, as demandas do Estado é pra ir quatro meses, cinco meses talvez, não mais que isso. Ali nós temos uma demanda pra... pra... para praticamente dezessete meses. Então como é que vou fazer uma compra... Não é isso?

No momento que nós começamos a ajustar o processo, a nossa realidade ficaria em torno de... 6 milhões de dólares e não 14 milhões. Entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, o senhor já encerrou?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu tenho mais uma pergunta.

O senhor, além de ser Controlador-Geral, o senhor é membro do Conselho da Celesc e da SCPAr?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ganha quase 9 mil reais de jeton?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É... por ser membro do Conselho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Perfeito. O senhor acha moral o senhor Controlador participar de duas empresas, inclusive uma delas nós estamos questionando o OPS, porque todas as licitações eles não mostram que é a SCPAr?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... o meu é o Conselho Fiscal. Existe um impedimento pela lei com relação ao Conselho de Administração e o Comitê de Auditoria Estatuária. Então não existe nenhum impedimento legal com relação à participação no Conselho Fiscal.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Com certeza ilegal, não, mas o senhor acha moral o senhor Controlador recebendo de duas empresas que o senhor deveria fiscalizar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A... a Celesc, na realidade, é uma S/A, a fiscalização ela é externa em função da própria CVM, não é isso? E... no Conselho Fiscal o papel é de fiscalizar as contas de encerramento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É.



O senhor já está sabendo dessas licitações da compra de 590 mil passou para 2.110 milhões; uma outra licitação com dispensa de licitação no Porto de São Francisco do Sul de mais de 10 milhões, que depois de denunciada foi destrutada amigavelmente?... O senhor já está sabendo desse assunto ou não?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso foi março do ano corrente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ou foi agora, eu denunciei esta semana.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas já havia sido já divulgado isso, se não me falha a memória em março, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Aí foi feito, sim, um encaminhamento pedindo esclarecimentos, pedindo esclarecimentos ao Porto de São Francisco do Sul e providências.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor tem como comprovar esse...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem um processo aberto lá da data de março referente a essa questão.

(O senhor Deputado Estadual João Amin manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Agora, sobre essa questão ainda da SCPAr, já chegou esse negócio por que as licitações não estão abertas na página da SCPAr?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A...a... segundo eu tive observando, e eles me passaram essa informação, que depende do... como é que é, provedor inte... Não provedor, se é o Chrome ou Mozilla pra abrir. Enfim, o que que eu sugeri de fato, que tivesse um *link* com o próprio SGPE, porque o SGPE ele tem toda a informação e o trâmite do processo.

O que eles fizeram foi um *link*, né, buscando a informação e trazendo numa página solta, automaticamente você pode ter essa... esse recorte de não alcançar a íntegra do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O senhor, como Controlador-Geral, vai pedir para o Governador tirar o Douglas dos dois Conselhos que também é seu colega no da SCPAr e da Celesc, porque agora sequer mais é Secretário e está no epicentro dessa investigação?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — A questão do Conselho é... ele tem um mandato pra cumprir.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas vocês dois foram indicados pelo Governador.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Na realidade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...é indicado, indicado e passa pelo comitê de elegibilidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sim, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Certo?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a indicação do Governador é aprovada ou não no Conselho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, mas daí ele passa a atender ao período que ele tem o mandato.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Então eu vou lhe fazer um pedido, para o senhor não chegar tarde demais com o corpo frio: pede para sair, porque isso...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Concluindo, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...tá ruim lá na sociedade.

Obrigado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Cobalchini, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Estou presente na reunião remotamente, mas estou presente, e ouvindo atentamente e com toda a paciência, como todos nós temos que ter.

Quando encaminhada a reforma administrativa, Controlador-Geral do Estado Luiz Felipe Ferreira, à Assembleia, uma das grandes novidades que a reforma propôs foi exatamente a criação da Controladoria. Foi uma inovação em relação à estrutura do Poder Executivo. E como já foi dito aqui por alguns Deputados, nós acreditamos que efetivamente a estrutura proposta iria ajudar no controle para que os processos tivessem a efetiva transferência, a lisura.

Eu fico agora aqui pensando, e preciso pensar em voz alta agora, será que não tem que rever esses processos a partir de situações como ocorreram, das EPIs, do hospital de campanha, dos respiradores. Será que nesse processo, quando se lança o edital, nesse exato momento não tem que chegar ao conhecimento da Controladoria? Para não chegar depois, como disse o Deputado Kennedy? Como falou o Deputado Sopelsa? Dia 18 de abril, como se fala aqui no oeste, a vaca já foi pro brejo.

A Controladoria tem que exercer um papel de prevenção e não apenas para apagar incêndio quando, muitas vezes, não tem mais o que apagar.

O Governo do Estado tem falado ainda, mas já se falou muito sobre isso, que é um governo digital, um governo sem papel. E esse processo... literalmente o processo é sem papel. Nem digital é, porque não houve ato, não houve publicidade. No seu relatório certamente que o senhor aponta essas falhas. O senhor concorda, não tem que virar essa página e começar de novo para não acumular ainda mais casos como esse? *(Pausa.)*

Estou lhe fazendo uma pergunta...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Se o senhor não constata a necessidade de mudança nos processos.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O que que nós fizemos? Nós adotamos uma política de compra pela SEA, tá? Então agora as compras do Covid-19 estão sendo realizadas pela SEA e uma análise prévia pela CGE.

Então existem dois momentos distintos. Uma é antes da publicação do edital e a outra, havendo a necessidade, uma requalificação, aliás, uma reavaliação pra fazer a qualificação do fornecedor. Tá?

Então, obrigatoriamente, a primeira análise... ela está numa... portaria a ser publicada. E... já está em vias de. Então uma análise prévia da CGE. Tanto que nós analisamos agora uma aquisição com a Weg. Isso, uma aquisição de respiradores com a Weg. Então essa foi feita uma... uma análise prévia por parte da CGE. Certo? Então isso está normatizado.



Então as compras CoviDs obrigatoriamente elas passam é... pela SEA, passa a ser realizada pela SEA, e uma avaliação prévia pela CGE do processo de contratação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quando uma aquisição, pelo que eu conheço, ultrapassa o limite de 650 mil reais, ela deve ser tramitada, aprovada pelo Grupo Gestor. Ainda que em período de pandemia há uma questão de excepcionalidade, até para dar agilidade, mas não seria prudente que esta situação tivesse tido um parecer, a aprovação do Grupo Gestor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, isso teria que ser dialogado lá com a equipe do Grupo Gestor. Mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O senhor como Controlador-Geral do Estado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu não... eu não participo do Grupo Gestor. Reconheço... Não, não participo do Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Você não participa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não participo do Grupo Gestor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem é que faz parte do Grupo Gestor?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É impressionante.....

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Grupo Gestor... PGE, SEA, Casa Civil, Fazenda... CGE, SEA, Casa Civil, Fazenda... Acho que é isso, esses quatro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Já que eu não tenho também o telefone do Governador, vou fazer uma moção pedindo para o Controlador fazer parte do Grupo Gestor, porque é lá que funcionam as coisas. Pelo menos nos outros governos o Grupo Gestor é que dizia, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu fui Secretário e nós não tínhamos autonomia, Milton, Solpelsa, não tínhamos autonomia de espécie alguma, ou para realizar um procedimento como esse, ainda mais de altíssimo risco.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse... esse de 33 milhões ele não passou pelo Grupo Gestor. Não passou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu oriento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Seria um filtro, seria um filtro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu oriento para ficar, inclusive, como uma conclusão da nossa CPI, além de tantas outras conclusões que vamos chegar, mas esse fato de a Controladoria não fazer parte do Grupo Gestor, para mim me parece é que... Por isso que acontecem essas coisas como estão acontecendo. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: taquígrafa Siomara G. Videira]

Mas eu quero dizer ao Controlador que, ouvindo atentamente tudo que o senhor falou, cada vez mais eu chego à conclusão de que o processo foi completamente viciado, não se teve nenhuma cautela, não teve absolutamente ninguém. Parece que todo mundo ficou cego, surdo e mudo. Ninguém de bom senso, de equilíbrio que tenha tentado alertar alguém, porque isso tornou-se de conhecimento público, todas as pessoas na rua estavam falando e ninguém falou ao Governador: Estanca! Pare! Sinal amarelo! Sinal vermelho! E não, o sinal ficou verde o tempo inteiro, mesmo em uma situação dessa.



Então, essas são as conclusões de que nós estamos chegando, parece que a gente precisa continuar aprofundando, sim, estamos ainda no início, Relator Ivan Naatz. Mas tem sido muito esclarecedor o dia de hoje e eu fico muito satisfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado, Deputado.

Posso fazer uma intervenção para...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor concluiu, Deputado Cobalchini?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Concluí.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — É o seguinte, eu vejo aqui que a Corregedoria-Geral do Estado de Santa Catarina, unidade integrante da Controladoria-Geral do Estado, órgão central do sistema de controle interno e Ouvidoria, detém a função de sistematizar, normatizar, supervisionar, padronizar e fiscalizar. Está lá no site...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...do qual o senhor é diretor.

Eu só queria que o senhor confirmasse, o senhor não fez parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi convidado por ninguém para fazer parte do Coes?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor disse aqui que as recomendações que o senhor deu no hospital de campanha não foram atendidas?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não foram atendidas pelo João Batista.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foram atendidas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Elas foram atendidas no... pelo senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pelo Tribunal de Justiça, né?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Elas foram atendidas no momento que o... que o Governador tomou conhecimento das recomendações, foi onde ele fez o cancelamento do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor está mentindo! O Governador assinou o contrato. O senhor quer que eu mostre?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. O que eu quero lhe dizer, o que eu quero lhe dizer que foi feito uma reunião para se apontar quais eram as fragilidades do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então depois do Governador ter assinado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Provavelmente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, então tá.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá? Provavelmente. Nesta reunião estavam os Secretários e o Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o Governador assinou o contrato. Só não acabou aquele contrato porque o Tribunal cancelou, porque o Tribunal de Contas deu uma exceção, porque a Assembleia Legislativa fez amostras, porque nós mostramos o edital, porque eu mostrei a recomendação do Tribunal de Contas e porque choveu ação popular contra o Governador.



Então, se o senhor é o Controlador e não sabe...Mas foi isso,o Governador assinou contrato, mandou pagar, assinou. Eu nunca vi Governador assinar nada, mas o senhor Governador assinou. Então, não seguiu a orientação.

O senhor não faz parte do Coes.O senhor não faz parte do Grupo Gestor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como o senhor vai cumprir a missão do senhor que é de fiscalizar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — É porque no momento que a CGE foi aprovado na 741, ficou em aberto dois aspectos específicos que deveria ser remetido a esta Casa, que era a estrutura, né, em termos de pessoal, e também a questão das atribuições em forma detalhada e os limites, né? E essa... essa segunda fase da implementação e da necessidade de reestruturação da CGE ainda não teve o trâmite final dentro do Executivo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Bom, senhores Deputados, eu, como todos vocês, como todos aqui, estou assustado. Eu estou assustado, eu estou pasmo com a vossa excelência, com o governo. Por Deus,verdade, eu falo isso com tristeza de ver que as coisas não funcionam, não andaram.

Nós vamos ter que fazer um relatório para colocar tudo isso e Santa Catarina saber disso tudo – e muito poder na mão de uma pessoa só, cada um fazendo o que quer. A gente perde a palavra, triste.

E também para encerrar a minha participação, o Deputado Felipe quer falar também – pensei que já tinha encerrado,desculpa, Deputado Felipe.

Pode ser legal o senhor ter dois conselhos, como o ex-secretário Hoffmann, que chegou aqui adjunto, tem três empregos no governo, três! O Hoffmann sentou aí nessa cadeira que o senhor está, era Secretário Adjunto, conselheiro do Ciasc...

(Manifestação fora do microfone: "Cidasc".)

Não, do Ciasc e da Casan. O senhor é conselheiro da SCPAr e da?...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Celesc.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E o senhor é Controlador. O senhor tem três empregos públicos? Três! O senhor se acha... eu perguntei para o senhor antes:Eu me acho com capacidade para preencher algo com comprometimento, imparcialidade e impessoalidade.O senhor tem três empregos públicos!O senhor sabe quantas pessoas nesse país esperam ter um emprego? Que moral o senhor tem para poder fazer as fiscalizações que o contrato precisa ter, Secretário, com três empregos públicos?!Eu peço, encarecidamente, que o senhor deixe, pelo menos, dois deles.

Assim como o Douglas Borba era Secretário e três vezes conselheiro. Isso é um absurdo! Vocês tomaram conta do governo, pegaram todos os espaços, Deputado,pegaram todos os espaços e ocuparam para vocês. É isso o que vocês fizeram.

Muito obrigado, Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Felipe Estevão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Muito obrigado, senhor Presidente.

Senhor Luiz Felipe Ferreira, entre os personagens centrais desse desastre que está acontecendo com Santa Catarina, que fez ela ganhar projeção nacional e de forma negativa,e hoje à medida que vem se desenvolvendo o trabalho da CPI mostra que não é mais compra irregular, é crime, é crime!



O senhor tem noção da gravidade desse desvio de 33, desse roubo – o senhor usou essa expressão – de R\$ 33 milhões? Para mim, Deputado Kennedy, a gente que é de confissão, de fé cristã, para mim é um dinheiro maldito, é um dinheiro que um câncer vai levar lá na frente. Um pastor disse isso para mim uma vez: Felipe, cuidado! O dinheiro público é um dinheiro que um câncer, que um acidente vai levar, cedo ou tarde, vai ser cobrado. É um dinheiro maldito. E aí eu falei: É aquele caso do hospital, porque eu visitei a Casa Guido, um menino com câncer precisando de tratamento e a família implorando, e eu não tenho, o que eu tenho são emendas parlamentares, é dinheiro público, eu não poderia ajudar, e aquilo me cortou o coração. Mas sai R\$ 33 milhões, talvez o maior escândalo do Estado. O senhor tem noção da gravidade desse escândalo? Porque o senhor fala com tanta frieza, o senhor chegou aqui tão topetudo, falando com tanta... “eu sou técnico...” parece que você não teve noção da gravidade do que está acontecendo no Estado. O senhor tem noção?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Da feiura desse ato, do quanto ele macula a história catarinense, o senhor tem noção?

Muito bem, o senhor foi indicado pelo Coronel Márcio, e a gente, digamos que, infelizmente, para minha tristeza somos correligionários, não sei e o senhor é filiado, mas eu me lembro e está muito fresco na minha memória, tem um vislumbre ainda do senhor entrando dentro da transição e senhor dava uma aula, olhava... o senhor deu uma aula e bem – alguém frisou aqui. Na teoria eu até fiquei impressionado, mas eu vi que na prática foi um verdadeiro desastre. Então eu sou testemunha ocular e presencial de quando o senhor entrou na transição, de toda a sua influência sobre o Moisés, que se encantou com a sua aula que senhor deu, até eu me impressionei, não tinha aquele conhecimento técnico, mas me impressionei. E até tive um vislumbre de um futuro um pouco diferente do que estamos vivendo.

E como o Coronel Márcio lhe indicou? Indicação política?... até onde vai a sua autonomia para – eu vou até usar essa expressão que o senhor Carlos Moisés usou – essa sandice que o governo fez de pagar adiantado? Eu me torno até repetitivo porque acho... Meu filho de cinco anos, quando ele tem um negócio na mão ele vai no mercadinho e quer um kinderovo, ele gosta, ele não dá o dinheiro sem tomar o negócio: “Me dá meu kinderovo e aí toma meu dinheiro”. Até uma criança de cinco anos tem esse critério: “Não toma meu dinheiro, me dá o produto que eu quero”, e aí o Estado paga R\$ 33 milhões. E aí eu quero chamar o senhor pela relevância do seu cargo, o senhor é Controlador-Geral do Estado, o senhor tem poder, tem uma caneta também, como eu digo, poderosa para coibir esse ato. Até onde vai a sua autonomia? Será que essa indicação política lhe amordaçou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, são recomendações da CGE. E, de fato, no momento que eu tomo conhecimento, tá? Então, por exemplo, na, numa ação que nós fizemos com relação às lavanderias, o contrato de lavanderia à Secretaria da Saúde foi algo trabalhado sem sequer mencionar pro Secretário Helton que seria feito aquele trabalho que iniciou num domingo. Nós fizemos um monitoramento de domingo a domingo do contrato, entendeu?

Então, no momento que existe a necessidade, se identifica o vício, ou a ilicitude, ou pela trilha de auditoria, é que você tem a ação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas o senhor, como Procurador, não viu nenhuma ilicitude? E torno a dizer aqui, se senhor entrasse no Google e pesquisasse o endereço da empresa, o senhor iria ver que era uma casa de massagem. O senhor, como Procurador, não sabia de nada disso?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Mas, a partir do dia 18 que o processo chegou, e tomamos conhecimento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Por favor, eu conheço a rotina do senhor, a proximidade do senhor com o Douglas Borba, eu convivi naquele meio, o senhor tinha acesso direto, livre, poderia conversar: a Procuradoria que tem esse dever de investigar. E nada fez?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu tenho um decreto...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — É irônico se ouvir, mas eu acho irônico porque (*manifestação ininteligível*) contribuinte.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu tinha... não, não, é, é, é irônico, irônico você achar que essa proximidade com o Douglas. Tem um decreto, dois decretos que ficaram parados desde dezembro na Casa Civil, demandas da CGE, entendeu?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Em teoria, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, na, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...na prática o que o senhor fez? O senhor é muito bom de teoria, o senhor é um professor, um bom orador. É, mas...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Toda, toda a parte de recursos antecipados, isso é trabalhado lá na CGE, tá? Tem diversas ações junto com o Ministério Público, a... o próprio Ministério Público tem ações específicas dentro da Saúde, dentro da Educação, dentro da Infraestrutura. São ações...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Mas, Procurador, o senhor tem ciência de que o cargo que o senhor ocupa ele poderia ter parado esse processo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — As atribuições que existem hoje, dentro da 741 não me dão a liberdade parar qualquer processo. Eu recomendo, eu recomendo, ele não me dá, ela não me dá...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não teria como parar esse processo. O senhor está fazendo o que o Secretário Helton fez, joga a culpa para o Douglas, o Douglas joga a culpa para o Helton. O senhor está fazendo a mesma coisa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não tô jogando a culpa pra ninguém.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — O senhor não está chamando a responsabilidade, o senhor é Procurador do Estado, a gente pesquisa em qualquer Estado dessa nação e...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Controlador-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ... e o senhor...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso, Controlador-Geral.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, é sempre assim. A gente fica triste porque quer esclarecer, e chega aqui ninguém sabe de nada, todo mundo é omissor: não fui eu, eu não sei, eu não posso, eu não tinha esse poder, essa autonomia.

Bem, eu reforço o pedido, deixa de ser conselheiro, por favor. Porque a sua inanição machuca, fere, é cuspir na cara da sociedade catarinense. Mas eu vou me ater aqui, vou tentar ser o mais técnico possível, afinal, meu propósito, o nosso propósito é descobrir quem mandou, quem foi o ator principal nesse roubo, como bem verbalizou o senhor.

A Corregedoria do Estado até agora... eu bem lembro de toda a publicidade que o Governador Moisés fez pegando dados, como bem citou o Milton, dados que eram de



crescimento natural e atribuindo a eles, vestindo uma glória que não era a sua, para si, cheio de orgulho, tentando enganar a população. E lembro bem da publicidade que ele fez quando criou o seu cargo, e aqui nós votamos. Enfim, eu vou ser sucinto.

Hoje a Procuradoria não tem um feito sequer, senão ações que fala vício de origem, um ano e meio quase de trabalho e vocês nada fizeram, nada de expressivo, acho que é o termo certo, nada de expressivo senão falar de governos anteriores.

E aí a Procuradoria nada detectou no hospital de campanha, por exemplo. Na SCPar, que para meu choque a gente tem as denúncias, os senhores Deputados podem escrever aqui, eu vou falar em parte, Deputado Kennedy, e em parte eu vou profetizar: a próxima CPI que vai ter nesta cidade, vai ter nesta Casa, vai ser da SC Parcerias. Porque o dossiê que eu já tenho do porto de Laguna, enfim, do porto de Imbituba... E aí eu acho que até o Deputado Kennedy errou porque faz a denúncia — tinha que deixar consumir, Kennedy, consumir o contrato, porque a SC Par... Aí me choca porque o senhor é Procurador, tem o dever de fiscalizar, até aqui as ações foram levianas, foram irrisórias, e aí o senhor é conselheiro da SCPar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deputado, se me permite.

O presidente de SCPar, que é aquele que foi sócio do irmão do Lucas Esmeraldino, falou à imprensa que as minhas denúncias para abrir uma sindicância é preciso assinatura de todos os conselheiros, inclusive do senhor. Então, assina lá para fazer, porque só a partir da assinatura de todos os conselhos... agora tem um carro porque está tudo em casa, rodando o Estado para procurar a assinatura. Eu disse: é melhor apurar porque senão daqui a pouco vão pedir assinatura lá no presídio, porque se continuar assim... É uma barbaridade, sabe?! Só para fazer esse... a parte que o presidente da SC Par falou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Enfim, aí eu descubro e desanima meu espírito, e talvez a gente nunca viu isso no Estado sem antecedentes, o nosso Controlador-Geral do Estado é funcionário de uma empresa que ele vai fiscalizar. Enfim, preocupa-me muito.

Eu vou até encerrar, eu acho que os companheiros têm perguntas pertinentes, a gente tem dados concretos para chegar a um veredito final, para dar uma resposta à população catarinense. Mas algo me preocupou aqui, senhor Controlador, o senhor é conselheiro, tem essas três funções, e algo me preocupou porque mesmo com todo esse poder na mão, aqui mostrou duas coisas nas suas declarações: ou o senhor é omissos, ou o senhor foi conivente com corrupção.

É isso que eu quero entender, talvez seja um ponto final e o senhor usou a expressão roubo aqui e depois indagado pelo Deputado Kennedy o senhor falou que foi...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ilícito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Ilícito. Se olhar no dicionário, fala de ações ilícitas, fala de roubo, praticamente a mesma palavra, e a Procuradoria não teve... Qual é o papel dela nessa compra? O senhor sabia, não sabia, o senhor recebeu ordem, o senhor teve autonomia, como foi a sua atuação? Porque R\$ 33 milhões se esvaíram, até agora nada voltou e um quica a bola joga para o outro. Qual foi o seu papel, o senhor teve culpa, não teve, foi omissos? É o que nós queremos entender, porque depois de tudo que eu vi aqui o senhor questionar, talvez, o senhor foi o que mais entregou informações importantes. Qual foi o seu papel, até onde o senhor foi omissos ou conivente com esse crime?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Omissão não houve porque o fato chegou a conhecimento da Controladoria-Geral do Estado no dia 18, dia 18 de março. É isso?



Isso, 18 de março. Então, automaticamente, não houve é... qualquer... não, desculpa, 18 de abril.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — 18 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — 18 de abril esse fato chegou ao conhecimento da Controladoria-Geral do Estado. Então, no momento que tomou conhecimento, todas as ações necessárias foram feitas, certo? Apresentamos pro Secretário qual eram os riscos do contrato, quais seriam as medidas.

Então foram três medidas ali adotadas, o.k.? Uma era visando reequilíbrio financeiro-econômico do contrato, que aquela... até aquele momento você tinha uma expectativa de receber uma máquina um va, valor inferior ao contratado e já não havia aquele cumprimento de prazo, né, porque o valor tava associado à entrega quase que imediata do produto. Então haveria uma necessidade de um reequilíbrio financeiro do contrato, e isso foi apresentado ao Secretário.

Na sequência, a instauração de investigação preliminar, tá? Isso foi um ato da própria Controladoria, e solicitamos a instauração de sindicância investigativa na SES com relação ao processo em si para apurar as responsabilidades daquela questão.

Na sequência, o que que nós tivemos? Representação à PGE para que adote medidas cautelares judiciais e extrajudiciais contra a empresa Veigamed. Então, no momento que nós tomamos conhecimento da dimensão do que estava acontecendo até aquele momento, de um ilícito e um descumprimento de contrato, né, ilícito porque as peças apensadas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Tem alguns erros, Procurador, me perdoe, desculpa lhe interromper, mas a Veigamed é uma empresa fantasma, ela não existe.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, mas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então nós temos que achar agora o gênio que pagou os R\$ 33 milhões. Vocês levaram um golpe...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Então, automaticamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...ou desviaram dinheiro.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Então, o que a gente quer saber, a empresa é fantasma. Argumenta bonito, o senhor é bom de argumento, o senhor é um professor, mas a empresa é fantasma, não existe. A Justiça não conseguiu recuperar o dinheiro, não conseguiu rastrear, sumiu!

A empresa não existe, vocês levaram um golpe, foram enganados. Então agora é apurar de quem... porque tem leis de responsabilidade fiscal.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso. Por isso que tem que ser apurado administrativamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Não é em uma empresa, é no Governo...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — ...é no seu grupo de trabalho.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Isso mesmo, isso. É esse o que o meu grupo de trabalho vai apresentar, quais são as responsabilidades administrativas dentro do Executivo estadual. Então, o meu grupo de trabalho ele vai trazer essa resposta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Eu só vou registrar aqui e repito: dinheiro público desviado, principalmente de saúde, é um dinheiro maldito,



é um dinheiro que o câncer vai levar, que um acidente vai levar, cedo ou tarde a lei da sementeira, e eu creio nisso, ela vai levar. É até difícil ser técnico nessa hora, senhor Presidente, porque isso magoa muita a gente, fere, é cuspir na cara do cidadão catarinense.

E no demais, eu só vou deixar aqui os parabéns aos trabalhos, aos Parlamentares, que com afinco e dedicação se debruçam em cima desse material e vêm aqui sempre com responsabilidade ao povo catarinense de esclarecer as verdades.

Nós entramos aqui pela manhã, são quatro horas da tarde, eu acho que ninguém aqui almoçou, eu comi uma maçã, mas o nosso compromisso com a verdade é maior.

Então parabeno os senhores pelo trabalho, tem meu respeito e minha admiração. Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu agradeço os elogios, Deputado Felipe Estevão.

Senhor Luiz, para a gente ir às conclusões, certo? Eu agradeço o senhor pela paciência que tivestes até agora, é o mesmo cansaço que o senhor suporta, e nós o suportamos muito maior porque já tivemos antes do senhor mais três pessoas que foram ouvidas.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com a palavra o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Deputado Sargento Lima, depois que o senhor concluir, eu só gostaria de o senhor, ou um outro Deputado, ou o Relator Ivan Naatz, em cima das perguntas do Felipe... o Felipe perguntou, e o Secretário respondeu as datas que ele começou a participar. Eu só queria, para quem está assistindo pudesse ter esse esclarecimento, as datas que o Secretário recomendou que tinham irregularidades, etc., elas são anteriores às denúncias terem vindo a público ou foram depois? Só fazer a correção nessas datas, se esse alguém aí puder dar essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São posteriores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — O senhor entendeu?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Anterior, anterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entendi.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Já estava na mídia, havia a primeira denúncia...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não. Eu apresentei dia 18, dia 24, e a denúncia é do dia 28. Ah... eu apresentei a resposta ao Secretário da Saúde dia 24, e a mídia, né, a reportagem é da data do dia 28.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, o fato de desconhecer a lei não te exime dela, isso é um fato, não te exime dos rigores da lei.

Eu senti aqui, lógico, na função de Presidente da Comissão, eu quero ver se algum Deputado saiu em prejuízo em relação à sua pergunta. Nós sabemos que todos esses fatos que envolvem a celebração do contrato com a Veigamed configura um ilícito que foi feito a várias mãos, isso aí uma pessoa não levou sozinha, isso é um fato. Ou se foi de forma dolosa ou culposa, isso aí também vai ser estudado mais tarde.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porém, teve a pergunta do eminente Deputado João Amin quando perguntou, e o senhor disse que não



era o objeto desta Comissão saber disso, e é o objeto, porque as pessoas estão intrinsecamente ligadas.

O Secretário da Casa Civil foi operador de *marketing* durante o segundo período da campanha do Governador Carlos Moisés, o Matheus Hoffmann já era auxiliar do próprio Douglas Borba, enfim, está sendo montada uma estrutura de pessoas que estão envolvidas no ilícito.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obviamente, que mais tarde vai ser provado se é ou não, e também se foi culposos ou doloso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então é pertinente a pergunta dele a sua indicação. Obviamente, que o senhor não estava passando na frente do Centro Administrativo com currículo na mão, entrou lá e eles resolveram te contratar.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Alguém lhe chamou, esse cargo não é colocado na Internet à disposição para que apresente esse currículo.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A sua indicação para o cargo que o senhor exerce até a data de hoje foi feita por quem? Alguma pessoa, um nome falou, e esse nome tem que ter te conhecido anteriormente. Quem foi que te indicou ao cargo?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O professor Marcelo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para quem?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — O Coronel Márcio...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O professor Marcelo tem a capacidade de te contratar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, não. Na realidade, na questão da transição se estruturou as pastas e houve a conversa se eu tinha interesse ou não na CGE.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor demonstrou seu interesse...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Eu demonstrei meu interesse, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem falou sim, está contratado?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, o senhor Governador.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Essa era a pergunta que o João Amin fez.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor falou da coação, ou da ameaça, ou de alguma forma daquilo que foi feito, também foi uma pergunta que ficou prejudicada.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se eu digo que alguém me coagiu ou me ameaçou, eu tenho que falar: Olha, o Deputado Ivan Naatz me apontou um porrete e eu me senti ameaçado, ou Deputado Kennedy Nunes gritou comigo e eu me senti coagido, ou o Deputado Milton Hobus sabia de algo que eu fiz e falou: Lima, ou você faz isso ou eu revelo aquilo, aí eu tenho que ser coagido dessa forma.



Qual foi a forma que o Douglas Borba, o ex-Secretário da Casa Civil, te coagiu? Qual foi a forma? De alguma forma ele te coagiu, ele falou alguma palavra.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, ele tava atribuindo que se houvesse é... ts, mortes relacionados a médicos e enfermeiros eu poderia ser responsável a isso, porque estávamos tratando de uma compra de EPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Que se alguém morresse em Santa Catarina... isso?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Automaticamente eu tava... eu tava bloqueando uma aquisição, e identifiquei que, na realidade, se eu não aprovasse aquilo ali, aquela aquisição, nós teríamos é... consequências, e essas consequências poderiam vir a ser é...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Compreendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Entendeu? Nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Aí, na crise de consciência, o senhor falou: Olha, pode ser que não quero ser responsável por morte nenhuma, e assim vai.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, não. Na realidade...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Mas, enfim, não é o Chefe da Casa Civil que deliberava por isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Por isso que de fato...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O Chefe da Casa Civil não tinha que se envolver nesse assunto.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não é da competência dele.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se algum Secretário tivesse que usar esse tipo de argumento seria o Secretário da Saúde. E por que houve interferência do Douglas Borba nesse assunto de forma específica? Porque, se alguém viesse falar para a compra de EPI, seria o Secretário da Saúde, o Helton Zeferino.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Porque a gente tem que parar com esse negócio de não falar o nome da pessoa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Se não é o Helton Zeferino, por que o Douglas Borba teve de intervir? Por que houve a intervenção do Douglas Borba?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Ah, isso eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A Controladoria, está aqui nas minhas anotações, vai ser acionada de alguma forma, ou mediante a queixa de alguém, que alguém vai lá e fala assim: Olha, está acontecendo isso, ou através da imprensa, enfim, de alguma forma ela tem que ser... Mas existem gatilhos que ela tem que ser acionada sozinha.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, são as trilhas de auditoria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — São as trilhas de auditoria.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O valor, o preço faz parte desses gatilhos que acionam o serviço da Controladoria.



Por exemplo, se eu for comprar um pacote de pipoca que custa R\$ 50,00 não vai acionar esse gatilho, e vocês não serão acionados. Mas, se eu for fazer uma compra de R\$ 33 milhões, automaticamente, já no início deveria ser acionado. Ou não existe um valor, ou depende de uma queixa?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Depende de um... uma lista de quesitos. Uma delas, por exemplo, é o período que você tem entre a assinatura do contrato, publicidades e pagamento. Com a questão da pandemia isso deixou de ser... na realidade é... uma trilha, era um falso positivo, tudo caía como restrição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Entendi.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Entendeu? Então, automaticamente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Só para eu encerrar...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Diga.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu acredito que tem mais algum Deputado que queira fazer mais alguma pergunta, mas eu preciso encerrar ela.

Quando o senhor foi coagido, desculpe-me, a formação do senhor é qual?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Contabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Qual a idade do senhor?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— 52.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — 52 anos. O senhor não é um homem hipossuficiente.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor é um homem alfabetizado e já falejado nos bancos de uma faculdade, com certeza deve ter suas especializações, e por que... Existem dois caminhos para quando alguém é ameaçado ou coagido. O primeiro deles é a Polícia Judiciária, o senhor estava sendo molestado no local de trabalho; e o segundo, que como funcionário público, tem uma Corregedoria para isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Por que o senhor não procurou nem uma nem outra na data, e não quando foi perguntado pelo Gaeco? Na data, por que o senhor não perguntou?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Porque na, na, a questão em si que, quando tomei a decisão, quando eu apresentei as ilicitudes do processo e o processo não tinha como ir à frente, né, que a questão ela esmoreceu, não veio uma cobrança, uma segunda cobrança nele com relação ao fato.

Talvez se tivesse é... insistido na, na, na cobrança em si, na aprovação em si, eu poderia ter feito...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Não existiu um motivo de ele insistir porque já veio à tona o assunto, todo mundo já ficou sabendo. Enfim, senhor Luiz, o senhor ainda tem alguns minutos para umas considerações finais se achar necessário.

Deputado Ivan Naatz, com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa insistir, mas quanto mais o senhor fala, mais eu fico... Olha só, o senhor disse – eu verifiquei nas minhas notações e fiquei com algumas dúvidas – que entrou o processo dia 18 de abril, certo?



O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— O processo dos respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso, respiradores, nós estamos falando dos respiradores, dia 18 de abril.

A notícia do Intercept foi dia 17 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ou seja, a imprensa.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ah, 28 de abril.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— 28 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Acabei de receber essa informação aqui.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Não, 28 de abril, 28. Dia 24 eu conversei com o Secretário.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Isso.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor entrou antes da notícia?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Antes da notícia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Porque houve uma solicitação da Secretaria da Saúde pra avaliar o processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Avaliar?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por que já tinham feito a entrega?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Pediram para avaliar o processo. Aí, vai ser feita a avaliação. Já, já tinham feito uma... uma notificação de descumprimento do contrato.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Aquele repórter do Intercept Brasil, ele entrou em contato com o senhor pedindo esclarecimento disso daí?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Ele entrou acho que a posterior, com relação à publicação em si.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entrou.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Acho que foi, pra ver quais medidas que a CGE iria adotar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Então o que acontece, nesse processo houve uma troca de equipamento, houve pagamento antecipado, tudo isso que o senhor já falou a gente já falou aqui. Só que assim, ó, o senhor entrou no processo dia 18 de abril, o pagamento 2 de abril, dezesseis dias tem a não entrega. O senhor acredita, por exemplo, e se eles estivessem entregado o equipamento no prazo, mudado o equipamento, mudado, porque foi mudado o equipamento...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Não foi entregue.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —Vamos voltar, vamos tentar corrigir, fazer menos ruim, se tivesse entregue outro equipamento, outro, mas



respeitado o prazo de entrega, o senhor acredita que isso teria vazado, a gente teria sabido?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Acredito que sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Por quê?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Porque nós já estávamos é... estruturando o Portal de Transparência e todos os processos do portal eles iriam ser auditados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Todos?

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Todos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito obrigado pela informação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Luiz, mais uma vez reiteramos os agradecimentos a esta Comissão. Se o senhor achar necessário as considerações finais... senão o senhor está dispensado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Só tem...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Peço à assessoria que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...só tem um documento pra constar que seria um relatório...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu quero indicar aqui para o senhor o endereço eletrônico no qual...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...no qual o senhor tem que...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — ...que são as ações da Controladoria, né, como órgão central de controle interno. Então seria interessante essa questão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Esse aqui é pra enviar o relatório lá?...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O relatório que foi pedido pelo eminente Deputado Ivan Naatz.

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tá. Ótimo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Desculpa se a gente foi um pouco...

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Não, claro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Antes de encerrar a reunião, convoco para a próxima terça-feira...

(A assessoria informa que tem mais um depoente a ser ouvido.)

O SR. LUIZ FELIPE FERREIRA — Tem mais um.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que encaminhe aqui... Aqui você já vai perdendo a noção do tempo e do espaço. *(Risos.)*

(O senhor Luiz Felipe Ferreira deixa o recinto.)

A pedido do Deputado Felipe Estevão, faremos cinco minutos de intervalo.

(Pausa.)

Já foi feita a conferência de que existe quórum para a reabertura da reunião novamente.

Solicito à assessoria que encaminhe a este ambiente a próxima testemunha.

(O senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz adentra o recinto e senta-se no local indicado pela assessoria.)



Muito boa-tarde e seja muito bem-vindo a esta Comissão Parlamentar de Inquérito. O nome do senhor, por gentileza.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Wagner Tadeu Martins Queiroz.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, o senhor tem ideia do porquê foi convidado para esta reunião nesta tarde da Comissão Parlamentar de Inquérito?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, nada mais que a verdade no âmbito desta Comissão com pena de incorrer no crime de falso testemunho?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, totalmente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Lembrando o senhor que tem o direito de permanecer calado e esse direito tem que ser expresso...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...porque o silêncio não nos remete a nenhum tipo de resposta. Então, se foi feita uma pergunta e o senhor tiver vontade de permanecer calado que o senhor fale assim: Eu quero permanecer calado diante dessa pergunta.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, eu vou pedir que o senhor retire a máscara para que fique melhor o entendimento, e o senhor vai falar o nome completo, a sua profissão, o seu endereço e a sua data de nascimento.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Wagner Tadeu Martins Queiroz, sou engenheiro eletricitista, domiciliado na Servidão Isabel Vieira Pacífico número 242, apartamento 4.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — O senhor veio acompanhado de advogado?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, eu vou passar a palavra ao Deputado Ivan Naatz para que ele possa iniciar as perguntas.

Vossa excelência com a palavra, Deputado Ivan Naatz.

O senhor se compromete em dizer a verdade?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim. O, o endereço acho que foi o... é que nós mudamos recente, é Servidão Nossa Senhora do Amparo, número 24 é... 270, casa 1.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Senhor Wagner, o senhor não está aqui na condição de investigado, está aqui na condição de testemunha porque eu preciso compreender algumas coisas que aconteceram nesse processo de licitação e preciso que o senhor nos ajude a esclarecer.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Trata-se do processo de licitação dos respiradores, compra emergencial, pagamento antecipado, o senhor sabe tudo isso aí?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Tá. Eu queria mostrar um documento em que o senhor faz uma certificação — é o primeiro.

(O senhor Relator utiliza imagens projetadas para auxiliar nos questionamentos.)



Esse documento está no processo licitatório, é o número 0400/2020, dia 30/03/2020. O senhor reconhece esse documento?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) —

Lá está escrito o seguinte: *(passa a ler)* Encaminhamos esta CI em resposta, onde a Secretaria de Estado da Saúde de SC manifesta interesse na aquisição de Respiradores Mecânicos (Ventilador Pulmonar), a fim de garantir a ventilação de pacientes com a Covid-19 (...).

Conforme a Proposta da empresa “Veigamed Material Médico e Hospitalar EIRELI” o valor unitário, sem impostos, é R\$ 165.000,00 (cento e sessenta e cinco mil reais).

Diante do pleito apresentado e das especificações técnicas (página 36) analisadas acostados no processo, onde foi demandado análise e parecer, esta Engenharia e a Comissão de Intensivistas (UTI), onde vai levado em consideração a marca, o modelo e as relevâncias apontadas nesse orçamento analítico, de forma unitária, evidenciando que o Respirador Mecânico (ventilador pulmonar) atende e garante ventilação de pacientes com a Covid-19.

Então o senhor certificou...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, conf...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...a qualidade daqueles produtos. Poderia explicar para a gente?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Conforme o orçamento recebido da empresa, foi feito uma solicitação de análise técnica quanto ao descritivo daquele equipamento. O descritivo, o orçamento da empresa Veigamed, página 36, tinha um descritivo do, do que precisava ser analisado.

É... conforme as especificações lá, aquele equipamento, sim, atende a utilização em UTI para pacientes com o Covid.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. Depois, veio uma segunda CI, a 0524/2020.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — 0524/2020. A assessoria poderia colocar ali? A 0524, essa daí. Depois a gente tem esse documento datado no dia 17/04/2020: *(passa a ler)* Frente ao PSES 37070/2020, onde a Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina manifesta interesse na aquisição de 200 (duzentos) Respiradores Mecânicos, esta Engenharia Clínica destaca que a empresa “Veigamed Hospitalar”, apresentou como proposta o Respirador Medical C35...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, a proposta inicial.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...conforme páginas 27 a 41 dos autos, onde o item supracitado foi ventilado com base nas especulações técnicas contida na página 36.

No dia 08/04 a empresa recebeu a 1ª Notificação por descumprimento cronológico de entrega da proposta, conforme abaixo anotado:

- 100 unidades entregues entre os dias 05/04/2020 e 07/04/2020.

Contudo, foram apensadas ao processo as Proformas Invoice, PI número tal, com modelo divergente ao analisado, validado e solicitado. Aí tem a foto dos produtos.

Essa Engenharia Clínica sugestiona que Comissão de Médicos Intensivistas da Secretaria de Estado da Saúde seja consultada, a fim de validar, ou não, as especificações técnicas e a aceitação do item informado, conforme *ProformasInvoice*, haja vista que o



mesmo diverge da proposta inicial, podendo não garantir a ventilação de paciente com a Covid-19, além das situações diversas de UTI.

O senhor comunicou isso aqui para a Secretaria?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor comunicou. Muito bem. O que a Secretaria fez?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Foi solicitado esse, esse primeiro lote seria entregue entre 5 e 7, e foi observado que a documentação, logo após a primeira notificação da empresa, era divergente de modelo, marca e modelo. Á... foi então gerado esse documento alertando que poderia algo dar errado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor agiu corretamente.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Foi encaminhado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor comunicou...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Pediu a formação de uma comissão de médicos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu quero saber o que aconteceu desse documento aqui? O que aconteceu disso aqui?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Esse, esse documento foi encaminhado direto para a Superintendência de Gestão Administrativa, e até então eu não consigo responder o que que foi...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que aconteceu. O senhor não sabe por que não foi feita a comissão?...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não consigo informar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu observei isso aqui, depois do ofício do senhor, a folha 117 o senhor pediu isso. Aí, o que aconteceu? A página 118 seria, no caso, a resposta ao ofício que o senhor deu?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Foi desentranhada do processo. Está aqui uma certidão, foi desentranhada pelo usuário 5.916.478.690. O senhor sabe por que isso aconteceu?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Á... eu não consigo identificar quem é esse usuário. Á... eu me recordo até de ter colocado, anexado ao processo, uma primeira CI, em que depois foi alterado no texto, foi feito uma melhoria no texto e excluído. Mas eu não saberia dizer se é esse, essa sequência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor não pôde até hoje certificar se esses equipamentos que chegaram são ideais para o tratamento da Covid. Ou seja, essa substituição foi feita, ela?...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Houve uma participação de, de um médico anterior que me auxiliou nas validações e que fazendo um comparativo entre os orçamentos que nós recebemos e esse equipamento, dentre eles, esse equipamento, é até oferecido por outras empresas, é... ele se tornava pouco robusto quanto à utilização dentro de uma Unidade de Terapia Intensiva.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Muito bem. O senhor chegou a questionar a Márcia Pauli por que não foi atendido o que o senhor solicitou?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Á... na verdade, não. É... foi encaminhado o documento, e como a demanda é bastante grande com relação à



aquisição de equipamentos médicos hospitalares pra abertura de novos leitos, eu não, não fico checando o processo a todo momento pra ver em que estágio de tramitação ele está.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor trabalha onde? Trabalha lá dentro da Secretaria?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Dentro da Secretaria.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Então o senhor tem contato direto lá? Assim, o senhor vê as pessoas andando, circulando.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim, certamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Como aqui.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Eu trabalho dentro da Assembleia, então vejo as pessoas andando, saindo, entrando.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor viu outros Secretários lá dentro da Secretaria de Saúde nesse período da epidemia, essa confusão que deu toda na compra de equipamentos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não, não. Eu fiquei do dia 23 de março ao dia 3 de abril é... prestando assistência dentro da Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — E lá na Defesa Civil?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Porque a gente tem afirmação que o... cuidado!

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A gente tem afirmação que foi criado um centro de geração, um centro especial, né...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...de controle de epidemia.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O senhor acompanhou esse processo lá?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— É que assim, foram criado diversas frentes, e eu estava numa sala junto com a servidora Márcia só analisando especificações técnicas de equipamentos, mas existiam diversas outras salas com diversos outros, outras frentes de trabalho em que eu não trabalhava.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Circulavam pessoas estranhas que não eram servidores dessas frentes?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ— Naquele momento, para mim todos eram estranho porque eu nunca tinha feito parte até então daquela... da, da Casa Civil da, perdão, da Defesa Civil e de outros lugares além da Secretaria de Saúde.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Então as pessoas do meu convívio, é... as pessoas que eu cruzava ou dentro do setor, sim. Mas uma grande parte não, desconhecia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Entendi. O senhor trabalhava na mesma sala que a Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas teve muito contato com ela nesse período?



O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, antes ou após?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Durante o período daquela confusão do hospital de campanha, da compra dos respiradores, dos equipamentos de UTI, que virou esse fervor, esse...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, éque, é que muitas, muitas das informações não chegavam até o setor núcleo de engenharia, até porque a, a função era analisar especificações técnicas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Mas eu estou falando assim como companheiro. Eu também não trabalho no gabinete do Deputado Sargento Lima...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — ...nem do Deputado Kennedy, mas conversamos sobre as coisas que acontecem.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — A Márcia não conversou com o senhor sobre o que estava acontecendo na Secretaria, essas compras, essa confusão toda?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, porque até então eram especificadas, o que vinha como demanda era analisado e devolvido aos responsáveis.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Ela não reclamou para o senhor: ó, de alguma maneira acelera essa certificação, termina isso aí, devolve.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não. O, o que existia era, tinha um período de tempo bastante curto pra fazer as análises. Isso sim, mas isso nesse processo e em qualquer outro que eu analisei.

Então existia realmente uma, uma cobrança no sentido de que precisava agilizar processos de análise e devolução do, das respostas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Senhores Deputados, senhor Presidente – pode tirar a imagem –, eu só convidei o senhor para vir aqui, estou falando isso para os Deputados, porque o que acontece? Ele certificou que aquele equipamento era bom. Depois a empresa tentou trocar o equipamento, trazer outro, aí ele pediu para juntar, para criar uma junta médica para certificar que esse segundo produto atendia ou não as especificações. Isso aconteceu em 17/04 quando o governo ainda insistia que vão entregar o equipamento. E, do nada, sumiram as peças do processo que vêm depois dessa solicitação, ou seja, ele faz a solicitação, somem as peças e o processo continua, claro que já com o estrago estabelecido.

Então, o objetivo de convidá-lo para vir aqui é justamente para também chamar a atenção de vossas excelências com relação a essa tentativa de fazer passar aquele novo equipamento por um equipamento que atenderia às necessidades. Mas estou satisfeito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Presidente, como esse é um assunto mais técnico de uma preocupação do Relator, até porque eu estou entrando hoje na CPI, eu abduco de fazer alguma pergunta. Até porque não tenho o conhecimento desse fato específico. Mas só perguntando, Relator, houve um novo desentranhamento? Então não é só o desentranhamento do Intelbras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Daquele.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tem um novo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — O que eu acredito – e isso eu perguntei, e ele disse que não sabe – é que ele pediu, alguém fez, isso desagradou e foi sacado.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele só sabe até a hora que pediu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Até a hora que pediu. Se ele soubesse, ajudaria bastante.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Senhor Wagner, foi bem claro o motivo da visita do senhor até aqui, e nós nos sentimos agradecidos por ela.

Deputado Solpesa, vossa excelência tem alguma pergunta? *(Pausa.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu gostaria de pedir, e talvez quem sabe já tenha respondido e peço desculpa, o primeiro equipamento foi devidamente atestado, cujo parecer foi favorável à sua aquisição tecnicamente. O segundo equipamento, na sua avaliação, ele pode substituir o primeiro equipamento?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Esse segundo equipamento, ele é pouco robusto comparado com o primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Pouco robusto, isso falando, tecnicamente, em relação ao tratamento da doença e em relação ao preço?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É, em nenhum momento nós fizemos a análise econômica-financeira dos itens analisados. Até porque existe os, os setores competentes dentro da Secretaria pra esse fim. Então foi feito a análise somente técnica de funcionamento do equipamento. É... fazendo um comparativo entre o primeiro analisado e o segundo, é... eu não aconselharia uso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Este é inferior àquele.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim. Ele tem, tem menos é... é... parâmetros que o primeiro, algumas análises de formas e, e, e leituras de alarmes, tudo inferior ao primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É mais uma fragilidade nesse processo.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Fazendo esse comparativo ele, ele, não, não que estaria totalmente descartado, mas ele é pouco, pouco robusto comparado com esse primeiro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O.k. Estou satisfeito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente conseguiu ali, senhor Wagner, óbvio que a gente esteja procurando algo que se aprofunda mais que isso aqui, porém a gente tem um olhar de investigação, parte de um olhar de polícia, onde nós já tivemos hoje aqui um festival de sequências erradas que foram elencadas para aqui.

Posteriormente, o senhor pode até acompanhar pela Internet, pelo YouTube, pelo canal da TVAL.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — O.k.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A exigência dos médicos na segunda perícia que o senhor realizou foi de ideia... por isso que a gente pergunta se sabe que está compromissado com a verdade...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...Olha, é necessário médicos nisso aqui, partiu do senhor? Ou alguém falou assim: Olha, por que não faz uma junta médica?



O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, partiu da engenharia um auxílio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Da engenharia, não do senhor?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu, Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A engenharia toda se resume na pessoa do senhor?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Então o senhor que pediu os médicos?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu pedi o apoio até porque é... a especificação do equipamento é analisado pela engenharia. Agora, a utilização, até por se tratar de um equipamento marca e modelo não usual da Secretaria, eu pedi esse apoio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E para finalizar – por isso que eu digo, sempre compromissado com a verdade – alguém, ou alguma pessoa, ou algum órgão veio e demonstrou insatisfação com o resultado do laudo dos médicos ou ele não chegou a ser feito?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, em nenhum momento. Não teve nenhum retorno nesse sentido desaprovando o parecer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Nem de nenhuma pessoa?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, de forma alguma, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Quando o Deputado Ivan Naatz perguntou de quem circulava e quem ia, o senhor conhece pessoalmente a figura do Leandro, uma pessoa que atende pelo nome de Leandro?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Eu sei quem se trata agora até em função de toda essa CPI, mas, pessoalmente, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Viu ele mais de uma vez dentro do local onde o senhor trabalhou durante esse período?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E conheceu ele de onde então?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Das notícias que andam circulando na, na mídia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Em contato, o senhor falou que trabalhava com a Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Márcia, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — No mesmo prédio?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — É. Num período era assim, no mesmo andar, porém em local, em salas distintas. Ela fazia parte de um, de um setor, gerente de um setor, e eu fico colocado dentro do núcleo de engenharia clínica da superintendência de hospitais públicos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E o senhor disse que a única cobrança que lhe era feita era a celeridade...

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — ...que as coisas fossem feitas de forma rápida.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Sim, isso sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Celeridade significa dar conclusão rápida. E o dar conclusão rápida não te conduz a erros?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Por isso eu pedi o apoio de uma junta médica pra avaliação do equipamento, a fim de zerar ou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — De todas essas compras que foram feitas, compraram isso, compraram aquilo, só essa do respirador que exigiu laudo?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, todos precisaram.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E quem te cobrava essa celeridade, essa pressa toda?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Isso vinha direto da SGA, direto da Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — A gente tem que parar de falar nome de equipe porque as pessoas tem nome. Da Márcia?

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — E ela falava assim: Olha, eu quero que seja feito ou alguém determinou que seja feita rápida? Olha o Secretário Fulano pediu rapidez nisso aqui, ou ela mesma dizia: Eu quero.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Não, eu preciso que isso aqui seja é... respondido o quanto antes. Mas não colocava nome de outras pessoas junto às solicitações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Eu quero agradecer a presença do senhor e consulto os demais Deputados... Encerrado.

O SR. WAGNER TADEU MARTINS QUEIROZ — Agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Solicito à assessoria que acompanhe o depoente.

(O senhor Wagner Tadeu Martins Queiroz deixa o recinto.)

Antes de encerrar, convoco uma reunião para a próxima terça-feira, e diante de tudo que foi dito aqui, digo que Deus tenha piedade do Estado de Santa Catarina.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Senhor Presidente, para encerrar, eu estava ali atrás agora dando entrevista. Eu saio daqui hoje, Deputado Cobalchini, Deputado Sopelsa, Deputado Felipe Estevão, Relator e Presidente, e a vontade é de chorar, a vontade é de chorar por saber que nós estamos nas mãos desse povo tão despreparado e com maldade no coração, com maldade no coração.

Eu vou ler uma mensagem que eu recebi há pouco de um empresário que me mandou agora aqui, olha só: “Muita calma nessa hora, punição para quem merece, mas nosso Estado já está mal, não pode quebrar. Boa sorte e que Deus ilumine vocês.” Oremos. *(Ata sem revisão dos oradores.)* [Transcrição: Grazielle da Silva / Revisora: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza]



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

COORDENADORIA DE
TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES



**DEPUTADO ESTADUAL SARGENTO LIMA
PRESIDENTE DA CPI**



**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES**

ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO CONSTITUÍDA PELO ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 011-DL, DE 2020, PARA INVESTIGAR POSSÍVEL PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS RELACIONADA À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 754/2020 REALIZADA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE, QUE RESULTOU NA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA VEIGAMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR EIRELI, TENDO POR OBJETO A AQUISIÇÃO DE 200 RESPIRADORES PULMONARES AO CUSTO TOTAL DE R\$ 33.000.000,00, REALIZADA NO DIA 2 DE JUNHO DE 2020, ÀS 17H, NO AUDITÓRIO DEPUTADA ANTONIETA DE BARROS, DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, POR VIDEOCONFERÊNCIA

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito boa-tarde a todos.

Havendo quórum regimental, declaro abertos os trabalhos da 5ª Reunião ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato da Presidência nº 11/2020.

Estão presentes nessas reuniões o Deputado Estadual Sargento Lima, Presidente; o Deputado Estadual Valdir Cobalchini, Vice-Presidente; o Deputado Estadual Ivan Naatz, Relator; o Deputado Estadual Fabiano da Luz, o Deputado Estadual Felipe Estevão, o Deputado Estadual João Amin, o Deputado Estadual Kennedy Nunes, o Deputado Estadual Milton Hobus e o Deputado Estadual Moacir Sopelsa.

Por uma questão técnica, gostaria de verificar e consultar o Deputado Estadual Moacir Sopelsa, que nos acompanha de forma remota, se o áudio está funcionando a contento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA - Tudo o.k. Deputado. Tudo o.k., muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado, o áudio do senhor também está a contento.

Coloco em discussão e votação as atas da 3ª Reunião e da 4ª Reunião, encaminhadas aos senhores Deputados por meio do aplicativo de mensagens e também por e-mail.

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem as queira discutir, em votação.

Os senhores Deputados que as aprovam, permaneçam como estão.

Aprovadas.

Senhores Deputados, recebemos também o Ofício nº 424/2020, assinado digitalmente pelo Secretário de Estado da Saúde, senhor André Motta Ribeiro, encaminhando a manifestação da Superintendência Administrativa a respeito do recebimento dos respiradores. O qual acho pertinente a sua leitura.

Do superintendente de Gestão Administrativa.

(Passa a ler.)

“Em atenção ao Ofício nº 017/2020/CPI (...)

Por conta das intercorrências durante o processo de aquisição dos 200 respiradores, houve decisão da juíza Ana Luisa Schmidt Ramos para que os equipamentos, assim que aportassem em território catarinense, fossem levados diretamente à Diretoria Estadual de Investigação Criminal (DEIC).



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Assim, não houve o efetivo recebimento dos equipamentos por parte da Secretaria de Estado da Saúde, motivo pelo qual não temos condições de informar o cumprimento total ou parcial, nem esclarecer se os ventiladores pulmonares foram entregues de acordo com as especificações indicadas na proposta comercial.

A informação é de que os equipamentos chegaram ao Aeroporto Hercílio Luz no início da tarde de 14/05/2020 e que após os procedimentos alfandegários ficariam em posse da DEIC.

Posteriormente, fomos informados de que os primeiros 50 respiradores que chegaram em território catarinense foram retidos pela Receita Federal por conta de questões alfandegárias. A Receita Federal deve encaminhar os respiradores para DEIC ainda na tarde de hoje, 22/05/2020.

(...)

(assinado digitalmente)

Luciano Jorge Konescki

Superintendente de Gestão Administrativa.” (Cópia fiel.)

Dando prosseguimento a nossa pauta, vou ler o requerimento de autoria do Relator, Deputado Ivan Naatz, para que (...) “seja procedida diligências (...) à Secretaria de Estado de Administração de Santa Catarina a fim de informar a esta Comissão os dados (nome e função) do usuário 0739017937, que aos 27/03/2020, desentranhou a página da página 2/18 do processo licitatório – SES 00037070/20.

Em discussão o único requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem o queira discutir e ninguém se posicione contrário.

Aprovado.

Quero solicitar a nossa assessoria que traga até...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu tenho, só uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa tarde, senhores Deputados.

Eu tenho um requerimento, não sei por que não foi trazido a vossa excelência...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ah, foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, se o senhor pudesse ler.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Colocamos também em discussão o requerimento de autoria do Deputado Ivan Naatz.

(Passa a ler.)

O Deputado que este subscreve, na condição de Relator e com amparo nos artigos 157, 160 e 162 do Regimento Interno, requer que sejam tomadas medidas judiciais cabíveis do ajuizamento, via Procuradoria da Alesc, de um mandado de segurança para a quebra do sigilo de dois depoimentos que foram dados pelo ex-Secretário da Casa Civil Douglas Borba, quando foi efetuada a busca e apreensão, e pelo ex-Secretário de Saúde Helton Zeferino, que voltou à Deic e fez um depoimento voluntário, após o depoimento inicial, haja vista que tais depoimentos são fundamentais para esclarecer a verdade e auxiliar os trabalhos desta Comissão.

(a) Deputado Ivan Naatz, Relator.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Presidente, senhores Deputados, boa tarde a todos, aos que nos acompanham também, boa noite.



Como a gente sabe, a CPI possui poder de investigação próprio, né, de autoridades judiciais, e entre essas competências para ter acesso aos dados sigilosos, conforme dispõe o art. 58 § 3º da Constituição Federal e o art. 2º da Lei nº 1.579/52.

O art. 58 § 3º da Constituição Federal assina que: “As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pelas Câmaras dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros (...)” etc. (*Cópia fiel.*)

A Lei nº 1.579/52, art. 2º dispõe que: “No exercício de suas atribuições poderão as Comissões Parlamentares de Inquérito determinar diligências que reputarem necessárias e requerer convocação de Ministro de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar da administração pública direta, indireta ou fundacional informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença.” (*Cópia fiel.*)

As Comissões de Inquérito, senhores Deputados, têm legitimidade para ter acesso a qualquer documento em qualquer lugar a fim de esclarecer os fatos que estão sendo investigados.

O Tribunal de Justiça de Santa Catarina por decisão da Desembargadora, que cuidou do caso quando ele esteve aos cuidados Tribunal, ela determinou sigilo sobre dois depoimentos. Eu não consigo compreender por que esses dois depoimentos estão sob sigilo. Eles não foram fornecidos a CPI. Não há razão lógica nenhuma para que esses documentos não sejam entregues aos Deputados. Esses depoimentos devem, supostamente é, é, possuem teor que o Tribunal entende que devam ser sigilosos e nós não compreendemos por quê.

Em razão do que dispõe a legislação, solicito autorização de vossas excelências para ajuizamento de mandado de segurança a fim de que tenhamos acesso a esses dois depoimentos, hoje sigilosos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Ainda em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Aprovado.

Comunico também a presença do Deputado Laércio Schuster na nossa Comissão. Seja bem-vindo, Deputado.

Também recebi um requerimento do eminente Deputado João Amin.

O Deputado João Amin apresentou requerimento a esta Comissão Parlamentar de Inquérito para que esta expedisse ofício ao Conselho de Controle das Atividades Financeiras, o Coaf, requisitando o relatório relacionado à empresa Veigamed Material Médico Hospitalar Eireli, para que busque o fluxo financeiro das movimentações relacionadas à aquisição objeto desta CPI.

Após o debate, o pedido foi aprovado por unanimidade na 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito. Ato contínuo, foi expedido Ofício nº 018/2020, dirigido ao autor, presidente do Coaf, sendo que constou da seguinte correspondência, extremamente abrangente...

Vossa excelência deseja discutir, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Na verdade, Presidente, a gente já aprovou um requerimento semelhante. Eu só mudei a formatação do requerimento agora para que a gente possa ser bem sucedido.



Então, é praticamente o mesmo, inclusive, o antigo requerimento já aprovado por nós, Deputados, ele está anexo a esse novo requerimento e eu só mudei a formatação para ver se a gente pode ser bem sucedido ou não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sem óbice. Ainda em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a discussão.

Em votação.

Aprovado.

Agora, sim, solicito à assessoria que chame a primeira testemunha, a senhora Márcia Regina Geremias Pauli.

(A depoente, senhora Márcia Regina Geremias Pauli, adentra o recinto acompanhada de dois advogados, que se sentam no local indicado pela assessoria.)

Senhora Márcia, muito boa-tarde. Seja bem-vinda à nossa Comissão.

A senhora sabe por que foi convidada a se fazer presente nesta reunião?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim. Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A senhora assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe for perguntado sob pena de incorrer no crime de falso testemunho?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando a senhora também que na condição de testemunha como...

(O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins manifesta-se fora do microfone: “A minha cliente assume o compromisso de dizer a verdade, mas ela também se reserva o direito de não falar para não se autoincriminar de acordo com a decisão do senhor Desembargador...”)

Muito obrigado, senhor.

Lembrando a senhora também que lhe reserva o direito de permanecer calada, mas para tanto é necessário que a senhora fale: Eu prefiro permanecer calada. Até porque o silêncio não é indicativo de resposta alguma. Então a senhora diga: prefiro permanecer calada ou não responder.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Presidente, uma questão de ordem.

Só para providenciar dois microfones móveis para os advogados, para o momento em que eles quiserem fazer o uso da palavra, porque está sendo transmitida. Como o doutor Nelson já usou anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O Léo está vendo.

Para que as taquígrafas possam fazer registro, eu vou pedir que a senhora fale seu nome completo, a data de nascimento, o endereço completo e aonde a senhora trabalha.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Se quiser retirar a máscara para poder falar mais próximo do microfone um pouquinho, porque essa distância a gente já colocou um metro e meio, quase dois metros de distância das cadeiras.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, eu não sei se pode.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Pode, pode, se se sente mais confortável para falar. Eu me sinto sufocado com ela. *(Ri.)*

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Então, boa tarde a todos.

Márcia Regina Geremias Pauli. É, é sou funcionária pública do Estado de Santa Catarina lotado na Secretaria de Estado da Saúde. Me perdoe, quais foram as outras perguntas que você fez?



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O endereço completo da senhora e data de nascimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Endereço, resido... 26/9/1971, resido a rua Vento Sul, número 772, Campeche –Florianópolis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado. A senhora está acompanhado de advogado, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Peço a vossa excelência também que fale o nome completo do senhor e o número da OAB.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Nelson Juliano Schaefer Martins, OAB 3016/Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado.

O SR. DIEGO CARDOSO SCHAEFER MARTINS - Diego Cardoso Schaefer Martins, OAB 54.872.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) –Também de Santa Catarina, Diego?

O SR. DIEGO CARDOSO SCHAEFER MARTINS - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Passo a palavra ao Deputado-Relator Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Boa noite a todos, noite Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Boa noite.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... doutores Schaefer, ambos advogados, boa tarde.

É... me permite chamar de Márcia?

(Assentimento da depoente com movimento da cabeça.)

Eu acompanhei todos os depoimentos da senhora na TV, acompanhei os depoimentos da senhora também na Deic, aqueles que eu tive acesso, observei da senhora sempre o desejo de contribuir. Também pude notar que a senhora é detalhista, conhece os detalhes. Pude notar que a senhora sempre teve o desejo de contribuir com o processo. Tanto a senhora teve o desejo de contribuir com o processo, que o Ministério Público pediu a prisão de algumas pessoas e a senhora não foi, não foi arrolada.

Então eu considero, eu considero o depoimento da senhora muito importante pra gente solucionar esse problema, mostrar pra Santa Catarina o que de fato aconteceu, e também pra nos ajudar a construir uma... um impeditivo de que isso volte a acontecer um dia.

Esse é o nosso grande objetivo aqui da CPI, identificar os culpados e também fazer indicativos de que essas coisas não aconteçam mais, que a gente possa criar mecanismos para que essas coisas não aconteçam mais.

E eu notei nos depoimentos da senhora algumas coisas assim que estarrecem o Direito Administrativo, a Lei de Licitações, os procedimentos, né. E eu gostaria que a senhora contribuísse com esses, com esses esclarecimentos pra que a gente possa é, aproveitar bastante o depoimento da senhora para ajudar Santa Catarina.

Esse, esse é o objetivo aqui da CPI. Ajudar Santa Catarina a desvendar esse mistério e a construir mecanismos que impeçam da gente cair novamente nesse, nesse, é, é, nesses desastres, não é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sei, sei,

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - ... se a gente pode chamar assim.



Então eu conto com o depoimento da senhora, não é, como colaboradora específica do processo.

A senhora era superintendente da Secretaria da Saúde?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Quantas pessoas trabalhavam com a senhora? No comando da senhora, a senhora não precisa nominar, mas quantas pessoas a senhora tinha sob seu comando?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Arrisco a dizer mais de quatrocentas pessoas dentro de três diretorias e mais de dez Gerências, cerca de mais de quatrocentas pessoas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E... a senhora tinha então o comando dessas quatrocentas pessoas. Durante a Covid aumentou o número de pessoas, durante a crise ali?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não. Nós tivemos uma redução na verdade do contingente.

É, é, segunda quinzena do mês de março, nós tivemos ali aquela indefinição entre trabalho presencial, os afastados, quem fazia parte de grupos de risco, não só por uma questão de idade, mas por uma questão de ter alguma inviabilidade de doença autoimune, alguma questão que a limitasse. Então, naquele momento, nós perdemos muitas, muitas pessoas.

Só gostaria de ressaltar que dentre essas quatrocentas pessoas nós temos entre servidores efetivos e terceirizados. Então, contratados através de empresas prestadoras de serviço.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então a senhora tinha um papel muito importante dentro da Secretaria?

É... Todos nós agentes públicos temos papéis muito importantes em cada uma das pontas que nós atuamos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que quem comanda quatrocentas pessoas tem mais importância, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, não, não sei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

No dia 13 de março, eu tenho informação que a Superintendência foi transferida pro Coes...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - 12 de março, às 11 horas da manhã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, 12 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi transferida para o Coes, lá da Defesa Civil.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Perfeito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por que que foi transferido para lá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - No dia 12 de março a, a Organização Mundial da Saúde declara então a pandemia em nível internacional, e no dia 13, nós já tivemos... no dia 12 nós tivemos a nossa primeira reunião ali. Na sexta-feira 13, nós já estávamos no segundo andar da Defesa Civil, já tínhamos saído, às Superintendências e os dois gabinetes da Secretaria de Estado da Saúde, já tínhamos sido transferidos pro segundo andar da Defesa Civil e constituído Coes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Constituído o Coes.

Quem fazia parte do Coes?



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - O Coes, ele era formado é, é, por todas as Superintendências: Superintendência de Regulação, Superintendência de Urgência e Emergência, de Planejamento em Saúde Hospitalar, é, é, Superintendência - estou esquecendo - SUH, SUR, SGA, a minha Superintendência, gabinete do Secretário Adjunto, gabinete do Secretário titular e nós tínhamos algumas cadeiras... algumas cadeiras, o Legislativo. Nós tínhamos algumas cadeiras, de alguns controles externos, PGE, algumas cadeiras. Não necessariamente todas ocupadas, mas nós tínhamos algumas cadeiras.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A PGE estava lá? Participava?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É, é, a partir de abril nós tivemos o presencial da PGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quem estava lá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É, é consultor jurídico é... Gustavo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Gustavo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Promotor. É, é procurador da PGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que o controlador... da Procuradoria-Geral do Estado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - PGE, do Estado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que a Procuradoria-Geral do Estado não despachou em nenhum dos processos, a senhora sabe?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu não sei lhe dizer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que tem o, o, o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A Procuradoria não despachou em nenhum dos processos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não, embora se me permita lhe dizer, este foi um dos nossos pedidos.

Nessa cronologia, nessa linha de tempo que nós vamos conversar aqui, eu tenho certeza, eu vou lhe dizer exatamente o dia e a hora e a oportunidade em que nós pedimos isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas não houve então?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não. Pra que o consultor jurídico fosse ao Coes presencialmente, nós, pedimos.

Vocês conheceram o colega aqui, Carlos Alberto Júnior, da Ajur; Luana, vocês não tiveram oportunidade de conhecer, mas eu e os dois, nós pedimos pela PGE. E, aí, o consultor, por um pedido nosso ao Secretário Helton Zeferino, ele se fez presente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, era só consultoria externa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Exatamente. Sequer os nossos processos de compra tinham pareceres da Cojur. Os pareceres eram minimamente da Ajur... que nós já sentimos a necessidade, porque eles estavam sobrecarregados, os dois consultores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

Nós temos aqui o Decreto emergencial do dia 12 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim, 509.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Isso. Depois, a gente teve de calamidade, dia 17 de março...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... 17 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aí, nós temos cinco dias, né?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora podia ajudar a CPI a entender por que mudou tanto de 12 para 17, assim. Porque o emergencial, né, tem uma característica e o, e o, e o calamidade tem uma característica bem diferente. O que aconteceu nesses cinco dias que a senhora pode entender que se instalou a calamidade? Eu sei que não foi a senhora que fez Decreto.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas eu gostaria que a senhora auxiliasse a gente, pela experiência que tem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

É, é a partir do dia 12 de março, as, as, reuniões do Coes elas eram diárias. Quem participava presencialmente das reuniões de Coes, além dos dois gabinetes, eram os superintendentes, representantes do Cosems, que é o Conselho de Municípios. Nós tínhamos também representantes de outras áreas que eles não estavam ali todos os dias.

Essas diretrizes, esses... esses... eles chamavam de mapa térmico, essa abrangência da propagação da doença e todas as estratégias, que eles montavam diariamente, eram discutidas. Dali do Coes saía então diretrizes para a construção desses decretos.

Entre, do dia 12 de março até o dia 31 de março, é, é, é, o movimento dentro do Coes ele foi muito tenso e muito... lembro-me de uma fala do Governador há pouco tempo, desesperado. Essa era a atenção. Eles, eles tinham uma, um temor de que a propagação da doença, ela se desse de modo muito rápido e que nós não estaríamos preparados pro que viesse.

Então, isso fazia com que as decisões elas fossem reavaliado diariamente. Por isso tantos decretos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque os dados, né, de ocupação de UTI, de leitos, nós estamos assim com muitas vagas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Na verdade, os respiradores que chegaram agora, eles acabaram é, é, sendo remetidos claro para alguns, para alguns locais, mas a gente viu que até agora não se houve necessidade. Os dados mostram que a gente tem UTIs vagas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O senhor inicialmente falou que vi, é, é, acompanhou alguns depoimentos meus, na verdade, talvez tenha todos, visto todos, né?

Foram basicamente quatro vídeos do Deic e mais uns outros quatro do Gaeco. Em um desses depoimentos eu descrevi a forma como era contabilizado esse, é, esses, é, esses quantitativos de leito de UTI pelo Estado, a forma rudimentar como era feito.

Eu mencionei, se os senhores lembram, que quatro colegas pertencentes da SUR, da Superintendência de Regulação e da Superintendência de Urgência e Emergência, quatro colegas elas ao telefone, elas faziam contato com a rede de hospitais para saber quantitativos.

A divergência, a forma rudimentar era tamanha que, por vezes, equipes pegavam um carro da Defesa Civil iam até os hospitais, até os Municípios pra lá contar exatamente, fazer essa contabilidade.

Pra o senhor ver que a gente não tinha ali um dado fidedigno.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem foi que espalhou esse caos? A senhora consegue identificar? Isso espalhou um clima de caos.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora pode identificar quem espalhou esse clima de caos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A, as, as, no próprio dia 12, quando nós estávamos é, é, é, na primeira reunião do Coes, isso ali reunidos, nós já ouvimos a... nós já ouvimos a primeira vez a frase: Vai morrer muita gente.

Nós precisamos ter equipamentos certos, ali, no primeiro dia 12, nós já ouvimos a frase de que: Nós precisamos dos equipamentos corretos, invasivos, porque senão, nós vamos matar mais do que salvar.

Então essa situação ela era o nosso dia a dia...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas quem falava isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Por que nós estávamos... os gestores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Os gestores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que gestores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Secretário Helton Zeferino, o Secretário André também disse por vezes.

Teve uma reunião que os colegas, eu tenho certeza que eles vão lembrar, agora, quando eu disser, teve uma, uma, na segunda, entre o dia 16, é, 16 ali, 16, 17, 18, nós perdemos uma colega em Brasília, no Ministério da Saúde, ela perdeu... perdemos uma colega por que ela foi acometida pelo vírus. Ela não conseguiu um respirador e ela realmente morreu à espera de um respirador. Aquele dia foi uma comoção lá dentro, ao final do dia - nós tínhamos a reunião no final de tarde -, Secretário André, nós estávamos todos ali muito triste com a perda da colega de Brasília, e ele falou assim: Gente, nós estamos aqui nessa mesa, semana que vem pode ser um de nós que não esteja mais aqui.

Isso era dito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, quem espalhou o caos, que espalhou não...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Era...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... quem falava do caos era...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Era essa a fala.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... só para deixar bem claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nós tínhamos é, é, a parte da epidemiologia faz, traçava também essas linhas, essas linhas...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas a senhora falou Helton Zeferino...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Mas o Secretário Helton passava muito essa mensagens...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o André?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Abre aspas, “nós estamos numa guerra, nós não estamos numa situação normal.”

Se o senhor vê nós temos um decreto destes, esse não, salvo engano, 562, do dia 17, em que ele diz que nós temos a oportunidade de fazer requisição administrativa.

Nós fazíamos requisição administrativa, tem um... se tiver oportunidade até coloco pra vocês aqui, requisição administrativa o que significa? Frases do Secretário Helton: Tem lá EPI? Tem máscara? Tem equipamento? Nós vamos lá e nós vamos comprar, adquirir. Nós precisamos aparelhar e, é, sequer pode faltar um Equipamento de Proteção Individual pra



qualquer servidor profissional de saúde trabalhar ou respirador para os pacientes do Estado de Santa Catarina.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Obrigado.

É, vamos entrar especificamente na questão dos respiradores, certo? No dia 22 ...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, no dia 22 de março nós temos é, é conversas da senhora pelo WhatsApp tratando da compra dos respiradores dessa licitação, não é, a chama aqui de licitação de respiradores fantasmas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não foi uma licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, bom, a senhora vai ter oportunidade de explicar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Uma compra direta com dispensa de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, muito bem. No dia 22 já tinha essas conversas, no dia 26 saiu lá o procedimento, não é? A senhora podia explicar pra gente é, já foi feito o procedimento de compra direta, já foi escolhida Veigamed direto, não deu oportunidade para mais ninguém participar?

A senhora, assim, antes de fazer a compra direta, antes de abrir a licitação, né, pra compra direta, senhora já conversava com as pessoas pelo WhatsApp. E, e, eu não consigo compreender como alguém faz isso antes de abrir a compra, né, porque isso fere a concorrência?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, Deputado, nós tivemos o nosso processo de trabalho é, é, desconstruído. Nós, nós, não tínhamos estabilizado o nosso processo de trabalho.

No dia, todo... nós tivemos três processos de aquisição, do dia que eu entrei no Coes, até o dia, no Coes até o dia da minha exoneração, nós tivemos três processos de aquisição de respiradores, três apenas. Gostaria de ressaltar que todos os nossos processos nós carimbávamos. Nós combinamos no primeiro dia. Ele levava o carimbo Covid-19 pra garantir a rastreabilidade de qualquer órgão de controle.

É, é três processos de respiradores, os três processo de respiradores na autuação, estava lá, requisição administrativa para contratação, para compra emergencial, compra direta, de que forma? Dispensa de licitação.

Medida Provisória 926 de 20 de março de 2020. Ali estava dizendo, depois veio a Instrução Normativa da SEA, nº 06. Nós tínhamos ali a forma de, é, da dispensa de licitação caracterizada. A situação de emergência, ela já estava subentendida. Nós não precisávamos caracterizar. Esses três processos de, de, de respiradores, o primeiro da Edera, o segundo da Veigamed e o terceiro da, da, do protocolo de intenções com a Intelbras, os três foram com a mesma característica, eles... a proposta foi definida e seguiu pra compra seguida de uma dispensa de licitação. Quando nós seguimos por dispensa de licitação na geramos uma OF. Diferente quando nós temos um contrato, uma licitação que é uma AF, uma ordem de fornecimento. Então, a OF é a nosso balizador. Tá certo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nós no dia 22, dia 22 de manhã, num domingo, eu recebi a proposta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu entendi. É o seguinte, a senhora tinha essa informação, vamos supor que seja uma informação privilegiada que o Estado ia comprar duzentos respiradores. A senhora tinha essa informação, quem mais tinha essa informação dentro do governo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu gostaria de lhe fazer um esclarecimento também.



A SGA ela executa processo de compras, ela não origina compra. A SGA ela não define compra de equipamentos. A SGA ela não especifica qual o equipamento comprar, em que quantidade com qual fornecedor, nós somos demandados.

O Protocolo de Intenções ele veio de cima pra baixo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, isso eu entendi.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A compra da Edera, de cima pra baixo, e, Veigamed, de cima pra baixo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Entendi.

Então, se a senhora puder ajudar a CPI pra dizer quem tinha essas informações privilegiadas de que o Estado ia comprar esses equipamentos, antes de qualquer outra pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, sim, o senhor quer saber especificamente nesse caso ou de todos?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desse caso dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É... Todos os Secretários... bom, primeiro, a quantidade, a especificação, é, era definido pela área técnica. Que, é, quem é a área técnica, no caso de equipamento? Superintendência Hospitalar. Quem acumulava a Superintendência Hospitalar? O gabinete do Secretário Adjunto. Gabinete do Secretário Adjunto: SUH, SUR, SUE; gabinete do Secretário titular: SPS, SGA e SUV.

Três Superintendências aqui, três Superintendências aqui. (*Gesticula mostrando com a mão.*)

Secre... é... Área técnica demandou o quantitativo, especificação, que precisava aquilo, *puff* todos sabiam. Esse rol, a especificação, quantos equipamentos, quais equipamentos, quantos EPIs, todos tinham em seus WhatsApp. Os nossos WhatsApp, é, é, eu não sei como o meu WhatsApp foi passado pro Estado de Santa Catarina inteiro. Não era só o meu, de todos os superintendentes. Todos tinham acesso. Nós éramos bombardeados de dentro dos gabinetes e do Estados todo e do governo também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, a senhora vai ter... nós vamos conversar um pouquinho e a senhora vai ter oportunidade de falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só que é assim... se a senhora ajudar... ser mais sucinta possível, pra gente poder também passar pros meus colegas, pra eles também, que querem conversar com a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, antes... essa compra, essa compra específico dos duzentos respiradores. A senhora tinha essa informação, vamos supor que era uma informação privilegiada, natural que a senhora soubesse. O Secretário de Saúde sabia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Todos os superintendentes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Todas as Superintendências.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Secretário Adjunto?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Adjunto, sobretudo...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Casa Civil?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele... e, eu fiquei sabendo da informação dele, no dia 22, na primeira ligação. Neste dia 22, de manhã, o Secretário Douglas me liga e já compartilha uma mensagem do Secretário Helton no meu WhatsApp,



pedindo, perguntando: Márcia, o Helton pediu ajuda, como posso ajudar? Falei assim o, uma outra coisa que eu gostaria de deixar claro aqui, bem claro aqui. Quando o Secretário Douglas me perguntou: como eu posso ajudar? A minha resposta foi: preciso de um grupo para apoiar as compras porque nós estamos sendo bombardeados aqui.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vou mostrar um vídeo pra ajudar a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, o vídeo 1.

A senhora não se sinta constrangida se a senhora não entendeu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Não estou.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, a senhora diga, não entendi.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu estou bem tranquila, fique tranquilo que eu estou bem tranquila. Obrigada.

(Procede-se à exibição de vídeo1 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Muito bem. A senhora recorda desse depoimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Lembro, lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

É o seguinte, a senhora disse aqui, estava dizendo que chegavam propostas de todos os lugares pra senhora. Quem recebia essas propostas? Antes de eu perguntar sobre o vídeo, quem recebia essas propostas? Chegavam as propostas, mas quem recebia essas propostas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Minimamente nós solicitávamos o encaminhamento, além do WhatsApp, chegava pelo WhatsApp, nós solicitávamos que encaminhasse, no mínimo, pro e-mail institucional da SGA, sga@saude.sc.gov...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Só para quem está ouvindo em casa, SGA?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Superintendência de Gestão Administrativa...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que é da senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...SGA. Era, exatamente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, chegava por WhatsApp, chegava por e-mail, chegava por telefone, chegava por tudo. E esse específico da Intelbras?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora disse que tomou conhecimento, certo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, é um processo que falei.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, esse... a senhora sabia do preço que foi pago?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fiquei sabendo depois. Ah, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por quanto a Intelbras ofereceu os equipamentos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Esse, essa negociação para... é, é, eu não acompanhei... quando... no estágio em que eu tomei ciência, eu já recebi o processo. Foi tramitado para a SGA, ele foi autuado se não me engano, salvo engano, no GABGOV, foi o gabinete do governo, foi assinado o protocolo de intenções e ali ele seguiu.



É... esses equipamentos, eles fica... eles ficavam um pouco menos de R\$ 70 mil a peça.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então... a senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E era, e era duzentos, e depois ficou cem peças.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... então, a senhora, 70 mil a peça. A senhora teve conhecimento que a Intelbras estava oferecendo equipamentos a 70 mil a peça. O governo do Estado, o Governador firmou o Protocolo de Intenções, tem assinatura do Governador, tem assinatura do Helton Zeferino, tem assinatura do superintendente, nesse Protocolo de Intenções com a Intelbras. É, depois vocês compraram equipamentos por 165 mil, é isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero saber quem levantou a mão para dizer: Pessoal, nós temos aqui da Intelbras por 65 mil, por que que nós vamos comprar por 165 mil da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Só para... posso fazer uma observação?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Claro, a senhora fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Que na verdade nós não tínhamos a Intelbras oferecendo respiradores a aproximadamente 70 mil, não.

Nós tínhamos uma negociação, aí, eu vou lhe falar, gostaria muito que vocês esclarecessem isso, quem tem propriedade para esclarecer isso é o Secretário Helton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, nós vamos ouvi-lo daqui a pouco sobre isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Certo. O que eu acompanhei: a Intelbras se coloca à disposição, por conta de uma logística internacional, de fazer aquisição lá, no mercado internacional, de respiradores para a Secretaria de Estado.

Ela se coloca à disposição para fazer a compra lá. E o retorno disso, o pagamento à Intelbras, através de uma dispensa de licitação, quando aqui chegasse.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas nós estamos falando do preço...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso é o que o protocolo... Sim, isso é o que o protocolo dizia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu quero compreender. Eu tenho uma empresa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... Eu tenho uma empresa, aqui nós temos um monte de diretores de empresas. E, daí, eu vou dizer assim: eu estou construindo um prédio. Daí eu quero construir um prédio, eu vou dizer o seguinte: eu vou comprar mil tijolos para a construção, para terminar o prédio.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Daí eu vou dizer: Ó, eu vou pagar R\$ 10 mil os tijolos. Aí, o meu gerente diz: não, mas eu tenho aqui por 5 mil, por 4 mil.

A senhora... alguém levantou a mão pra dizer: olha, nós temos respiradores por preço mais barato.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O senhor está falando...



(O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins levanta-se e fala fora do microfone com a depoente.)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... por que o senhor fala em dois processos concomitantemente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Processos diferentes, nós temos situações de precificação diferente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, vou reformular a pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que é assim, eu só preciso compreender.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E se a senhora puder ajudar é ótimo e se a senhora não puder ajudar... é porque é assim, é, o processo da Intelbras é anterior a compra da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, o governo tinha conhecimento, o Secretário tinha conhecimento, o Governador tinha conhecimento, o superintendente tinha conhecimento e acho que até a senhora tinha conhecimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu vi no depoimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, depois, que o protocolo chegou pra SES, eu tomei conhecimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, do preço... do preço justamente oferecido pela Intelbras. É, depois, depois, né, foi comprado por 165. Eu quero compreender por que que não continuou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora pode continuar, por favor.

(O advogado Nelson Juliano Schaefer Martins dirige-se ao Presidente fora do microfone.)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, vamos lá.

No processo da Intelbras, a Intelbras se coloca à disposição pra ir no mercado internacional adquirir um equipamento com uma especificação, pra entrega em 90 dias, naquela configuração, àquele custo, lá, da China, Intelbras, que chegam em torno de R\$ 70 mil a peça. No processo da Veigamed, qual foi a negociação fechada pelo Secretário Helton no processo da Veigamed? Veigamed é... apresentando a possibilidade de entrega de duzentos respiradores. Primeiro lote entre 5 e 7 de abril, a prontidão pra entrega. Esses respiradores eles não estavam a 165 reais a peça, eles estavam a R\$ 169 mil a peça, esta foi uma negociação em que foi... que eu já relatei...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos chegar lá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Aqui, na frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, é... no meu ponto de vista, a decisão por ato discricionário é do Secretário Helton, que era o ordenador daquela



despesa. Ele decidiu por aquela compra direta, por meio de uma dispensa de licitação, por quê? Prontidão pra entrega. Ele tinha entre 5 e 7 de abril a possibilidade do primeiro lote. Foi isso que decidiu.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a senhora acredita que a escolha...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Acredito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... entre um e outro deriva da entrega?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Acredito. Foi isso que aconteceu, que nós vimos acontecer.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso. Muito bem. Vamos então, eu vou mostrar para a senhora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Estou sem som e sem imagem, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Solicito à assessoria que corrija o nosso contato com o Deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Estou sem som e sem imagem, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Agora?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Agora voltou a imagem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – E o som?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Opa, também. Obrigado.

Não ouvi a pergunta última que o Deputado Ivan fez, desculpa também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O senhor gostaria que eu refizesse, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Não, não tem problema.

Só a pergunta aquela do preço, do preço de 70 pra, para os respiradores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ela disse que foi o prazo de entrega de levou a diferença do preço.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Que a escolha do preço derivou do prazo de entrega de equipamentos. Tá, bom?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA – Isso. Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Preço ratificado pelo Secretário Helton.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, claro, era uma decisão dele, não era uma decisão sua.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É... eu também, eu tenho um outro vídeo pra mostrar pra senhora, que eu preciso que a senhora explique para os Deputados. É o vídeo 2.

(Procede-se à exibição de vídeo 2 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Muito obrigado, obrigado.



É... Bom, a gente... a senhora é superintendente há muito tempo, não é, é uma pessoa que tem um cargo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, não, não. Eu fiquei super... eu estive superintendente por quarenta e seis dias.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o que a senhora fazia antes?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu tenho o cargo de Gestão desde o ano de 2013, mas eu... é... fui nomeada em 3 de fevereiro de 2020, a minha portaria de nomeação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu entrei no Coes dia 12 de março e fui exonerada dia 24 de abril.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, a senhora tinha 45 dias só na Superintendência?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na Superintendência, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Mas a senhora conhece os princípios constitucionais das relações administrativas: eficiência, moralidade, é... impessoalidade. A senhora conhece esses princípios, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora acredita que esse procedimento de receber proposta por WhatsApp, por *e-mail*, pro telefonema, ele, ele, ele atende esses princípios? A senhora não precisa responder, mas a senhora conhece esses princípios?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Os nossos processos administrativos, no momento em que, é... me desculpe, agora vou manifestar uma opinião, o Coes foi um erro. Aquela estrutura montada, daquele jeito, constituiu um erro gravíssimo. Isso nós falamos não foi uma, não foi duas, não foi três vezes. Nós repetíamos isso.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Para quem a senhora repetia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu, Márcia, repetia pro Secretário Helton, nós erramos.

Eu repetia pra ele: nós erramos. Nós tivemos a nossa... a desestabilização da nossa rotina. Eu despachava com três diretorias e diversas gerências por WhatsApp. Eles promoveram ali um bombardeio. Então, nós fomos bombardeados.

Na primeira semana, do dia 16, do dia, 13 foi sexta-feira, na segunda-feira dia 16, dali para diante as duas semanas e meia que seguiram, nós somos bombardeados por toda ordem. Por ordem dos gabinetes, por ordem de fornecedores também. Nós tínhamos inclusive a circulação de fornecedores, inclusive no segundo andar, onde nós estávamos. Nós estávamos... é... nós tínhamos uma preocupação de estar numa mesa, cercado de colegas, com muitos colegas, notebook virado para os colegas, porque você levantava a cabeça tinha fornecedor sentado na sua frente. No WhatsApp...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, os fornecedores tinham excesso direto?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... Secretário dizia assim: Fulano está me reclamando por que você não atende ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem, quem? Secretário...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está no meu WhatsApp. Secretário André fez isso, por várias vezes, era menos conservador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O atual Secretário?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E, e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu era cobrada por não responder a tempo os fornecedores.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E os fornecedores tinham acesso direto ao Coes? Eles iam, entravam e saiam?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – As duas... durante duas semanas e meia nós tivemos... até que um dia, é, é... eu solicitei conversei com Secretário Helton, chefe de gabinete Vidal, Secretário André, chamei Charles - Charles da Defesa Civil -, fiquei em pé à porta, chamei Charles e pedi pra eles, por gentileza, que a gente não tivesse mais ali, pelo menos no segundo andar, a... a ação de fornecedores...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Isso aconteceu quanto tempo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... E, a partir desse momento, nós tivemos uma sala de licitação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora pode dizer quanto tempo as pessoas tinham livre acesso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Entre o dia 16 até o dia... a última vez que o fornecedor de uma empresa x, adentrou ao segundo andar, foi mais ou menos até o dia 2, 3 de abril, por ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu acho interessante sabe por que, Márcia...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu acho que...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... Eu tentei fazer uma visita para a Defesa Civil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu liguei pro, pro, pro Secretário da Defesa Civil, eu queria fazer uma visita pra com... para compreender o que estava acontecendo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso que eu estou lhe colocando tem registro lá na frente, o senhor pode perceber...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim, sim, ele me disse...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... que isso está registrado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... ele me disse que ninguém podia entrar na Defesa Civil. Ele falou pra mim, não falou pra mais ninguém, que ninguém podia entrar na Defesa Civil, tanto que ele recusou a minha visita.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Posso relacionar pro senhor o nome das pessoas que estavam lá e o que elas representavam.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então, entrava e saía todo mundo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Nesses... nessas primeiras semanas, como eu já coloquei, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Tá.

Vamos entrar então agora na parte do Douglas.

O vídeo 3, por favor.

Eu achei melhor usar esses vídeos porque daí a gente vai... são coisas que nós ficamos assim pensando... A senhora tem a oportunidade... eu queria sempre que a senhora pensasse que essa é a oportunidade da senhora mostrar para Santa Catarina que a senhora agiu corretamente, que...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fique tranquilo...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... aproveitar esse momento...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não tenho nada a esconder.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... aproveitar este momento para conversar com quem está nos acompanhando.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fique tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo 3 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Bom, então, entrou o Douglas Borba no dia 22...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – No dia 22, 10h17 da manhã.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Olha só.

Então entrou o Douglas Borba, como ele entrou assim... ele entrou, é: olha, eu tenho essa empresa aqui, eu quero que vocês façam negócios com essa empresa.

Eu vi os áudios, eu vi o texto...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... mas eu não sei se ele conversou com a senhora em outras situações...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Porque não está registrado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu preciso compreender - e os meus colegas da CPI também precisam compreender - o nível da pressão...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... o nível de direcionamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Nós vamos chegar um pouquinho, a senhora não precisa detalhar, porque nós vamos chegar um pouquinho mais à frente, numa outra... eu vou fazer outra pergunta pra senhora. Mas entrou a Veigamed e entrou aí quem? O Leandro? Eu queria que a senhora explicasse aqui para a CPI essa... entrou Douglas no processo e entrou o Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – 10 horas da manhã, o Secretário Douglas me liga e pergun... compartilha... ele liga e, em seguida, ele já compartilham mensagem do Helton pedindo ajuda, e diz o seguinte: Como posso ajudar?

Eu falei, nós precisamos de apoio aqui na, com o grupo de apoio aqui nas compras, porque nós estamos com fornecedores ditando regra, exorbitante preço, mantendo proposta, recebe... mantendo propostas que a gente não consegue fechar. Nós, nós estávamos, a nossa dificuldade era EPI nessa época. Nós estávamos com consumo de máscaras de procedimento cirúrgico muito elevado. Então a nossa grande, a nossa grande necessidade era EPI, nesse momento.

Ele falou: Então é o seguinte, é, é, é... a partir de agora vou passar a encaminhar algumas propostas pra você, do que eu tô recebendo aqui, eu vou... nós vamos encaminhar algumas propostas de fornecedores que você pode ter, né, toda a tranquilidade com esses fornecedores. Além disso, nós temos, é, vou entrar em contato com Tasca, com Moisés e a gente vai ver o que a gente pode fazer pra ajudar.

Ele desligou o telefone, minutos depois, ele já compartilhou a mensagem do Secretário Helton, que está lá, no meu WhatsApp, e já me mandou um áudio - aí está em áudio, graças a Deus - falou assim: Acabei de falar com Moisés ele já está falando com alguns órgãos e o Tasca vai coordenar esse apoio pra você, está certo?



A partir dali ele já passou o contato do Leandro Barros, que é o colega que já teve aqui, e... a proposta... encaminhou também essa proposta a esse fornecedor da Veigamed, e ali começou transcorrer os contatos, tanto com o Douglas, tanta com o Leandro quanto com o Fábio Guasti.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora falou que o Douglas disse que conversou com Governador? É, isso que a senhora disse?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele... eu tenho no meu WhatsApp tem o áudio dele lá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É conversou com o Governador.

A senhora é...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele sempre falava em nome do Governador.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ele falava em nome do Governador?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sempre, sempre.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ele falava em nome do Governador?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... é, passou-se alguns dias, por exemplo, por exemplo, passou alguns dias em que ele batia muito em testes rápidos, e ele mandava muitos fornecedores de testes rápidos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem mandava?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Douglas Borba.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O Douglas mandava...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O próprio Douglas.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desculpe, às vezes, eu preciso para deixar as nossas atas.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então o Douglas mandava fornecedores de teste rápido?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, exatamente, também, né. E, aí...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Se eu não falar uma coisa que é verdade, a senhora, por favor, corrija.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Mandava fornecedores de testes rápidos, armadores de móveis pra UTI, equipamentos, enfim, eram várias propostas. Eu não vou lembrar todas de cabeça. O senhor me desculpe.

E, aí, ao final ele dizia: Não, por que, na coletiva de ontem, o Governador mencionou, ele está muito preocupado com os testes. Nós não estamos testando? Então, assim, o que está acontecendo? Qual é a nossa dificuldade? E aí ficava aquela pressão em cima. Quais são as ações de vocês? Tem WhatsApp meu escrevendo pra ele: Secretário, ó, o senhor fique calmo, o que está acontecendo? Nós temos uma frente trabalhando em equipar o Lacen pra dar conta do volume; nós temos uma frente orçando teste compra de teste rápido; nós temos outra fonte pra amparar Bio-Manguinhos, que não vai dar conta dos kits pra fazer os testes vai Lacen. Nós estamos trabalhando nisso. O setor de compras está trabalhando. Por que a nossa demora? Esse era o tom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o Leandro, como é que ele apresentou? Só esse WhatsApp? Ou ele chegou a falar alguma coisa sobre isso aí?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Leandro começamos a conversa comigo dia 23...



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Certo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...no dia seguinte, feriado de Florianópolis...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, é, e aí é também, propostas, encaminhava propostas e o que a gente pedia, de novo, que a gente pedia minimamente, o encaminhamento pelo WhatsApp e o nosso encaminhamento pro *e-mail* institucional, onde tinham um banco de, de, de orçamentos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Como é que a senhora passou a ver o Leandro, diante dessa indicação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Leandro é, primeiro...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Doutor Leandro não é, deixar claro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele é doutor, não sabia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, ele é advogado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... o Leandro eu o conheci em 2015, 16, quando ele foi superintendente de Planejamento em Gestão na Secretaria de Estado da Saúde. Ele era de outra Superintendência. Ficou um tempo lá, depois ele saiu, agora, em 2020, por conta desse contato repassado pelo Secretário Douglas.

Então pra nós, cada vez que chegava um *e-mail*, por exemplo, no *secretario@saude*, ou, e eles mandavam *e-mail*, mandavam WhatsApp: Márcia, tu já recebeu o *e-mail* lá, observar que é do Secretário Douglas. Ou seja, não demore. Está lá, nos meus *e-mails*.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Essa era uma pressão que a senhora sentia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É sim. O Secretário Douglas era uma... sempre foi uma pessoa que falava em nome do governo, e aí a gente tinha que dar total é... prioridade.

O Leandro, ele sempre para nós, foi esse articulador entre os fornecedores, é... apoiando o que o Secretário Douglas tinha de intenção de fa... de fomentar, né, de fazer aquele fomento, seja em testes rápidos, respiradores. Ele, entre os fornecedores e o Estado, ele era essa pessoa articulando pra que a gente impulsionasse, então, os nossos processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhora, o Leandro disse aqui para a CPI que ele nunca fez negócios com governo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu tive a oportunidade de escutar também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É ele disse que nunca fez negócios com governo, nunca vendeu, nunca...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Interessante, então ele surgiu assim como...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele sempre fez essa articulação, né, os fornecedores estavam aqui, o Leandro estava aqui no meio, e o Secretário Douglas o colocou em total interação conosco naquela, naquela influência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora entendia que isso foi uma interlocução dele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não entendi? Ah, desculpe.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Uma interlocução. Ele fosse uma espécie de interlocutor dessas empresas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Entre, entre... fornecedor aqui, Douglas, ele estava ali como a pessoa que fazia o, a articulação, sim.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Eu só queria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso para nós, no Coes, eu não estou falando em meu nome apenas, né, eu repito aqui falas e registros de colegas. Colegas que estavam atreladas ao gabinete do Secretário Helton. Então eu tenho um e-mails me cobrando: observar que este e-mail que você recebeu é do Secretário Douglas. Isto pra mim tem um tom, né: Por favor, de prioridade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

Ah, da voz do Douglas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... as conversas com o Governador. O Governador mandou fazer isso, o Governador mandou fazer aquilo, o Governador está sabendo disso. Ele falava alguma coisa nesse sentido.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tem algumas frases, né: Essa é uma decisão de governo, você tem até o meio-dia pra acabar. Isso foi dito.

É, é um dia eu saí do Coes - a gente sempre saía acima de 20h mais ou menos -, eu cheguei na minha casa, a gente sempre chegava e ia se higienizar pra jantar, naquele dia a minha família esperou para jantar comigo e eu sentei na mesa, quando eu sentei à mesa tocou o telefone, o Secretário Douglas. E, aí, eu até coloquei, nessa oportunidade, pro meu marido ouvir comigo, ele disse assim: É... vocês têm que parar com excesso de preciosismo, porque vidas de profissionais e tudo o que a gente não consegue entregar pros Municípios estão passando pelas mãos de vocês. Então, excesso de preciosismo. Vocês estão com muito excesso de preciosismo. Esse era o tom.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo. Desculpa, eu, meus colegas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Fique tranquilo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – ... Eu vi o depoimento da senhora, durou muitas horas, né, porque a senhora, realmente, é uma pessoa, como eu disse, do interior, a senhora é muito detalhista, isso é bom. Isso é bom.

Eu peço desculpas meus colegas aqui, porque quero passar o mais rapidamente pra vocês, mas preciso seguir o roteiro aqui, dos, dos prazos, a senhora vê que eu tô seguindo uma cronologia dos fatos.

É eu só quero... a senhora diz sim ou não. O José Florêncio, eu preciso saber quem apertou o botão da transparência, da transferência...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Da transferência.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... Eu vi o depoimento. A senhora disse que bota a mão no fogo, acredita que José Florêncio é um cara bom etc. etc. etc., certo? A senhora continua com esse entendimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não. Então tá, depois eu vou dar a oportunidade para a senhora dizer por que que não.

Foi ele que transferiu o dinheiro?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah! É, eu tenho que ser objetiva aqui, mas pra mim o contexto ele é muito importante. Eu vou ser bem rápida.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A senhora fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A segregação das funções ela tem que ser entendida aqui, de novo, a SGA ela executa um processo de compras, ela não origina e ela não paga. A segregação ela está posta.

Quem paga não é a SGA. É... coincidentemente, a Débora Brum, que era uma apoiadora da SGA, a menina que está lá no SGPE com a senha dela, que autuou os processos, ela solicitou dentro de duas Gerências do Cofes. O que é o Cofes? A



Coordenadoria do Fundo Estadual de Saúde. Ele compõe três Gerências: Gerência de Orçamento, Gerência Financeira e Gerência de Contabilidade. A Gerência Financeira e a Gerência de Orçamento, elas ditam e tramitam processos de compras. A Débora era... e Gabriel Koerich, eles foram instruídos por... pelas Gerências do Cofes, processo de compras, o senhor pode ir no SGPE, não tem tramitação pra mim. Eu não toquei nesses processos.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Hum, hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu sabia do processo de compras? Eu sabia. Eu sabia que o pagamento era antecipado? Todos sabíamos. Eu vou dar o nome de três pessoas que sabiam diretamente ao meu lado: Secretário Helton, a Márcia, Zé Florêncio, Gerência de Orçamento, Comandante lá do Corpo de Bombeiros e o Tiago também. Toda a estrutura foi montada em 2019 pelo Secretário Helton. Eu não troquei ninguém da SGA. Todos foram colocados lá. Eu não os conhecia e também não tinha nada que desabonasse. Não tenho nada que desabone. Então não mexi em ninguém. Não tive tempo hábil pra conhecer a equipe sequer, que dirá decidir trocar.

As Gerência do Cofes, elas instruíram o apoio da SGA, na pessoa do Gabriel e Débora Brum. Que que precisa ter de peças aqui? Como que faz? Essa instrução foi do Cofes.

Então, se tem botão para apertar, como o senhor pergunta, não foi a SGA, não foi ninguém dentro da SGA.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi dentro do Cofes.

Me permita dizer, que eu arrisco a dizer que foi dentro da Gerência Financeira, onde liquida, ordem bancária, liquidação. Me arrisco a dizer que é dentro do Cofes, Gerência Financeira. Não vou afirmar com 100% de certeza, isso é um processo, uma tramitação de trabalho do Cofes.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – E o José Florêncio?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Preciso que o senhor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Depois eu vou dar oportunidade pra senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Preciso que o senhor confirme, por favor...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ... o que estou dizendo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É que pra nós, sabe, as siglas, as letras...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... as coisas acabam não soando com tanta tranquilidade como pra senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum, hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Então se a senhora pudesse trocar por Secretaria, por órgão, dar o nome, nos ajuda...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) –... né, porque talvez um de nós não conheça, não consiga identificar os significados porque não tem o *métier* de estar lá todo dia, né.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É, então, a senhora disse no depoimento, no começo, que botava a mão que o José Florêncio, etc... Que a senhora botava a mão no fogo, acho que foi mais ou menos isso que a senhora disse começo, num depoimento que a senhora deu na delegacia. Depois, a senhora mudou isso. A senhora falou



alguma coisa do José Florêncio. Agora a senhora voltou a dizer que mudou. Por que a senhora mudou de opinião com relação ao José Florêncio?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Confesso que algumas questões ligadas a esse processo da compra de respiradores eu tomei ciência após a minha exoneração. Então algumas ações de tramitação desse processo eu fiquei sabendo após a minha exoneração. Por exemplo, fiquei sabendo pela mídia, fiquei... revi depois, aqui, com vocês, que o projeto de lei, que foi aportado aqui na Alesc, foi retirado. Eu não sabia, eu não sabia. Fiquei sabendo pela, pela imprensa depois.

José Florêncio, salvo engano, ele foi a pessoa que mais teve contato com Fábio Guasti, do que eu e o próprio Secretário Helton. Fábio Guasti fornecedor que fez toda a articulação da compra dos respiradores. Dentro da SGA, dentro da SES pra SGA, pra mim, pro José Florêncio, pro Secretário Helton. Fábio Guasti é a pessoa, ou o fornecedor, ou o representante Veigamed.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então quando é uma pessoa... eu, por exemplo, no meu primeiro dia, eu sai com a notícia da exoneração, após a mídia da Intercept, eu saí direto pro, pros órgãos investigativos, eu entreguei meu celular. Quando a pessoa relata que ela ou apagou, ou ela quebrou. Eu nunca vi tanto celular quebrar e tanta mensagem apagar na minha vida, entende?

Então, assim, são questões que nos protege. Hoje, o que eu digo, o que eu posso lembrar, porque a gente não tem lembrança de tudo, tem um equipamento que foi entregue que está lá pra auditar, enfim. Mas, isso me protege, essa é minha verdade e por que... e a pessoa que não tem eu sinto muito temeroso isso. Porque ele não consegue confirmar o que ele diz.

Por exemplo, questões, nós sabemos das garantias que nós temos que ter envolvido num processo de pagamento antecipado a LC, a carta de crédito que deveria ter sido uma questão de garantia que o José Florêncio...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Era dele a responsabilidade de cobrar isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A LC, a carta de crédito, onde depositar, tudo isso...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – A garantia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

Então, assim... eu, eu escutei do José Florêncio... nós combinamos despacho. Ele não dava expediente na Defesa Civil. Coisa que eu nunca devia ter feito. Devia ter sido mais... enfim, eu não devia ter ido pra lá. Aquilo ali realmente desestabilizou o nosso processo. Tudo isso poderia ter sido evitado se a SGA não tivesse com aquela interferência ali. Nós poderíamos, talvez, nós poderíamos ter evitado. Eu acredito que tivéssemos um outro desfecho. *[Transcrição: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé]*

Mas é, eu vi o José Florêncio comentar sobre a questão do, da, do banco, por exemplo, e ele disse: Márcia, mas o Fábio Guasti está me relatando que ele não tem conta no Banco do Brasil, que a empresa, Veigamed, enfim, eles não têm conta no Banco do Brasil, é banco Bradesco. Eu falei: opa, mas a LC no banco Bradesco até é possível, no Banco do Brasil LC não tem. Então, essa negociação eu não me envolvi. Por quê? Vou abrir uma aspa aqui. O José Florêncio falou assim pra mim: “Pagamento é comigo, vocês já estão sobrecarregados. Por favor, essas questões, esses detalhes, não se preocupem.”

E aí, depois, nós vemos um comportamento diferente. Por que que não se diz a verdade? Essas questões que...porque nós, no nosso trabalho, nós não fizemos nada errado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Ótimo.



Eu sei que Invoice...então já compreendi, nós vamos, provavelmente, ouvir o José Florêncio aqui, em compreender isso, acho fundamental.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum. Fundamental.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Fundamental entender isso aí, né. Porque, afinal de contas, ele tinha papel, dentro desse processo, que ele não cumpriu.

Eu tinha aqui uma pergunta sobre o Invoice, e eu não consigo compreender muito bem por que um prazo tão curto assim, sabe, porque os prazos eram tão apertados que qualquer um, depois eu vou mostrar, mais à frente para a senhora, qualquer um ia aprender que aquilo não ia se concretizar.

Entre o Invoice e a fabricação, e a entrega e os produtos. Eu vou perguntar isso mais à frente para a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, tá, mas eu posso explicar também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então, com relação a certificar as garantias. Quem tinha esse papel era o José Florêncio?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – LC, sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Para receber pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A LC seria uma carta de crédito onde você deposita para a garantia de que o fornecedor sabe que o dinheiro está reservado. E você também tem a garantia de que, se a transação não acontecer, você resgata.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Esse papel era do José Florêncio.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, a SGA não tinha esse depósito da liquidação, da ordem bancária, essa negociação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora sabe que toda a compra internacional precisa de uma certificação, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa justificação foi feita? Nessa compra dos respiradores, essa certificação da compra internacional foi feita?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Essa certificação do produto, do...?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, da compra, da relação internacional, na compra?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não, não sei lhe afirmar. Eu, eu não vou me arriscar a fazer. Porque, como eu lhe digo, esse processo, até eu, eu consultei ele no SGP-e faz muito tempo. Eu sei que ele já evoluiu, a CGE também já continuou a instrução. Então eu não sei lhe dizer, não vou me arriscar aqui a dar uma informação que, possivelmente, esteja já inserida no processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então a certificação da compra internacional a senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu teria que ir lá olhar, novamente, para lhe assegurar isso. Está certo? Não vou responder errado.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É que foi feita uma compra internacional por essa empresa nacional...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, eu entendo a sua pergunta.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A certificação, não precisava estar presente, não estava? É só isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Tá.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu, observando o processo, eu noto que a Secretaria tentou dar um ar de legalidade no processo. A senhora, teve uma hora que a senhora disse que catou orçamentos, a senhora usou essa expressão: "A gente catava orçamentos para, daqui a um tempo, ter os documentos se alguém quisesse ver."

Então, e

Eu achei que vocês estavam tentando, diante daquela justificativa da senhora, de que tinha um procedimento complicado, muita gente e tal. Vocês cataram orçamentos para dar um ar de legalidade para o processo.

Isso já havia acontecido antes?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É, o senhor se refere neste processo da Veigamed?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Isso. Não, a outras compras.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Onde foi jogado...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Também das outras. Da Veigamed eu sei que...eu estou falando das outras.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim, porque tem uma determinação da AGU, né, de que ele entendeu que se precisava fazer uma pesquisa de preço de mercado, enfim. De outros processos, nós tivemos um outro processo que talvez responda a essa sua pergunta, que foi no momento em que nós zeramos o nosso estoque de máscaras, tivemos. Nós tivemos um dia em que o estoque de máscaras no nosso Centro de Distribuição, ele zerou.

Então, nesse momento, assim como nós é, tínhamos também situações em que recebíamos orçamentos, nós também pedimos. Nós pedíamos orçamentos: você tem pra entregar, quem, quem poderia entregar. Aí, neste momento, nós tivemos um processo de compra, de compras, onde nós tivemos essa situação em que o fornecedor, por uma questão, uma necessidade nossa naquele desespero, que todas as áreas administrativas, todo o mundo precisava utilizar, e não só na SES, que também nos meus depoimentos eu deixei isso bem claro. Se nós estivéssemos ali para fazer as aquisições para as treze unidades hospitalares, estaria muito tranquilo. Porém, nós não estávamos comprando só para a SES, nós estávamos comprando e servindo a outros órgãos do governo também.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas e essa questão de catar orçamentos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Teve, nessa questão das máscaras cirúrgicas eu acredito que sim. Por quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mais de uma vez?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Nós primeiro estivemos...eu lembro deste processo. E eram máscaras cirúrgicas onde nós tivemos o quê? O fornecedor, ele entregou a máscara e depois ele trouxe o orçamento, a gente precisava saber se aquele preço estava superfaturado, quais os orçamentos que a gente tinha, qual é a referência de preço para aquele produto.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Esse eu me lembro.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora pediu ajuda à Controladoria-Geral do Estado? À Secretaria de Governança?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Pedi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Quando, que data? Era importante a gente saber essa data.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Pedi.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Em que a senhora pediu ajuda e como pediu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Pedi. Se o senhor tiver a oportunidade de trazer o José Florêncio, se ele tiver ainda de posse do celular dele, que infelizmente eu não tenho o meu, mas graças a Deus eu consegui entregar com todas as minhas mensagens, é, teve uma vez em que o José Florêncio é, conhecido também do, né, ele mora no mesmo bairro que eu. Como eu perdi a condução pra casa, ele me trouxe até em casa, nós saímos com a Secretária Adjunta, Simone, da CGE.

Ao telefone, na frente do portão da Defesa Civil, eu, José Florêncio e ela, nós fomos conversando dali até a porta da minha casa, no telefone. Naquele dia pra ela, Secretária Adjunta da CGE, eu pedi ajuda, eu pedi ajuda.

Por quê?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Que dia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Ah, nas semanas. Foi durante este processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Antes da compra antecipada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Foi durante esse processo, seguramente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Foi nessa semana do dia 22 ao 30?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Seguramente.

É, o José Florêncio, ele certamente vai saber a data certinho, mas sim, o pagamento certamente não tinha saído ainda.

Nós pedimos ajuda, nós pedimos ajuda em várias oportunidades, eu tenho registro no meu celular, o primeiro dia que eu pedi socorro foi no dia 16 de março.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - A senhora pediu ajuda e não recebeu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim. As áreas estavam se estruturando, estruturando para nos apoiar...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - E nós tínhamos que trabalhar.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por que o Controlador-Geral do Estado, que esteve aqui na CPL...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E diz que só teve conhecimento desses fatos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - No dia 27, um mês depois da compra antecipada. Talvez ele não tenha lido jornal, não tem ouvido televisão.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu tenho, eu gostaria de enfatizar o que eu coloquei pro senhor há pouco. Nós tomamos o cuidado, no dia 12, de pedir a todas as Superintendências que qualquer processo fosse carimbado com uma palavrinha Covid-19 para garantir a rastreabilidade a qualquer órgão de controle.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então não teve, a senhora pediu, mas não veio.

Está.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu gostaria de fazer uma justiça aqui. Dentro da Controladoria-Geral do Estado, que foi uma área que foi criada nesta



administração, junto com a SIG, né, a Secretária Naiara também da SIG, essas áreas são novas. Agora, a Auditoria Interna...é, dentro da, da, da CGE nós temos um, um grupo de Auditores Internos que, sim, se ofereceram pra nos ajudar, e eles, é, dois deles chegaram, mas aí já no dia, acho que no dia 09 de abril. Nove de abril eles foram presencialmente lado lá à Defesa Civil.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Márcia, eu queria lembrar você que, quando eu falo de licitações, na verdade eu estou falando de compra direta, às vezes é só o vício de linguagem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É porque não houve esse procedimento nesse processo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É só um vício de linguagem nosso, quero dizer que estou falando de compra direta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É o seguinte, eu preciso que a senhora me ajude no seguinte, quer ver. Começou o negócio da Covid, a gente via na televisão, jornal, problemas de compra no Rio de Janeiro, problema de compra ali, problema de compra aqui. Compraram um negócio lá, superfaturado, já começou aquele papo, não é? Antes de tudo isto que aconteceu aqui em Santa Catarina.

Não veio uma orientação pra vocês, não veio do governo do Estado, do Governador, do Secretário dizer: "Pessoal, tem um procedimento, vamos seguir esse procedimento, tenham cuidado, não façam compras fora do normal, sigam as orientações da lei, etc."?

Eu queria saber qual foi o comportamento do governo do Estado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - O comportamento, na 2ª quinzena de março, onde deu...nós tivemos ali os quinze dias, o comportamento foi de velocidade no fazer. Nós precisávamos fazer de forma rápida. Muito pelo contrário da linha de um procedimento padrão de realizar. Nós tínhamos que fazer de forma rápida, nós estávamos demorando.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas não veio, então?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não. Nós tivemos um trabalho publicado pela CGU, que foi replicado pela CGE e foi divulgado depois do dia 08 de abril, se não me engano.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então ninguém alertou, do governo do Estado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Do Governador, do gabinete do Governador, Casa Civil?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Em que sentido que o senhor fala?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Assim: "Pessoal, está tendo problema pelo Brasil inteiro, vamos ter cuidado para não ter problema aqui."

Se eu fosse o Governador, eu ia chamar e dizer: "Pessoal, vamos ter cuidado."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Posso lhe fazer uma pergunta?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não estou aqui para responder perguntas, mas se for importante.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não, mas é só para mim saber até o quanto que...mas eu tenho certeza da resposta, mas...vocês chegaram a revisar as coletivas do Governo SC?



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Nós recebemos aqui as instruções normativas da CGU, das compras antecipadas. Nós sabemos, por exemplo, que foi instalada a Portaria 06/2020.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - A Instrução Normativa número 06 da SES, na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Essa normativa foi 02 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Primeiro saiu a Medida Provisória 926, daí a Instrução Normativa 06, ela foi balizada ali.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Isso, exatamente.

Foi modificada a legislação e tal, eu tenho noção de todas essas portarias.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, vamos ver a questão da compra antecipada, do pagamento antecipado. Eu quero o vídeo 5.

(Procede-se à exibição do vídeo 5 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Tá, eu quero que a senhora explique para mim, depois...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Quer que eu continue?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, é...eu vou depois passar para o meu colega, Deputado Milton Hobus, com quem eu conversei, para que ele converse com a senhora sobre as compras antecipadas.

Mas é assim, a senhora falou que no dia 23 tinha a orientação quanto aos pagamentos antecipados. Eu preciso que a senhora nos diga quais foram essas orientações.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - O que eu estava mencionando ali é que no dia seguinte ao atendimento do pedido do Secretário Douglas, o Secretário Tasca, ele ficou incumbido de organizar esse grupo de trabalho. O que foi criado, na verdade, foi um grupo de WhatsApp.

Lhe confesso que foi subutilizado, porque nós tínhamos tanto, tanto volume de trabalho que nós não tínhamos sequer tempo de olhar aquele arsenal que estava sendo depositado ali, enfim. No dia 23, pela manhã, dez e pouquinho da manhã, nós tivemos uma única videoconferência com todas essas, essas pessoas que compunha ali. Ali tinha a Secretaria de Administração, a CGE, a PGE, o Tribunal de Contas, eu não vou...Procon, não vou lembrar todas as áreas que estavam ali nesse grupo agora, me perdoe. Mas estavam as nossas três Diretorias, a Diretoria de Licitações, de Logística, a Diretoria de Planejamento de Compras e a AGU que nós tivemos ali.

Esta, esse, essa reunião de trabalho, que foi a única que aconteceu com esse grupo, é...inicialmente nós já colocamos quais são as nossas dificuldades. As nossas dificuldades são a, é o, é o empoderamento dos fornecedores, eles estão ditando regras, a exigência do pagamento antecipado é uma realidade ali, as propostas, elas não se mantinham por muitas horas, e a exorbitância do preço. Então, foi em cima disso que a gente conversou ali, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Conversou com quem? Quem que participou dessa reunião?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Desse grupo?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - De novo. São os dois, os diretores da SGA, Consultor Jurídico do Procon...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - SGA a senhora me diz qual que é? Secretaria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Superintendência de Gestão Administrativas. O Diretor de Licitações, a Diretoria de Compras, o Consultor Jurídico da



SGA; Procon, o Tiago do Procon. É, depois tinha uma pessoa da CGA, aí em vídeo, né, estava, não estava presencial, é, estava *home office*, em vídeo, a Secretária da Administração, a Controladoria-Geral, PGE.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Da Secretaria de Administração quem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - A diretora Karen e a gerente Carla Giani; e o Secretário, o próprio Secretário Tasca participou também. Ali foi uma, uma conversa introdutória onde eles queriam entender da gente qual era a nossa, quais eram as nossas dificuldades, né, com as compras.

Quando a gente colocou: as dificuldades são de, no processo de aquisição, trabalhar com essa questão da exorbitância do preço. Teve uma oportunidade em que nós tivemos uma compra pra definir, de máscaras, onde aí eu estava com o Controlador-Geral do Estado, o professor Felipe. Nós tínhamos três propostas para a compra de máscaras, uma custava US\$ 1 dólar e R\$ 86 a unidade, a outra R\$ 15 e a outra R\$ 36 a unidade.

Nesse dia, eu e o professor Felipe, ele mesmo pegou dois fornecedores dele, desse, ele ligou para os fornecedores pra perguntar por que que uma máscara que nós estávamos comprando há R\$ 0,80, ela agora estava sendo oferecida a R\$ 32 a unidade.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Está bom.

É assim, se a senhora pudesse reduzir, sempre se concentrar para nos ajudar no responder.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Tá.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Bom, eu passo a palavra ao Deputado para, efetivamente, falar sobre o processo de compra antecipada.

Deputado Milton Hobus.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Eu agradeço. Cumprimentar a senhora Márcia, doutor Nelson.

Cumprimentar o seu filho também.

Vou me ater agora só sobre a questão do pagamento antecipado e sobre umas coisas que nos chama a atenção aqui no processo. Tem uma fala do Douglas Borba onde ele diz no depoimento dele que ele alertou vocês e a Secretaria lá que não deveriam pagar antecipado.

Então a pergunta: isso, de fato, o Douglas disse que não era para pagar antecipado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Os orçamentos que vinham dele não vinham com essa forma de pagamento antecipado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Eu desconheço, eu não participei de nenhum momento em nenhuma ligação e nenhuma conversa com ele aonde ele tenha manifestado isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Então isso não procede.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não me lembro disso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Todos nós sabemos que o pagamento antecipado, até então pela Lei 4.320, não é permitido, só o decreto que foi depois da data em que foi efetivado o pagamento à Veigamed é que criou uma normativa lá para a questão da Convid para pagamento antecipado com a exigência das garantias e tudo mais, que não foi...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - E as cautelas, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Que não foi a relacionado.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DE SANTA CATARINA

E a senhora, e é isso que a gente não consegue entender. Porque o protocolo de intenções aqui com a Intelbras foi dia 17 de março, assinado dia 17 de março. Conversando com as pessoas da Intelbras, eles se prontificaram, levantaram lá, só que os fornecedores chineses diziam: "Para a gente garantir que a gente entrega, a gente precisa de 30% adiantado. Eles tinham que dar um sinal pra eles reservar os respiradores para Santa Catarina. E daí então a senhora, provocada pela Diretoria..."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pelo Cofes, né, acho que é um despacho meu, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Por solicitação do Fundo Estadual que solicitava a manifestação quanto ao pagamento antecipado que a Intelbras havia solicitado, porque daí, quando pediram pra eles, oh, nós vamos, conseguimos trazer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na verdade...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E daí a senhora fez um documento de resposta em resposta ao pedido de manifestação acerca do pagamento antecipado: Informamos que o pagamento supra citado só poderá ser realizado após a certificação e recebimento dos equipamentos no Centro de Distribuição e Logística da Secretaria de Estado da Saúde, em consonância com o Ofício 376.377, apensado a esse processo.

Então, esse é um documento que a senhoras assinou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, o despacho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E no da Veigamed a senhora não teve que dar despacho nenhum? Igual a esse, ninguém solicitou isso para a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não.

É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Porque para a Intelbras não podia pagar antecipado, porque era uma empresa idônea que iria trazer por 68 mil cada respirador, segundo a própria senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu lhe agradeço por esta pergunta. Porque no momento em que eu fui solicitada a manifestar sobre o pagamento antecipado, eu fiz.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Certo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E, obviamente, nos outros dois não me, não me perguntaram, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - No caso da Veigamed, a senhora não fez.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não fui abordada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E no dia 1º de abril o Governador Carlos Moisés faz uma carta de autorização, assinada por ele pelo Secretário Helton Zeferino dizendo o seguinte: "Governador Carlos Moisés, Secretário da Saúde Helton Zeferino, vem pelo presente declarar para os devidos fins e a quem de direito possa interessar, que autoriza a empresa Intelbras, suas sucursais e filiais a negociar, adquirir e importar para fornecimento do Estado de Santa Catarina equipamentos denominados ventiladores."

Isso assinado pelo Governador, então o Governador sabia de toda essa operação, evidentemente, não é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E no dia 02 de abril, data que foi pago à Veigamed os R\$ 33 milhões, saiu a ordem de fornecimento 376 e 377 para a



Intelbras. Onde diz aqui prazo de entrega dez dias, que era a previsão que eles tinham dado para os cem equipamentos. Então não era tão diferente assim do prazo da Veigamed, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Era para junho, né, meados de junho, foi com a Intelbras.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Diz assim: prazo de entrega, dez dias, está aqui na ordem. Tu lembrás que está na ordem de fornecimento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, sim, o prazo da OF, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Isso. E as condições de pagamento, trinta dias.

Então, isso aqui está documentado, é um documento. Então, essas coisas a gente não consegue entender. Aqui não pôde ser feito o pagamento, e lá pôde ser feito sem nenhuma garantia sequer.

E daí eu pergunto para a senhora. Tem no vídeo do Secretário Helton, que evidentemente nós vamos perguntar pra ele, mas a senhora já falou sobre o José Florêncio, onde ele diz que ele dividiu funções, uma interferia na do outro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Então, o senhor José Florêncio tinha que se preocupar em pagar, e quem mandava pagar é o Secretário, evidentemente, é o superior. Lá na minha empresa ninguém paga nada se não tiver autorizado, não tiver tudo lançado bonitinho, e assim vai. E o Secretário assina também.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Mesmo que seja...ele assina o pagamento mesmo que o financeiro passa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu posso fazer uma observação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Qualquer, é, é, observação que o Secretário faça, ele o faz no momento da assinatura da ordem de fornecimento e da dispensa de licitação. Uma vez que ele assinou a dispensa de licitação e a ordem de fornecimento, o processo saiu para o pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - A senhora sabia que quem mandou fazer o pagamento foi o José Florêncio, porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É a área atribuída.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - E acima dele. Era a atribuição dele fazer isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, ele está na mesma linha da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Era atribuição dele.

E a senhora sabia que o José Florêncio fazia tratativas com as empresas das propostas antes de fazer o pagamento, quer dizer, tudo aquilo que não deveria ser feito?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Ele estava envolvido nas transações comerciais e não só com o ato do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essas tratativas com as empresas, essa forma de pagar, alguma, alguma, em alguma dúvida com relação às contas ou alguma CND negativada, alguma questão, essas áreas entravam em contato até para ver a questão do pagamento. Sim, isso acontecia.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Deputado João Amin.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Desculpa, eu me prontifiquei a fazer perguntas só relacionadas a essa questão do pagamento antecipado. E esse esclarecimento é importante.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ótimo. Eu vou mostrar um vídeo sobre o pagamento antecipado, daí se algum Deputado quiser intervir a gente pode, daqui pra frente, conversar em paralelo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Conforme o tema, talvez, mais Deputados irem interagindo conforme o tema...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Daqui pra frente, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Que cada um tenha anotado, para nós não voltarmos ao tema depois. Senão nós vamos ficar aqui dez horas para cada depoimento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Claro, só a gente ter o cuidado para a gente não perguntar o que já foi respondido. Não é? E não perguntar todos a mesma coisa.

Eu quero mostrar um vídeo, o vídeo oito. Um vídeo para a gente conversar um pouquinho sobre pagamento antecipado.

(Procede-se à exibição de vídeo 8 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Então é assim, é uma farra isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Na verdade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu estou aqui, na Assembleia, nossos colegas Deputados estão aqui na Assembleia. Estamos aqui trabalhando, o sujeito está em casa, trabalhando, nós estamos achando que as coisas estão funcionando dentro das regras, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E daí eu vejo a senhora falando isso, me assusta, eu fiquei assustado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Na verdade, Deputado, com todo o respeito, é, não é uma farra. Nós tivemos dentro, eu falei muito bem ali, nós tivemos mais de cem processos nesses quinze dias. Nesses processos, dezessete processos nós tivemos essa criticidade...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Pois é, 15%.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Criticidade de nós termos EPIs esgotados o item, e aí essa compra ter que ser feita diretamente, o que a AGU, o senhor viu no despacho da AGU, dentro do processo dos respiradores. Ele exigia, para a continuidade, outros orçamentos. Quando me referi ali, eles tinham um banco de orçamentos e eles iam lá procurar as propostas pra ver qual é o preço, que ele oscilava semanalmente, com área naquela semana os preços que tinham sido ofertados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu não consigo compreender. Pagamentos antecipados, a senhora falou de vários pagamentos antecipados.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu volto a dizer: a circunstância...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Dezessete, a senhora falou dezessete pagamentos antecipados.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Vou reiterar aqui. A circunstância em que nós estávamos, aquela exposição, aquele volume de trabalho, aquelas circunstâncias respondem essa sua pergunta. Mas hoje, obviamente, o retrato é outro, Deputado, o senhor realmente não vai entender, não vai entender nessa questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Sobre o pagamento.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sobre o pagamento?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Marcia, Boa tarde.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Aos doutores aqui, que lhe acompanham também.

Sobre o pagamento antecipado a minha pergunta é: houve orientações da Controladoria-Geral sobre os pagamentos antecipados, tanto nos outros processos quanto nesse processo houve manifestação a vocês sobre isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Nós tivemos várias frentes. Primeira, no dia 23 nós já conversamos e a Controladoria-Geral já estava ali. Nós tivemos, sim, amplamente divulgada a propositura do projeto de lei. Nós tivemos, eu gostaria de trazer aqui uma resposta que ficou interrogada no, no, na oitiva do Carlos Ajur, vocês perguntaram pra ele e ele respondeu que no dia 16 de março ele fez uma instrução normativa e vocês perguntaram que fim que deu essa instrução normativa.

Eu quero dizer pra vocês. Eu queria, eu gostaria de dar um processo, é o PSES 40.501 de 2020. Esse processo está lá no SGP-e, foi uma outra frente, onde essa instrução normativa, decorrente dessa instrução normativa, gerou esse processo. Esse processo, na página um, o Secretário Helton emite o ofício 230 de 2020, solicitando manifestação do Tribunal de Contas sobre o pagamento antecipado. Para esse conforto nas nossas compras, porque os pagamentos eram uma exigência.

Na página três, ofício 60 de 2020, assinado pelo Governador Moisés, também reiterando. Então foi do GABSES para o GABGov, que foi pro Tribunal de Contas, solicitando no dia 1º de abril. Isso que foi o que decorreu daquela instrução normativa que foi vocês que perguntaram aqui para o Carlos Ajur. Processo P SES 40.501 de 2020.

Sim, a resposta do Tribunal de Contas à aquisição desses bens, se me permite, a aquisição dos bens com pagamento antecipado vinculado ao combate da Covid-19 é viável, desde que observadas as cautelas específicas, sim, é viável.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ - Sim, mas a Controladoria se manifestava em cada compra ou a partir desses documentos ela não se manifestou mais?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Porque eles nos colocavam que era por amostra, eles faziam amostras, eu não sei qual critério que eles tinham por amostras. Tinham processos que nós encaminhávamos pra eles, o número de PSES, mas todos os nossos processos de compra de equipamentos, valores muito altos, eram três processos. Então, pra nós, nós não tínhamos dúvidas que esses processos estavam sendo avaliados.

Está certo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu queria compreender agora o seguinte: por que que o processo já abriu com trinta e três milhões?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É, essa requisição emergencial de compra direta ou dispensa de licitação...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - É, por que já abriu por 33 milhões?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Ela já tinha sido fechada no dia 26 de março pelo Secretário Helton, e seguiu para a DL pra contratação.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Então o pagamento de 33 milhões...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - A requisição, se o senhor observar no Sistema SCCD, ela já foi gerada no valor da compra, de 33 milhões. A proposta



que ia ser consolidada aquela compra, de R\$ 165 mil a peça, duzentas peças, ela decorreu daí, Deputado. Os três processos que nós temos, Intelbras, Edera e Veigamed, eles seguiram, foram demandados para a execução pra essa compra. O do Veigamed, o que definiu foi o prazo de entrega.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Foi uma relação assim: eles trataram do preço e depois foi feita a compra? Eles estabeleceram preço?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Numa outra, é, numa outra coletiva o Secretário Helton deixa isso bem claro, né, nós tínhamos ali quem originava compra, conferi as especificações, porque nós recebíamos as especificações, a área técnica recebia especificações, aquele grupo da Engenharia Clínica recebia especificação. A especificação aprovada, o prazo de entrega, é, próximo ali. A proposta foi fechada, essa negociação, não sei se ouviu todos os meus depoimentos, né, foi numa sala, no dia 26, onde estavam ali pelo menos cinco pessoas, nós já relacionamos os nomes das pessoas, e o Secretário Helton, numa ligação, no meu celular, no viva-voz, ele fechou a negociação, fechou essa compra ali. Era de 169, 160, 167, 165.

Vamos lá, fica bom pra mim, fica bom pra ti, 165, fechou essa proposta, foi assim que foi feito.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - E na hora que ele estava conversando, naquela hora que ele está conversando com ele, ele não falou de garantias, das garantias?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ele conversou várias vezes com esse senhor, Fábio Guasti. Eu não sei todas as conversas que tiveram, é como eu lhe falei. Eu, o Secretário Helton, é, José Florêncio. E depois, por fim, também o Gustavo, Gustavo, mas foi mais na parte das notificações, o Gustavo, da Cojur também teve ali. Ao final, quem mais me trazia informações, “Olha, Márcia, fica tranquila, vai chegar, tá? Vai chegar, vai chegar”, eram os colegas ali. Então isso que eu digo.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - O que eu preciso compreender, os Deputados precisam compreender é como se fez a compra? Assim, na verdade, ele não teve cuidado de cuidar das cartas, das garantias, das liberdades?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu coloquei para o senhor a atribuição de cada uma das áreas, não é?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Mas o Helton não teve esse cuidado? A senhora não viu isso? A senhora presenciou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu preciso que o senhor pergunte isso a ele.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, mas eu estou perguntando se a senhora presenciou alguma orientação dele para ter cuidado, pagar adiantado e perder o dinheiro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Que eu tenha presenciado, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Muito bem, eu queria que...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Sim, claro.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Boa tarde a todos.

Eu queria só fazer a seguinte pergunta: a senhora falou agora, e no depoimento também, que houve no viva-voz uma, como se fosse um leilão, chega pra cá, chega pra lá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Uma sessão.



SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Mas a senhora falou há pouco que a proposta veio fechada, do Secretário Helton, em trinta e três milhões, quando o Deputado Ivan perguntou à senhora como começou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só queria o esclarecimento disso daí, como é que foi? Como é que chegou a proposta, porque a proposta parece que chegou, inclusive tem outros dois documentos de propostas iguais, já chegou no valor de trinta e três milhões a proposta, quando chegou para a senhora no dia 23 de março, é isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Eu posso explicar como que se deu?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quando o Deputado Naatz colocou da requisição, né, no valor de trinta e três milhões, ali são as requisições, documentos SES.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Hum-hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está certo?

A proposta que chegou, é, no dia 23 não foi a, a, é, ela evoluiu pra esta proposta finalizada no processo. Ela também não tinha ali, é, esses trinta e três milhões. Então, trinta e três milhões da requisição é uma coisa, essa proposta de trinta e três milhões que culminou com a autuação do processo foi do dia 26, 26.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Eu queria entender o seguinte...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não 23.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi o valor que chegou a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – R\$ 169 mil a peça.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Ao total?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, R\$ 169 mil a peça, eram duzentas peças, né?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então alguém faz o cálculo para mim, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria saber...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E depois, com a negociação do Secretário Helton...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Oitocentos mil a mais.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então a proposta chegou em trinta e três milhões e oitocentos e a negociação baixou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Baixou para cento e sessenta e cinco a peça, trinta e três milhões.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – No total, oitocentos mil. É isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não fiz a conta aqui.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A primeira, trinta e três milhões e oitocentos mil, e fechou com trinta e milhões.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A partir do fechamento é que houve...



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A requisição.

Eu só queria tirar essa dúvida pra saber se houve, realmente, do valor que entrou a proposta para o fechamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então, para entender, senhor Presidente, para entender então. A partir daquele telefonema...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - ...que gerou os trinta e três milhões. Daí saiu essa comunicação interna que a senhora assinou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Junto com o Secretário Adjunto, André Motta, dizendo: considerando as medidas necessárias para o enfrentamento da Covid, tal e tal, para pleno atendimento à população, bem como situação de emergência, decreto tal. Solicitamos a aquisição emergencial de ventilador pulmonar da empresa Brazilian Trading importadora e exportadora, Edera Ltda...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Que não era a Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso foi encaminhado pelo Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS – Então o senhor Fábio Guasti estava negociando em nome dessa empresa de Joinville em nome da Veigamed. Quer dizer, vocês não sabiam quem seria o fornecedor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS - Porque a senhora e o Secretário Adjunto assinaram, não para a Veigamed, a autorização para fazer a compra.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Aí depois o Fábio Guache refez a proposta e encaminhada novamente sem a Brazilian Trading.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – *(Ininteligível.)*

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desentranhados.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Desentranhados. O Fábio teria pedindo pra vocês desentranhar documentos, foi isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi, foi, ele encaminhou de volta por problemas com a trading, né.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Foi ele que pediu para desentranhar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente, ele pediu a substituição da proposta, argumentando problemas com a trading, né, que ele iria utilizar para aquisição. Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas esse é um procedimento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O desentranhamento de peças em processo, ele costuma ser comum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Não, substitui orçamentos, documentos. Substitui esses documentos por aqueles. Por que, de fato, aconteceu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – É normal isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi uma solicitação feita...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Do vendedor...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – pelo mesmo fornecedor. E, argumentando a necessidade da substituição, sim, foi feita.



O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Muito bem.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não é comum, mas ocorreu.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Deputado, deixa só eu fazer uma pergunta: que é que autorizou o pagamento da Fonte 100 a trezentos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Aí o José Florêncio precisa, precisa...eu tenho informações extraoficiais, mas ele vai lhe dizer com toda certeza. Parece-me que foi a própria Fazenda.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora falou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A Secretaria da Fazenda, porque era uma fonte do...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora falou que quem...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não sei nem o que dizer.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que quem iniciou o processo de compras e que definiu comprar foi a Superintendência Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem demanda, quem diz o que comprar, em que quantidade, de quem é a origem, é, Hospitalar.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A Superintendência Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem era o Superintendente Hospitalar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hospitalar, nós não tínhamos, quem acumulava a SUH era o Secretário Adjunto André Motta, na época.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o André Motta era o Adjunto e estava na função...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Estava SUH, sim, na época, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Na função de Superintendente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem foi que definiu a compra dos trezentos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A quantidade?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa área técnica.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Essa área técnica?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exatamente. Quando eu falei, um pouquinho atrás, nós tínhamos aquela equipe de três Superintendências que contabilizava pelo telefone o que tinha disponível e chegava na necessidade, na quantidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – Então foi, justamente, do Secretário Adjunto que partiu...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Necessidade em quantidade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – A necessidade em quantidade e a especificação do equipamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, Engenharia Clínica.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a senhora fala, num depoimento, sobre a oferta de aluguel.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Também alguém ofertou. Quem que demandou isso daí?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Também a Hospitalar, também o Secretário. Aí as tratativas foram especificamente com Secretário André Motta. É, nessa oportunidade, quando eu falei lá atrás sobre os fornecedores que transitavam muito pela, pelo Coes, pelo 2º andar.

O outro, coincidentemente, Leandro, Leandro Estevo, Ortomedical.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Isso. A senhora falou, numa das suas falas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele ofereceu.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Que outra empresa estava todos os dias e transitava em todos os setores da Defesa Civil. O Leandro da Porto...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Estevo. Leandro Estevo, Ortomedical.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - Esse dia, a senhora já está falando depois do dia 07 no seu depoimento que o rapaz sumiu de lá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E a senhora perguntou como ele passou pela garagem?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi exatamente. Eu relatei há pouco tempo que teve uma vez em que nós sentimos, é, tão constrangidos, ele ter vindo à minha frente, no segundo andar, pela milésima vez, que eu fui até a sala, nós éramos separados por um vidro. Fui até a sala do Secretário Helton, lá estava Helton, Vidal, Chefe do Gabinete, o Secretário André, o Charles, da Defesa Civil. Eu pedi que a gente tivesse informação de como que o Leandro Estevo estava subindo tanto, insistentemente, ao setor de compras no segundo andar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Márcia.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque, segundo a sua fala...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES - A senhora reclamou que o fornecedor foi reclamar como é que se decidia isso pela empresa de compra, isso é?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, isso que o senhor está falando agora já é reclamação do Leandro Estevo ao Secretário André porque que estavam, é, comprando uma coisa em detrimento de outra. Foi, teve visto também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO - Deputado Kennedy, só para esclarecer, o Leandro Barros...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado Felipe...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É outra pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Márcia, Deputado Felipe. Nós vamos retornar aqui ao Relator. O Relator conclui as perguntas dele. Óbvio, porque está se exaurindo as perguntas e está se afunilando para a redundância várias respostas. Em relação à movimentação dentro da sua Secretaria, é a quarta vez que eu estou escutando o número de pessoas que entravam lá dentro, e a coincidência de nomes são os mesmos. Peço que responda pelas perguntas que lhe são feitas.

Peço ao Relator que continue, e, posteriormente, a gente obedeça a ordem inscrição.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então não. Eu só fiz essa intervenção porque foi dito que nós poderíamos fazer. Então, não faço mais e vou esperar o meu tempo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O.k.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Por favor, Presidente, para poder estar concluindo.

Há uma informação da senhora que gerou uma certa curiosidade aqui da Assembleia Legislativa. Eu queria que a senhora visse o vídeo onze, por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo 11 mostrando parte do depoimento já prestado pela senhora Márcia Regina Geremias Pauli.)

Muito bem, a senhora disse que recebeu ligações de Deputado. O outro, o Douglas, também disse que recebeu ligações de Deputado. É importante a gente compreender que tipo de ligação a senhora recebeu e de quem a senhora recebeu essas ligações, para que não parem dúvidas sobre a Assembleia Legislativa.

Então, gostaria que a senhora explicasse de quem a senhora recebeu as ligações e qual o teor dessas ligações.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado Kennedy, ele falou sobre a interferência da Ortomedical, Leandro, Leandro chegou lá depois, Leandro Estevo, Ortomedical. Ele estava, insistentemente, por via do Secretário André, eu vi ali uma proximidade entre eles, né, uma, aí, sim, né, o Secretário André e a Ortomedical ali, Leandro Ortomedical.

Eu tinha uma, uma relação próxima de, de, né, de articular entre eles, e ele disse: “Olha, eu tenho, é, proposta pra locação de kit UTI, monitor multiparâmetro, respirador e cama, duzentas peças. E aí, neste momento ele traz o Neto, Neto, Onofre Neto, que é o empresário lá de São Paulo, e que este iria para a China para comprar para o Estado de Santa Catarina para, pedindo passaporte especial.

Então, é, essa, esse momento em que o Neto sinaliza: “Eu posso ir para lá, faço a negociação, compro para o Estado de Santa Catarina, a Ortomedical aluga. Tinha essa proposta de locação, tá. Também era uma proposta que começou a locação por kit R\$ 30 mil e parou em R\$ 17 mil.

Isso era uma outra frente. Só que os equipamentos, eles não tinham, tinha que ir para a China comprar. Foi um grande movimento e foi feito, sim, uma abordagem, é, de Deputado da Assembleia pedindo: mas por que que o passaporte do Neto não sai? Mas qual é o problema do passaporte do Neto está lá, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O nome?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não tenho o nome, eu digo com toda certeza, eu não tenho o nome. Nesse momento está lá no meu telefone, meu telefone não está comigo. Eu sabia que vocês fariam essa pergunta, é, eu não tenho o nome, não me lembro, não estou mentindo, eu não lembro do nome.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Mas foi uma pressão ou foi só uma conversa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu saí...foi, foi uma ligação que eu recebi no meu telefone. Eu recebi o...eu recebi dois colegas perguntando por que do passaporte. Vários colegas da Defesa Civil, os coletinhos laranja que entravam lá: e o passaporte do Neto, passaporte do Neto. Foi uma grande insistência. Eu até comentei com o Secretário Helton e ele falou assim: “Meu Deus”, quando eu recebi a ligação por parte do gabinete aqui da Assembleia, né, do Deputado, ele falou assim: “Será que nós vamos ter que fazer esse passaporte de uma vez”, até ele falou assim, mas aquilo não foi...eu tinha mandado para a Cojur, eu não poderia emitir documento algum, então eu repassei e aquilo morreu, mas teve, sim, tá?

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Presidente.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não tenho o nome do Deputado, falo com toda certeza pra vocês. Se eu tivesse, eu diria aqui.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só gostaria, até pra esclarecer quem está nos acompanhando. Eu fiz algumas anotações pra saber como é que entrou esse negócio do passaporte.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum, hum.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A senhora falou o seguinte: que o fornecedor foi reclamar como é que houve essa decisão, por essa empresa ou por outra. Aí a senhora disse: “O Wagner.”

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ah, sim.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque o processo de ligação, porque propusemos de locação e não foi pra frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso. Porque não foi para a frente.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Parece que o Wagner perguntou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Perfeito, Deputado.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Aí a empresa levou uma pessoa pra dentro pedindo pra Secretaria da Saúde ir pra China em nome do governo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Onofre Neto.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o Secretário Adjunto, André, inicia a reunião falando: “Márcia, essa reunião precisa para passar os documentos para o médico que vai pra China.” Depois de falar isso, ele sai da sala e deixa a senhora?

É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É isso aí.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí a questão foi sobre o passaporte, Coronel Aldo ficou assustado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Audrey.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Quem é ele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Coronel Audren, nessa reunião, cheguei na reunião e todos estavam a postos, Onofre Neto, Leandro Estevo, Coronel Audren, Subtenente Bernardo e o Secretário André na ponta. Eu sentei, todos colocados, o Secretário André olhou pra mim e falou assim: “Márcia, essa reunião aqui colocada é porque o Onofre precisa do documento para o passaporte especial, o.k.?” Levantou, saiu, a reunião seguiu.

Coronel Audren, aí ficamos um pouco em silêncio, porque ficamos todos espantados.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E por que a senhora falou que o Coronel ficou assustado com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ficou assustado com a minha reação, porque...

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual foi a sua reação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A minha reação foi assim, de por que que nós estamos fazendo esse documento, pra, era um documento que eu nunca havia tramitado, eu não sabia que documento era esse. É, eu falei pra eles, é, e aí eu já estava, eu confesso, eu sou uma pessoa calma, mas eu já estava assim num momento do esgotamento. Porque eu disse: mas por que *a*, e não *b* e não *c*? Por que isso, né?

E, de novo, por que que a Defesa Civil, já que nós já estávamos ali divididos entre Secretário de Estado da Saúde e Defesa Civil, por que a Defesa Civil, com o Cojur, não faz o pedido? Então o Cojur...



SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Aí o Cojur dá o parecer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Da defesa.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E o parecer parece que tinha combinado...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Parece que tinha combinado comigo.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu só estou falando, Deputados...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Porque o que eu perguntei, depois o senhor perguntou.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Porque é exatamente o fato onde ela diz que um Deputado entrou.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Senhora Márcia, uma das minhas atribuições aqui é satisfazer os Deputados em relação às suas perguntas. Óbvio que existe todo um histórico que o levou a esse pedido que a senhora afirma ter recebido a ligação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Então, para satisfazer a pergunta. A senhora costuma, normalmente, receber ligações de Deputados?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Durante o Coes, sim; antes do Coes, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Durante o Coes eu recebi de alguns Deputados.

A Deputada Paulinha, ela, ela estava muito por ali.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum, hum.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – O que ela queria?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Na verdade, senhora falou: “Eu recebi de alguns Deputados.”

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Certo. Para satisfazer a pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esse Deputado que ligou pra senhora fala pra falar: é preciso que se agilize o processo do passaporte do...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não. Ele perguntou por, qual era a dificuldade. Ele não me, ele não me impôs agilizar. Esta frase não foi dita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Hum-hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O que...ele gostaria de entender qual era a dificuldade, qual era a necessidade. Ele também estava falando nisso. Ou seja, tinha chegado pra ele uma necessidade e ele queria entender. Nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Sim. O nome dele a senhora não se recorda?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu não me lembro, eu estou falando a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Dos demais Deputados que te ligavam nesse processo aqui, não vai ser perguntado, até porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum-hum.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Não está aqui outros assuntos pertinentes que poderiam, tranquilamente, ligar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim, mas eram outros assuntos, eram assuntos assistenciais, assim é.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - É, pra conclusão, Deputado Ivan Naatz.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Não, se a senhora estiver se sentindo, de alguma forma, a sociedade catarinense precisa esclarecer.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Se a senhora tivesse, de alguma forma, se sentido coagida por algum Deputado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não, não.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Com algum procedimento, obviamente a Assembleia Legislativa tinha interesse de saber.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Não, não, mas não foi.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Porque esse é um procedimento que é vedado aqui.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Entendo, mas não foi o caso, a abordagem não foi essa.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Eu fico feliz que a resposta da senhora seja nesse sentido, o que garante a lisura da Assembleia Legislativa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Por último, é minha última intervenção. Eu queria que a senhora assistisse o vídeo dezessete.

É o último, o último. É o depoimento do Helton. Só um minutinho, tá?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Imagina, tô tranquila.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tá, depois eu posso passar o vídeo que, por algum problema, não está disponível ali.

Mas tem uma fala do Secretário Helton, quando o policial pergunta pra ele quem ordenou o pagamento? Quem ordenou o pagamento antecipado? Quem ordenou que fosse feito o pagamento antecipado? Diante de tudo isso que a gente viu, os Deputados aqui vão conversar com a senhora melhor sobre isso. E ele disse, ele está com as mãos cruzadas, ele fala: "Eu não." Ele fala "Eu não."

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Ele fala: "Não sei, eu não." Então, se não foi ele, ele disse que não foi ele, quem foi?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Deputado, eu vou lhe afirmar: o pagamento antecipado destes respiradores, deste processo que nós estamos, nesse processo de investigação, ele estava posto desde o início. Então nós todos já sabíamos. Esse poderio, até cinco milhões a Superintendência de Gestão Administrativa, a dispensa de licitação tem, sim, essa autonomia de definir, né, de ponderar essa, essa forma de pagamento diretamente com o Cofes ali. Acima dos cinco milhões, a SGA aqui não tramita processos de pagamento.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) - Tu acreditas que este pagamento podia ter sido feito sem a participação dele?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - É, não sei se posso aqui prospectar, mas assim, eu, Márcia falando, eu não imagino, eu não imagino. Se ele diz que não, se o Cofes não conversou com ele, se, aí, realmente, ele vai ter que afirmar. Eu, Márcia, imagino que não.



SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Senhor Presidente, só uma questão de ordem, senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Mas eu não posso ficar aqui conjecturando.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Eu queria, por uma questão de ordem. Eu recebi aqui, o pessoal está acompanhando pelo YouTube, eu queria um esclarecimento. Porque justo na hora que o Deputado Ivan perguntou o nome do Deputado, vossa excelência, a senhora, citou a minha pergunta, e agora estão dizendo que a senhora disse que fui eu.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, pelo amor de Deus, não, não.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então, só para esclarecer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É o Deputado Kennedy falou, puxou, perguntou. Não tem relação.

SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por isso que agora...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Fica esclarecido então que o autor pergunta foi confundido com a resposta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu realmente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Foi em resposta ao Deputado Kennedy.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu lhe digo assim...

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Vocês não me conhecem, mas eu não tenho necessidade alguma de omitir ou mentir. Eu diria, se eu lembrasse, eu diria, porque a abordagem ali foi muito tranquila. Então não, era isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) - Muito obrigado, dona Márcia.

Pela ordem de inscrição, Deputado João Amin, vossa excelência com a palavra. E o à parte é concedido por vossa excelência mesmo, se algum Deputado fizer um à parte.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Bom, senhora Márcia, boa noite.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Boa Noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Cumprimentar os seus advogados, doutor Nelson, pessoa que eu tenho muito respeito.

A senhora afirmou que o ex-Secretário da Casa Civil passou várias indicações. Quais outras empresas ele apresentou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, eu não vou lembrar de todas as empresas, empresas eu não vou lembrar, eu vou lembrar dos itens, materiais, mobiliário pra UTI, é, testes rápidos a maior parte deles. E esses equipamentos respiratórios também, máscaras.

Itens eu lembro, empresas eu não vou lembrar. Está lá registrado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não tem problema, o que a senhora lembrar e pudesse a gente fazer mais aum bate-bola, é até mais interessante para quem está nos acompanhando.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Antes da pandemia, o Douglas já havia feito contato com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, não, o primeiro dia foi dia 22.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quem foi o representante da Veigamed que o Douglas colocou em contato com a senhora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - O Fábio Guasti.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O senhor Fábio se apresentou como sendo da empresa Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Inicialmente, ele apontou a, é, Fábio da Malvale.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Meuvale.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Meuvale, né. Ele mencionou, ele falava num grupo de empresas. Falava muito da Meuvale e porque esta é daqui, de Santa Catarina, então ele queria fazer esse *link* com o Estado aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E depois dessa apresentação da empresa o Douglas fez novos contatos com a senhora para tratar do assunto dos respiradores e sobre os outros procedimentos da Secretaria?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Sim, sim, vários. dali para diante ele fez, muitos. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Sempre em nome do Governador, questão de governo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Tava sempre. Hum, hum, ele se portava assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Qual a segurança, garantia que a Secretaria de Estado da Saúde tinha que os equipamentos iam ser entregues?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Deputado, nós sempre fomos muito tranquilizados com relação a isto. Quando se aproximou ali do dia 03, quando houve a proximidade...pra entrega era entre 5 e 7 de abril, é, nós tivemos a primeira iniciativa e aí foi, partiu do Secretário Helton da gente montar a reunião lá na Defesa Civil. Então, no dia, eu acho que entre o dia 02 e 03 de abril ali o Secretário já pediu para chamar alguém da empresa para tratar sobre a chegada dos equipamentos. Foi onde apareceu a pessoa Gilliard Gerent, do Gilliard Gerent, que, que esteve na Defesa Civil e também a, a abordagem do Leandro Barros tranquilizando.

Então, sim, nós tínhamos, por parte do Secretário Helton. O Secretário Helton colocava, é, inclusive que o câmbio, o rastreamento da conversão do dólar, né, pro câmbio, pra compra eles já estariam acompanhando. Eu cheguei a abordá-lo, a perguntar: Secretário, a gente não precisa - eu usei esta palavra - a gente não tem que antever, nós não temos que procurar. Ele usou o nome de, dos órgãos como Deic, usou o nome do, da CGE. É, e a partir daí...e ele usou um órgão também, que eu não me recordo o nome, que estaria acompanhando a conversão do dinheiro dizendo: "Fique tranquila, vai chegar, vai chegar."

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Porque trinta e três milhões, né, chama a atenção.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Vai chegar. Sim, o valor é alto.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Objetivamente, quem decidiu comprar os respiradores da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - A negociação foi fechada pelo Secretário Helton dia 26 de março. Eu, eu, em seguida, é, questionei ele, se não me engano, um, dois dias depois: Secretário, nós vamos fechar esta compra? Sim.

Eu gostaria de ter a oportunidade aqui, não sei, eu, eu não gostaria de ser prolixa, mas realmente é muita informação. Eu gostaria, de novo, de perguntar se todos os senhores revisaram as coletivas, porque tem uma, uma em especial, do dia 27 de março, que eu



gostaria, são três parágrafos, se vocês me permitissem até ler, porque esta é muito esclarecedora.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É porque isso é uma coisa que muda do seu depoimento. A senhora, num dos depoimentos falou que quem decidiu foi o Grupo de Trabalho, e hoje a senhora diz que é o Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O senhor me pergunta quem fechou a compra da Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, quem decidiu comprar os respiradores da Veigamed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quem fechou com a Veigamed foi o Secretário de Estado da Saúde.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Quem decidiu comprar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum- hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - A senhora teve um...o diretor de licitações aqui, na...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Carlos Charlie Maia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Ele falou que a senhora, termos dele, foi usada como bode expiatório ou como boi de piranha. Isso foram falas dele, quem acompanhou...

Então, depois que a senhora foi exonerada e foi muito corajosa em falar sobre toda essa situação, Santa Catarina pôde presenciar um escândalo. Nós, como Deputados, fomos pegos de surpresa, imagina a sociedade, que está mais preocupada com seus afazeres.

Como a senhora sobre da sua exoneração?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pelo WhatsApp, sexta-feira.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E qual foi o motivo que passaram para a senhora para justificar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu soube do WhatsApp, eu recebi a portaria de exoneração, sem motivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - E o motivo a senhora nunca ninguém lhe passou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na própria sexta-feira, dia 24, de noite, mais tarde, eu recebi uma ligação do Secretário Helton, a frase dele foi assim: “Então, você foi exonerada, é, segunda-feira eu passo lá, a gente conversa, fica tranquila de novo.” Aí veio aquela conversa de novo: “Fique tranquila, nós vamos acompanhar a compra dos respiradores e o tom foi de que, realmente, eles quiseram me preservar porque a imprensa, né, aliás, a notícia de que isto é tomaria proporções, ela já transitava lá no Coes entre o dia 23 e 24.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Não teve nenhuma movimentação na Secretaria de Estado da Saúde para tentar a devolução dos valores pagos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigado pela pergunta, Deputado. Página 108, ela foi desentranhada, foi uma pergunta que os senhores fizeram aqui numa oitiva, se eu não estou enganada, foi para o Carlos Charlie Maia. Vocês perguntaram por que que a página dos desentranhamentos. E o que tinha na página 108? Eu posso ler para o senhor o que tinha na página 108?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Por favor.

Enquanto ela pergunta, sem problemas, senhor Nelson.

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS - Senhores Deputados, senhor Presidente, muito obrigado pela oportunidade.



Eu gostaria apenas de deixar, ou pelo menos solicitar ao Deputado João Amin, que permitisse à depoente que esclarecesse o seguinte. Vossa excelência pergunta a respeito de quem decidiu a compra e quem negociou a compra. São momentos e fatos diferentes, porque nós não gostaríamos que a nossa cliente saísse daqui com uma resposta que parecesse contraditória.

Então, eu gostaria de pedir a vossa excelência a oportunidade, inicialmente ao senhor Presidente, que permitisse que a depoente esclarecesse quem decidiu a respeito da compra e quem negociou essa compra, que são momentos diferentes e instituições, ou pessoas ou grupos diferentes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito. Só pode ler primeiro a 108, que a senhora ia mencionar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Hum- hum, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Aí a gente volta pra essa do doutor Nelson.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Pode ser assim, doutor Nelson?

O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Perfeitamente, Deputado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, ainda sobre os desenranhamentos, página 108, quando o senhor pergunta: “Ninguém teve a iniciativa? Bom, é, foi um despacho meu, da SGA para o Núcleo de, para a Diretoria de Licitações. Ele dizia assim: *(Passa a ler.)* Considerando a avaliação da Engenharia Clínica, que atesta evidente divergência entre a proposta aprovada para a aquisição e a configuração do equipamento apresentado no Invoice, emitido pelo fornecedor, bem como descumprimento do prazo de entrega dos equipamentos pactuados, solicito o prosseguimento das providências necessárias junto ao Núcleo de Penalidades, pro cancelamento da compra e devolução do recurso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Esse é o teor da página 108.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Ótimo, Márcia.

O esclarecimento que o doutor Nelson faz questão que a senhora faça, por favor.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Fique à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Quando o senhor disse que isto tinha sido, é, uma divergência entre o meu depoimento e o que eu coloco hoje aqui, o senhor pergunta sobre a negociação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Não, a decisão da compra. Foi a minha pergunta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Isso, a decisão, as quantidades em que comprar quais equipamentos, é nisso que o senhor se refere, essa decisão, ela foi conjunta, o Coes, esse Coes, que ali representadas áreas técnicas decidiram o que comprar de equipamento, em que quantidade, com a configuração foi conjunta. Isso eu disse na minha...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Mas esse Coes era presidido, comandado pelo Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Esse, esse Coes, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - O Secretário que era o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, as maiores autoridades, Secretário Helton, Secretário Adjunto e depois as Superintendências ali. Neste ato da decisão foi Secretário Helton. É isso, acho que ficou bem claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Perfeito, ótimo.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Me lembro, lembro-me bem que essa foi o meu relato também nos depoimentos que eu prestei, foi isso que aconteceu.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – João, se me permite, só tem uma contradição, mas uma vez. Porque a princípio você respondeu que veio do gabinete do Secretário Adjunto, e agora você diz que foi do Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, então desculpas, senhores.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ – A decisão de comprar os equipamentos, a quantidade e o tipo de respiradores. Você disse antes que veio do gabinete do Secretário Adjunto.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Uma coisa é a necessidade em termos de quantidade e equipamento; uma coisa é a necessidade, a origem, eu necessito de respiradores. Em que quantidade, quais as especificações? Isso é um grupo que definiu, o Grupo Técnico. Aquela proposta, aquela compra, ah, vai ser da Veigamed, e foi aí o Secretário Helton que bateu esse martelo, nessa compra foi ele.

Eu não sei se estou sendo entendida.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É que a minha pergunta foi relacionada à Veigamed, não foi à necessidade de respiradores.

A decisão de respiradores da empresa Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Veigamed. Da empresa que ofertava lotes para, em prontidão, de 5 a 7 de abril. Esta decisão por aquilo ali foi o Secretário Helton. É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá bom. Como que a senhora conheceu, bem rapidamente, como que a senhora, quando que a senhora conheceu o Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Leandro Barros?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI - Conhecia ele, quando Superintendente, lá atrás, 2015, por aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E alguma outra pessoa além do Leandro, agora neste momento de pandemia, fazia a interlocução de fornecedores?

Aí a senhora tem que falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De forma geral, a interlocução, no papel mais presente que eu tenho é do Leandro Barros, e propostas nós recebíamos de muitas ordens, né, mas essa interlocução, esse papel, mais o Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN - Depois dessa apresentação, qual foi a participação do Leandro Barros nos respiradores e com a Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Os respiradores, perguntando: “Fechou com a proposta, fechou?” Essa era a abordagem: “Fechou com os respiradores” e depois, no dia em que Fábio não consegue vir aqui, no contato no dia 03 de abril, ele não consegue vir, que foi o pedido, né, pra ele participar da reunião, o próprio Leandro faz esse contato e se coloca ali: “Olha, não vou poder estar aí, mas eu falei com o Fábio, ele vai entregar. Tem lá a mensagem dele.”

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E o nome do Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Do Douglas?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Para a Veigamed? Não dá pra relacionar, não foi indicado pelo Douglas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A apresentação da proposta?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Da Veigamed.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O que me colocou em contato foi o Secretário Douglas. *[Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos]*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Foi o Douglas. Através do...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está no meu WhatsApp, eu tenho a... as propostas dos encaminhamentos concomitantes ali.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Está lá registrado nos autos.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E aí houve pressão do Douglas nesse caso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, a cobrança, né... que a gente precisava, por que que a gente demora tanto, excesso de preciosismo, o Governador está preocupado porque que a gente não consegue dar as respostas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Quem definiu a compra, aceitando a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De novo... desse do Veigamed?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – O Secretário de Estado Helton, da Saúde... Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Em entrevista ao ND a senhora declarou que a empresa foi defi... as suas aspas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Deputado João Amin, ficou muito baixo o nome que a senhora falou agora, por último.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Secretário Helton Zeferino.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Definida de forma anterior por outra Pasta, que não é a Pasta da Secretaria de Estado da Saúde, e posteriormente informou que esta outra Pasta seria a Secretaria da Casa Civil.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – A senhora confirma essa informação prestada anteriormente? Pode detalhar como isso ocorreu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na entrevista, quando fui abordada sobre quem apresentou a proposta, né, da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...de como surgiu Veigamed...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – É.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...de como isso ocorreu? Douglas Borba, 22 de março, pela manhã. Â-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Também na entrevista a senhora disse que o Secretário não falou a verdade quando disse que não tinha envolvimento em todo o trâmite da compra e com a determinação de pagar antecipadamente pela compra. Quando relatou isto, a senhora estava falando do Secretário da Saúde ou da Casa Civil, pois não ficou bem claro pra mim?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Secretário Helton.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – Helton?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN – E a senhora mantém esse posicionamento, claro. Pode então detalhar como se deu a participação do Secretário?



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Senhores, me permitem falar sobre a... a coletiva do governo do dia 27 de março?

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) — Claro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Por favor. Uma daquelas *lives*?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, foi uma coletiva... é, sim, é *live*, não sei se o senhor considera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — *Lives*, é.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essa que me refiro foi uma coletiva do dia 27 de março, ela tem 1 hora, 10 minutos e 11 segundos. Lá no minuto 49, eu assisti ela e sempre nós, de novo, nós precisávamos estar muito conectados com essas diretrizes, com aquelas estratégias das coletivas, porque após as coletivas sempre as demandas vinham, tá certo, e a gente precisava tá ali sintonizado porque no dia seguinte a gente trabalhava aquilo, tá?

Dia 26 foi o dia do fechamento da proposta com a Veigamed, essa aqui é do dia 27, 18 horas. Então, aos 49 minutos tem uma... interlocutora que faz as perguntas, jornalista Marcelo Lula pergunta pro Secretário Helton é... sobre a compra anterior dos respiradores, se não estaria com preços a... excessivos? O Secretário Helton ele responde a pergunta do Marcelo Lula explicando pra ele o momento que nós vivíamos, é... que nós temos uma equipe de engenheiros em que eles avaliavam que não era feita... nós não fazíamos compras ao aleatório, tinha uma engenharia clínica que validava esses equipamentos, se serviam ou se não serviam pro que a gente precisava.

Com relação aos preços ele mencionou a CIT do dia anterior, do dia 26, onde o Ministro da Saúde falou do canibalismo de compras, tão falado hoje em dia, né, de que os Estados concorriam entre eles, ele resolveu puxar as compras pra si...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Estados Unidos com China...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tudo aquilo... E aí falou do canibalismo de compras e disse... é... naquela oportunidade o Secretário Helton falou da dificuldade que nós tínhamos, Governador... ele até colocou pro Governador essa, essa dificuldade que tinha.

Nesse momento o Governador, no minuto 57:50, 57 minutos e 50 segundos, o Governador faz uma pergunta: Helton, na tua referência histórica aí, qual os preços que você tinha antes de respiradores e o que que tem agora? Aí ele responde: antes da pandemia nós tínhamos esses respiradores ao custo de 60, 70 mil reais a peça. E depois que a pandemia instalou, esses preços já extrapolaram. No início da pandemia, acima de R\$ 100 mil, e hoje pessoas já nos oferecem por R\$ 335 mil – esses R\$ 335 mil foi uma proposta enviada também por esse mesmo fornecedor.

Isto foi notícia no dia 28 de março no NSC Total, foi pra imprensa, virou uma matéria. Vocês podem checar também.

Bom, e aí... é... num minuto, numa hora e 36 segundos o Governador finaliza, né, e eu gostaria, por gentileza, de ter a oportunidade de dizer pra vocês aqui – isso foi no dia posterior ao fechamento dessa proposta: abre aspas, palavra do Governador “esse é um dos nossos desafios, é ter que fazer uma compra por aquisição direta, porque não tem tempo de fazer licitação, porque não tem melhor preço, você vai pesquisar e vê que o produto ele tá sendo oferecido no mínimo pelo dobro do preço que você comprava antes. Você percebe também que não é um fornecedor local, ele repete um preço que vem da China e de outros países, e então você decide por pagar aquilo ou não. E se você não paga, você não vai ter leitos de UTI suficientes pra atender a população”, fecha aspas. Palavras do Governador.



Então assim, eu nunca conversei com o Governador, é... o Secretário Helton ele estava, sim, em resposta à sua pergunta, Deputado, eu respondo, ele estava acompanhando todos os encaminhamentos. De novo, nós tivemos apenas três processos de respiradores.

Então, sim, eles estavam muito inteirados. Ele não falou a verdade quando ele disse que mal conhecia o processo. Enfim, ele quis dizer isso, né, de que não, aconteceu lá, eu não... Não, acompanhava, todos os detalhes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — A senhora identificou fraudes, fragilidades em outras compras?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... o senhor citou... Como na entrevista, né, me perguntaram sobre fraudes. Eu não vou fazer aqui julgamentos, então...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — É que o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Fragilidades, sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Fragilidades?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós não poderíamos ter essa... esse bombardeio nós... Primeiro, né, a Superintendência de Gestão Administrativa ela não poderia estar lá sob essa pressão, fornecedores, gabinete direto, externo, nós não poderíamos estar nessa situação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só pra senhora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Fragilidade, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...a senhora já deve saber, a senhora é minuciosa, o Ministério Público fala em conluio criminoso de agentes públicos e privados. E o Luiz Ferreira, sentado onde a senhora está, da Controladoria-Geral do Estado, falou assim: identificamos o roubo. Depois ele quis corrigir pra ilícito.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu percebia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Durante o procedimento da compra dos respiradores, mais alguém, além do Douglas, mencionou o nome do Governador? Como pressão, como?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — ...conhecimento? Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Para mim, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — E além dessas pessoas todas, tem dois Leandros, Gilli, Douglas, é um...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Um balaio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Tem que ter bastante memória. Há mais alguma pessoa, que não tenha sido objeto das minhas indagações, que tenha feito algum tipo de pressão pra que a empresa Veigamed tenha sido escolhida e para que o pagamento tivesse sido realizado de maneira antecipada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, acho que todos já foram citados.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Assim, que eu tenha conhecimento, todos que eu...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Só para finalizar, eu sei que não é o nosso caso aqui, mas se a senhora puder contribuir, o hospital de campanha, a senhora participou de alguma reunião?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Não? Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não participei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL JOÃO AMIN — Obrigado.

Seria isso, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Seguindo a ordem de inscrição, Deputado Cobalchini, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Boa noite, doutor Nelson, e também doutor Schaefer Junior.

Eu fui também autor do requerimento para que a senhora viesse aqui, outros Deputados imagino que também fizeram os seus requerimentos, e restou... Eu preparei muitas perguntas e o Relator foi... creio que esmiuçou bastante e deixou, dessas muitas, deixou algumas poucas perguntas que eu quero fazer. Mas, em princípio, eu considero esse o verdadeiro negócio da China. Eu aprendi desde pequeno que negócio da China é quando é um grande negócio, em que há um lucro muito grande, neste caso específico não foi para o Estado; o grande negócio da China foi para aqueles que obtiveram o lucro, não foi nem o Estado, nem tampouco aqueles que ficaram, quem sabe, felizmente nós não tivemos aquilo que se propagou. Foi mais ou menos esse presente, o cavalo de Troia.

O processo... algumas perguntas muito técnicas. O processo estava regularmente instruído com os documentos exigidos, o processo de dispensa, quando chegou a sua mão?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... Gostaria de ser... Né, vou ser repetitiva, mas assim, o processo ele seguiu pruma compra direta, pruma dispensa de licitação, né, não houve um procedimento licitatório. É... a cará... o caráter da emergência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não se cumpriu nenhuma formalidade?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...e roga... e rogar por aquela requisição emergencial, né, se falava, e depois foi consolidada no Decreto 362, foi uma requisição administrativa, foi um processo que não se aproxima em nada com um procedimento licitatório, né? É isso o que eu tenho a dizer.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — A senhora notou alguma irregularidade na tramitação ou na documentação? Já reconheceu que não houve o processo, enquanto não houve essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, não configurou como um processo licitatório, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não configurou. Então não foi uma questão formal como deveria ter sido, Prefeito que foi de Rio do Sul [dirige-se ao Deputado Milton Hobus]; certamente lá no seu Município isso aconteceria, muito embora a gente reconheça o estado de calamidade pública.

A senhora recebeu propostas com valores menores do que os ofertados pela Veigamed? Por que essas propostas não foram habilitadas?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A Superintendência...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...se recebeu?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim. A Superintendência de Gestão Administrativa, a Superintendência Hospitalar também recebeu propostas é... a Engenharia Clínica ela avaliava as especificações. Então os requisitos que eram buscados por esta área técnica, se eles não fossem atendidos, essa proposta ela não evoluía.

Uma das abordagens que até o Deputado Kennedy mencionou sobre aquela ligação, onde eu sou cobrada, mas por que que a proposta x não foi pra frente? Eu pergunto em viva-voz, pra que eu possa responder pro Secretário, eu digo: olha, Wagner, você pode repetir? Não, a proposta não atende por isso... Aí ele falou tecnicamente.



Então sim, nós tivemos propostas com valores inferiores, porém a área técnica ela não aprovou a proposta entendendo que não atenderia pra necessidade em questão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — O meu questionamento...

(Um dos Deputados-membros manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, o estacionário e o móvel, né? Exatamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Isso.

O meu questionamento é que no seu depoimento o Leandro de Barros afirmou aqui que antes de ele ser o representante da empresa Veigamed, ele era o representante da empresa ECB, cujo sócio da empresa ele aqui declinou o nome, Luiz Henrique.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, não conheço.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E que fez chegar ao seu fax... aliás, ao seu... *(risos)*

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No fax seguramente eu digo que não chegou, porque nós não temos mais.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Foi o tempo do fax, naquela época certamente que não existiria esse tipo de proposta. Agora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Então, como eu lhe digo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...com essa modernidade...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...tiveram, sim, outras propostas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não é? *(Risos.)*

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tiveram, sim, outras propostas, né, várias outras propostas que não atendiam...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Que seja, de qualquer forma, mas ele fez menção...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...a área técnica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...a essas duas propostas com preços de R\$ 100 mil e de R\$ 95 mil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...pelos mesmos respiradores, com a mesma qualidade desses da Veigamed.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, se são os mesmos eu não sei.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — E depois acabou não se confirmando, não temos ainda essa comprovação, de que mesmo aqueles que foram pagos 165 mil pela Veigamed me parece que ainda não há comprovação de que é exatamente aquilo que se pagou. Parece que se trocou gato por lebre. Esse é um outro questionamento.

Durante o processo, foi consultado o Radar da Receita Federal do Brasil da empresa Veigamed, para saber exatamente, porque nós estamos comprando afinal da empresa Veigamed, que é uma Eireli.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Ela tem essa capacidade de fornecer, até de adquirir?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É uma pergunta que o senhor está me fazendo, se foi consultado?



O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — É uma pergunta, sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... essa instrução do processo, esse processo ele tramita internamente, depois que a proposta sai pra execução, por pelo menos duas diretorias. Numa dessas diretorias ela utiliza o Sistema SCCD, que é um sistema de cadastro, é... e aí ela faz a avaliação, faz a inclusão, o cadastro desses fornecedores e tem toda essa configuração.

É... não estou apropriada aqui pra lhe dar detalhe desta avaliação, se isso... dentro da Diretoria, de que forma se dá nesse sistema. Não estou aqui com todas as informações pra responder essa sua pergunta, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Quem levou a notícia ao Secretário Helton de que os equipamentos não chegaram e não iam chegar?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu recebi uma ligação num dia insistentemente do... do Fábio Guasti que ele não estava conseguindo contactar com o Secretário Helton, me pedindo pra que a va... a vi... ele mandou áudio, ligou, eu estava até com um grupo de trabalho, é, numa sala de licitações do térreo, ele insistentemente é: diga pra ele me ligar, diga pra ele me ligar, fale comigo. Naquele dia que o Fábio Guasti faz essa... essa abordagem e aí eles conversaram, não estava... eu não estava presente diante dessa conversa, mas... é... depois ali o grupo até comentou que houve, sim, essa, essa conversa entre eles e... e a troca dos equipamentos, ou a... a... o Fábio Guasti teria, sim, oferecido outro equipamento pra que entregasse os duzentos ali, enfim, e que não tivesse problema com a entrega.

Isto foi, isto foi... é... isto ocorreu, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Não são para a senhora esses questionamentos que eu vou fazer, mas eu vou deixar duas perguntas no ar, que entendo ainda não tenham sido respondidas, e que certamente nos próximos depoimentos essas perguntas precisam ser refeitas.

Aliás, três: quem pagou – ainda não está claro –, quem apertou o botão; quem certificou, quem certificou o recebimento – se alguém pagou, parte-se do princípio que alguém certificou que esses produtos chegaram, imagino que sim. Alguém disse: oh, chegou, pague. Não é isso? Para liquidar empenho. E uma outra questão que eu faria também, não vou fazer, já foi feita e não foi respondida, e fica aqui uma... Eu lhe peço que a senhora decline, tão logo souber o nome, porque todos nós, Deputados, de uma certa forma, Deputado Kennedy, a gente ficou numa situação muito constrangedora...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, na, na...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ...não com o Kennedy, com cada um de nós quando surgiu a informação de que um Deputado pressionou. Quando não se fala o nome do Deputado, a dúvida paira sobre os quarenta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Então, essa... E não é justo, é preciso...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu só gostaria de esclarecer que não é relacionado a este processo especificamente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...foi com relação ao passaporte do... é... Onofre Neto, da Exxomed, que iria à China, passaporte especial, e a abordagem foi, né, qual a dificuldade, vai ser possível mesmo, essa documentação não, neste sentido, que não tinha a ver.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Mas não, não, não é... quando você coloca...



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Mas... mas eu lhe digo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — ... uma dúvida como essa, não é o que a sociedade imagina.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

Naquele depoimento... eu entendo perfeitamente. Naquele depoimento eu lembro-me que depois dali, do dia 28 imediatamente eu já fui nos órgãos investigativos, então esse depoimento foi dos... do dia seguinte ali do ocorrido. É... e... eu tinha acabado de sair da Defesa Civil, eu estava com todas as informações na cabeça, teve um, um depoimento em que eu cheguei próximo das onze horas, eu cheguei na minha... da manhã e eu retornei pra minha casa à meia-noite, cheguei na minha casa meia-noite, então eu passei muitas horas em depoimento, eu tinha acabado de sair, então eu tava, estava com todas as informações, mas eu lhes confesso, esse meu equipamento, o meu celular que eu entreguei, foi neste dia, então eu não tenho *backup*, eu até... nós tentamos fazer um *backup*, o que nos deram a gente não consegue abrir.

Então assim, não é uma má intenção minha, uma má-fé minha de não dizer o nome, eu realmente não me lembro, eu não sei, eu não me lembro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Tá certo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E aquilo não teve uma importância que eu digo assim, ah, interferiu num processo de... Não, foi uma abordagem no sentido de pedir informações e perguntar por que que o passaporte tal, aquilo não tinha sido feito ou se ia se conseguir fazer ou não, nesse sentido. Só quero esclarecer isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL VALDIR COBALCHINI — Eu fico satisfeito, alertando mais uma vez que essa questão ganha fácil as manchetes quando envolve Deputado, se espalha por aí, pelo Estado todo, e aí, depois, como é que fica? A dúvida não voga a nosso favor, contra nós, então é necessário que se busque, de alguma forma, saber quem falou e o que falou. O que falou a senhora já nos explicou aqui, mas eu penso que nós precisamos elucidar também essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Muito obrigado, Deputado Cobalchini.

Deputado Milton Hobus, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Vou ser bem rápido, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Quando puder, Deputado Sargento Lima.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Está inscrito, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Boa noite, Deputado Sopelsa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Senhor Presidente, o senhor me inscreveu, só para registro?

(O senhor Deputado Kennedy Nunes manifesta-se fora do microfone pedindo sua inscrição também.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Perfeitamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO — Estarei no aguardo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Esclarecendo a resposta que a senhora deu agora, quando o senhor Fabio Guasti comunicou ao Secretário Helton que não iria entregar o VG70 lá e ofereceu o outro equipamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, fazendo a... proposição de troca.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso foi por telefone?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Telefone.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E de pronto o Secretário Helton concordou ou ele mandou fazer alguma análise?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu não tenho... eu não tenho detalhes da...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque não tem documentos no processo com relação a isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não tenho. Depois o que eu vi com relação a isso foi a resposta da Veigamed, aí já no processo, a resposta da Veigamed fazendo referência a esse contato e... enfim, da possibilidade disso. A resposta é no processo. Não tive informação do Secretário o que que ocorreu dali, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Porque se sabe que os equipamentos que estão chegando não são os indicados para a UTI, né, segundo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me parece que iam passar por uma avaliação, né? Eu também não estou inteirada do que a...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas pela especificação dos equipamentos, que a Exxomed passou...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...avaliou...passou por ali

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Não são, são os portáteis que não são...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem dentro do processo tem uma instrução da equipe de Engenharia Clínica fazendo um comparativo, tem um documento, até com os dois prospectos, um ao lado do outro, fazendo um comparativo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Que são os mesmos prospectos, copiaram. É o mesmo equipamento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, eu digo é na... na... comunicação interna da Superintendência Hospitalar fazendo avaliação dos equipamentos. Esse foi um documento produzido pela Superintendência Hospitalar, é outro documento, está nos autos do Processo 37.070.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tá.

Senhora Márcia, eu queria entender: quando a senhora diz que no início a... a senhora teve a impressão de que o Secretário Douglas queria ajudar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O que não é muito comum um Secretário da Casa Civil se... interferir em orçamentos de outras Pastas, eu nunca vi isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Mas era a preocupação, isso acontecia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E depois passou a ser uma pressão maléfica. Tipo assim, fazer algo sem amparo – a pressão que a senhora recebeu. A senhora diz isso num vídeo.

Era esse o tipo de pressão realmente que o Douglas exercia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, isso que se passou... convers... Eu não entendi a pergunta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Sim, sem problema.

(A depoente conversa com o seu advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins.)



Eu só gostaria de fazer uma observação, que a palavra maléfico, né... Eu não usei essa expressão. Eu me referi aqui a uma frase que ele me disse em que nós tínhamos excesso de preciosismo, né, a gente estava sendo é... Isso levava a uma... a não concretizar, né...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Hum, hum.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...os processos, enfim. Nesse sentido.

Eu não me lembro de ter dito, acredito que não usei a palavra maléfico.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Se me permite...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu tirei da transcrição isso, pode ser que tenha alguma coisa errada, mas vamos...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora fala assim... Que depois a sequência segue no fundo, onde apresentaram uma CI antiga dando ordem de pagamento. Aí a senhora fala: o Secretário Douglas tinha moral, desde a transição, em falar em nome do Governador. E depois a senhora fala, abre aspas, “pressão maléfica no sentido de fazer algo sem amparo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O senhor está... lendo a transcrição?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A transcrição.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me perdoe, então. Hoje isso, agora aqui então eu falei, se o senhor está lendo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É isso o que eu verifiquei na transcrição, por isso que...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Perdão.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Isso é uma coisa grave, porque...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ...a senhora estava se sentindo pressionada para fazer a coisa acontecer e eram os orçamentos que eles mandaram lá para comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E a cobrança de por que que aquilo não concretizava. Então isso aq... isso ali realmente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...não era positivo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Eu só tenho mais duas perguntas, elas são rápidas.

A senhora disse também que o Secretário Adjunto na época, o doutor André Motta, ficou de mal com a senhora.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hã, é, ficou um pouco chateado (ri).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Uma semana de mal porque a senhora não viabilizou a questão da locação, do passaporte, etc., etc. porque eles queriam fazer a locação dos equipamentos, era isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A minha avó dizia que quando a gente fica um pouco chateada e não quer demonstrar, a gente fica estranho. A minha avó dizia assim. Então ficou estranhado comigo, vamos dizer assim.

Mas, é... doutor André Motta não tenho nada contra, o doutor André Motta pessoalmente, nem com o Secretário André, nem com nenhum deles. Porém, questiono alguns comportamentos, né, que não são tão... Enfim. Mas após essa notícia que eu li... que eu dei a ele – botei no viva-voz, eu sempre gostava muito, né, aquela história, não, não basta fazer, tem que comprovar. Então eu liguei pro engenheiro clínico, botei no viva-voz e disse:



olha, eu, Márcia, eu não... é... declino de proposta nenhuma, a enge... a so... a engenharia, né, até coloquei pra ele, a sua engenharia ela não aprovou a proposta. Aí eu liguei, coloquei em viva-voz, e o menino repetiu pra ele.

Então eu senti ali que ele ficou contrário, mas, depois, né, o Secretário sempre foi assim, né, ele gostaria que a coisa concretizasse, eles queriam que o aparelhamento se desse. Então eu vi realmente que ele ficou contrariado nesse sentido.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas a ida do Onofre Neto para a China só justificaria se fossem fazer o contrato de locação daqueles equipamentos que ele iria para lá para tentar comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, até onde eu sabia, sim. Até onde eu sabia, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mas que samba do crioulo doido é isso!

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum, é isso...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Atirando pra tudo quanto é lado e ninguém...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — E aí... E aí é o seguinte, aquilo levaria um tempo, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Compra da Intelbras...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Um tempo até concretizar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — ... compra da Veigamed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É isso.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Tenta alugar de outro...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É isso aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E para finalizar, senhora Márcia, a gente viu aqui... O Leandro Barros, quando ele veio aqui na CPI, ele disse pra nós que ele só participou do processo no dia... depois do pagamento da Veigamed, só depois do pagamento, que foi 2 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E a senhora disse aqui que foi dia 22, 23 de março.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O pagamento foi 2 de abril?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — É, o pagamento foi 2 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O pagamento foi 2 de abril. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E que ele só participou depois que ele foi representar lá numa reunião e dizer que não, ele...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A partir do dia 23 de março o Leandro já começou a conversar comigo através do WhatsApp...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Já estava fazendo essas interlocuções dos...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...ligação e ele me perguntava sobre as... as... e os respiradores, né? Fechou os respiradores? Fechou os respiradores? Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele disse que não...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Então ele faltou com a verdade aqui no depoimento dele.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele não tem... *(ininteligível)* se os respiradores deram certo, a gente...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Leandro Estevo era esse que estava lá representando a Exxomed...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical, era o outro.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ortomedical, e esse que estava lá toda hora na frente da senhora, lá, enchendo a paciência para comprar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esse, nas primeiras duas semanas, ele foi um pouco... bem... é... ele foi um pouco... como eu diria...

(A depoente conversa com o seu advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins.)

Inconveniente.

Obrigada, doutor. Inconveniente a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — E o Leandro Estevo era a pessoa que tinha contato direto com o Secretário André Motta nessa questão das locações, etc.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Isso, exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Ele tratava mais com o André Motta ou mais com o...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, o... André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Mais com o André Motta.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — André Motta, é.

É... nessa questão da locação, né, essa outra proposta via locação de *kit* UTI, isso seria mais a parte à frente, digamos assim, do senhor André Motta.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MILTON HOBUS — Muito obrigado.

Estou satisfeito, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Fabiano da Luz, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Márcia, doutores também, pai e filho, não é? Deve ser um orgulho para o pai o filho seguir a carreira. Parabéns.

(O advogado, senhor Nelson Juliano Schaefer Martins, manifesta-se fora do microfone agradecendo.)

Márcia, você chegou a ter acesso à proposta da Veigamed. Ela não falava em pagamento antecipado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, numerário antecipado. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Falava já... na primeira proposta já falava?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Numerário antecipado. Já, já. Todas as propostas. Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Já falavam pagamento antecipado?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. ã-hã. Forma de pagamento, em numerário totalmente antecipado.

Tem uma... expressão lá.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Vocês chegaram a ser notificados sobre a Veigamed no dia do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Notificado?... Em que sentido?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — No sentido de alguma outra empresa ou de alguém dizer que a Veigamed não iria cumprir e não tinha o direito nem de compra na China, nem de comercialização no Brasil. Ela não tinha autoridade sobre a marca respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu fi... Nós, notificados, não. Nós, Superintendência de Gestão Administrativa, não. Foi encaminhada documento, salvo engano, pro gabinete. Agora não sei se pro gabinete do Secretário Adjunto ou o Secretário André foi... me parece que foi encaminhado alguma...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas sabe dizer se foi antes do pagamento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não sei lhe dizer. Não sei se foi antes ou depois do pagamento. Eu não...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Mas essa notificação chegou à Secretaria?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Chegou, chegou à Secretaria.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Notificando que a empresa não cumpriria com a venda?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu... eu vou lhe dizer que eu... esta, esta informação, após a minha exoneração, eu fiquei sabendo também. Lá no Coes, no, no ambiente de trabalho, decorrer do trabalho eu não fui apresentada a esse documento, não. Eu sei que veiculou depois aí um documento... eu li, não me lembro nem a fonte, de que a Exxomed, salvo engano a Exxomed, teria encaminhado um ofício, alguma coisa, por conta de que ele detinha uma... propriedade de compra dessa marca, enfim. Nesse sentido. Também eu soube depois da minha exoneração, lá durante o trabalho, não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Eu já fui contemplado pelas outras perguntas dos Colegas, mas apenas para encerrar.

Sobre a sua exoneração. Você não participou da compra, nem da escolha da empresa, nem do pagamento, ou seja, você trabalha numa área técnica que está ali numa fase...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Executória.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Executória.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós executamos o processo de compras. Chega pra SGA...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ...a necessidade e ele executa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Você chegou a questionar o porquê de tantas pessoas que participaram disso e você foi a pessoa a ser exonerada?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu questionei. É... eu questionei não o fato da minha exoneração, porque isso é um ato... de... o cargo em si não é uma coisa que, que me preocupe, não. Agora, a questão do processo de investigação, da sindicância interna que teve, eu questionei, porque se este processo foi um processo que ele começou até fora da Secretaria, envolvendo dentro da Secretaria várias áreas, o, o Cofes, Coordenadoria do Fundo Estadual de Saúde, Secretário Helton gabinete, várias diretorias, eu



questionei por que que eu, né, por que eu, se tinha dentro do processo, dentro da tramitação em um processo, tiveram dezesseis servidores que participaram, dentro do, da Coordenadoria do Fundo três gerências, duas delas lidaram com este processo, aquele apertar do botão.

Então assim, o próprio Secretário Helton, se fosse pra lisura do processo, no momento da abertura da investigação, todos deveriam... Um processo que eu nunca passei por um PAD, que é um Processo Administrativo Disciplinar simples, de... corriqueiro. Eu faço em setembro trinta anos de serviço, eu nunca tive um PAD na minha vida profissional, mas já participei como é... composição de grupo, eu sei como é que funciona, eu já participei de processo desses e sei como é que funciona. Neste momento é um processo que você busca a informação pra ver o que aconteceu. Só que você tem que buscar todas as pontas, né, todos que participaram no processo.

Então, realmente, eu achei estranho nesse sentido, se você afasta alguém até pra... pra sair do circuito pra você ter a informação, você tem que afastar todos, né, todos que participaram daquele processo.

Então isso, realmente, é uma interrogação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E qual a explicação que lhe foi dada? Nenhuma?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... preservar. O preservar, né, que foi colocado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Preservar...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Preservar. É uma palavra que eu estou tentando interpretar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E o teu nome passou pelo PAD?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Oi?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — O teu nome passou por esta comissão que faz avaliação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, in... internamente me foi informado... eu não fui ainda... chamada internamente na Secretaria, né, nós estamos no âmbito do, da investigação é... dos... das... dos órgãos investigativos externos, né? Dentro da Secretaria eu ainda não fui chamada.

Uma reunião na CGE eu fui chamada é... para participar, foi onde, foi o momento que eu descobri de uma comunicação interna que já tinha sido assinada e replicada em pelo menos nove processos meus. Foi onde eu coloquei, até na entrevista eu menciono isso, e também depois nos meus depoimentos. Uma reunião na CGE eu tive, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E depois dessa saída não teve mais...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Depois dessa não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — ...contato com ninguém da Secretaria, do (*ininteligível*).

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Depois dessa, não. Eu, eu me afastei, porque eu tinha que prestar muitos depoimentos, eu precisava desse tempo, e eu lhe confesso que nós passamos por um... período de trabalho muito intenso, muitas horas de trabalho, e eu estava realmente sobrecarregada. Eu tinha férias vencidas já, eu tirei o período de férias, me afastei dia 4 de maio e... hoje é meu último dia de afastamento, amanhã eu retorna pro trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — E aí volta para a tua função...



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu volto pra SES. Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FABIANO DA LUZ — Era isso. Obrigado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Imagina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, Deputado Fabiano.

Deputado Sopelsa, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Boa noite, senhor Presidente, boa noite, senhores Deputados, boa noite, senhora Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Boa noite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — A minha primeira pergunta eu quase que estou satisfeito, mas gostaria de esclarecer melhor.

O Leandro Estevo, ele tinha acesso direto à Secretaria? Ele tinha vaga de estacionamento assegurada? Você pode precisar isso, objetiva?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Leandro Estevo, Ortomedical, eu não sei se ele tinha vaga de estacionamento. Tinha livre acesso, não sei de vaga do estacionamento, eu não sei. Leandro Estevo, Ortomedical, locação, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — E ele participava meio que direto, mas e qual seria a função dele, de estar lá, representando alguma empresa? Ele opinava nas...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, Leandro Estevo é diferente de Leandro Barros. Leandro Estevo é o representante...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Certo, Leandro Estevo. Estou lhe perguntando Leandro Estevo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hm, hm. Leandro Estevo é o representante da empresa Ortomedical.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ortomedical.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ortomedical. É empresário, né, do ramo médico-hospitalar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Ele é uma pessoa que tem muito contato com o doutor André Motta, Secretário hoje?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele chegou ao Coes por este contato, do doutor André Motta. Antes do Coes eu não o conhecia Leandro Estevo, eu passei a conhecê-lo ali, eu não sei das relações dele antes dessa... da Defesa Civil nem depois, né, a relação dele ali era encaminhando as propostas, enfim. A oferta dos seus... das suas propostas de contratos e aquisições.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Senhora Márcia, mesmo que nós estivéssemos em estado de calamidade, que a compra dos respiradores poderia ter sido feita sem licitar, o processo era um processo mais simples, mas em nenhum momento ninguém, antes do pagamento, verificou a capacidade da empresa, o cadastro da empresa? A senhora disse que isso é lá com a SCC, né?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Que faz essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Me re...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — ...planilha, que faz essa consulta, ninguém antes de repassar 33 milhões, levantou pelo menos conhecemos quem nos está vendendo, que garantias nós temos, qual é o patrimônio dessa empresa, a expertise dessa empresa em vender? Ninguém nunca comentou isso contigo?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Primeiramente, é... o SCCD é um sistema de cadastro que a Diretoria de Licitações, a Diretoria de Compras



também faz uso dessa ferramenta, que serve para o cadastro da empresa, ali com a configuração da empresa. A pré-qualificação dessa, desses fornecedores, que é o que o senhor se refere, se essa, se ele tem essa capacidade. Este foi sempre o nosso grande pedido, que essa pré-qualificação, porque nós já sabíamos que a gente precisava estar blindado, porque as propostas elas... nós estávamos naquele processo tumultuado. A pré-qualificação ela tem que ser anterior até a Secretaria de Estado da Saúde.

Este foi um grande, uma grande falha, seguido pela constituição...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Vocês pediram isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — do Cos... do Coes, que foi outro grande erro. Tá certo?

Nós reiteramos o pedido da pré-qualificação pelo menos duas vezes, eu, Márcia, duas vezes. Anterior à minha chegada na Superintendência de Gestão Administrativa a equipe já havia pedido pela pré-qualificação.

A parte do pagamento, quando o senhor se refere, ninguém fez a checagem, a parte do pagamento eu gostaria muito que vocês conversassem com o Zé Florêncio.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Eu não ouvi a tua resposta... você gostaria muito?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que isso, o José Florêncio, coordenador do Fundo, que ele esclarecesse, né?

Não sei se eu respondi a todas as perguntas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL MOACIR SOPELSA — Sim, estou satisfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy Nunes, vossa excelência com a palavra.

Muito obrigado, Deputado Sopesa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Bom, eu queria... Só tenho algumas questões aqui para falar, muitas já foram faladas, mas tem algumas questões assim que eu... Eu vi os seus depoimentos e daquilo que os Colegas falaram aqui, a senhora fala, em um certo momento no depoimento, que no dia 3 o Secretário me pediu para a Veigamed que tinha que ter alguém ali pra saber se a carga tinha chegado ou não. Aí a senhora fala, eu só queria saber isso daqui, a senhora diz assim: que até às 18h a conversa no WhatsApp era sobre EPI, depois das 19h virou respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, se refere à conversa com o Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hm, hm.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Leandro Barros, que conheceu...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...a senhora conheceu na outra gestão, ele era superintendente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ele foi indicado pelo Secretário Borba...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...no dia 22...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Referenciado, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora perguntou para o Secretário Borba se conferia que ele, Leandro, iria falar pelo nome dele.



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Eu fiz muito isso, eu fiz muito isso. Sempre que eu recebia é... um contato, na maior parte das vezes, quando a pessoa se colocava em nome de pessoas importantes do governo, eu ia pro col... eu ia pro ponta e perguntava, assim como eu fiz pro Douglas...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora perguntou se o Leandro...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Secretário Douglas, Leandro Barros fala em seu nome, o senhor confirma? Mesmo ele tendo encaminhado o contato de Leandro Barros eu pergunto isso a ele, e lá no WhatsApp está: sim, confirmo. Eu fazia sempre isso, não só com ele, eu fazia com outros Secretários também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. É importante isso daí pra gente saber, porque depois a senhora diz, inclusive... e daí eu preciso conhecer um pouquinho o seu perfil, e isso é muito bom de a senhora fazer esse tipo de conferimento, né, ou de aferição se fala ou não, porque depois a senhora fala que ouviu muitas vezes nas conversas entre o Secretários a seguinte frase, abre aspas: “Acabei de falar com o Moisés”, outra aspas, “Isto é decisão de governo.”

Quando, quem e como foi falado isso, numa lembrança sua com relação aos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... 9 de abril, na Defesa Civil, é... essa é uma decisão de governo, vocês têm até meio-dia pra acabar.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quem falou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É Leandro... É... Douglas Borba. Douglas Borba.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 9 de abril.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 9 de abril. Isto ele estava se referindo, esse... essa fala específica à compra dos EPIs.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Dos EPIs.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — 77 milhões.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu falo dos respiradores.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ah, dos respiradores foi antes... a, a outra frase que o senhor mencionou. Me desculpa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Acabei de falar com Moisés.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com Moisés. Foi... é... Douglas Borba, 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — 22 de março, foi antes dele mandar pro seu telefone...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — No dia, no momento da entrega da proposta, onde ele se coloca em apoio, dizendo que va... que precisamos comprar, qual... o que que você precisa de ajuda, vou passar ó, é fornecedor, está aqui. Nesse dia, foi essa a conversa.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, eu só queria... até porque isso é muito importante, pelo menos para mim, Deputados.

No dia 22 de março a senhora ouve o Secretário, ex-Secretário Douglas Borba dizer: acabei de falar com o Moisés.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Sobre respiradores? Sobre compras? Sobre o geral?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O geral, geral.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

Logo depois vem a fala da oferta dos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — No mesmo momento?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí a senhora, logo depois de receber da questão dos respiradores, ele diz o que para a senhora? Quem é que ia procurar a senhora com relação àquela proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... ele passou o prospecto... Douglas (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aliás, o Secretário Helton...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...diz que o Secretário Douglas vai lhe passar um fornecedor. É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... o Secretário Helton passou o meu WhatsApp pro Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Douglas recortou uma mensagem do Helton, fazendo referência: ó, aqui quem fala contigo é o Douglas, essa mensagem o Helton acabou de me mandar, vocês precisam de ajuda? Aí ele começa, (*ininteligível*) segue.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí depois disso aí é que houve a fala: acabei de falar com o Moisés?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Isso, foi tudo na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E logo depois ele passa a proposta?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Exatamente, na sequência.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu só gosto de falar isso daí, até porque isso é muito importante...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Na linha, passa a linha do tempo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque eu assisti à *live*, até porque eu não suportava *live* e eu, obrigatoriamente, tive que assistir para colocar, porque é o seguinte, não é possível, Deputado Cobalchini, um Secretário agora dizer, tanto como nos depoimentos, que o Moisés não sabia nada, se o Secretário da Saúde estava todo dia no lado dele na *live*.

Aí, quando vossa excelência fala aqui, é exatamente isso que eu tinha marcado aqui sobre esta fala do próprio Secretário Helton, que depois nós vamos perguntar para ele, mas o próprio Governador falando isso. E depois, na conversa com a Lide, que foi o que nós falamos aqui na outra vez, ele diz para um grupo de empresários falando o seguinte: olha, se me dissessem, nós estávamos tão apavorados, que se me dissessem que tinha dentro de uma casa cem respiradores, e para ver os respiradores eu tinha que pagar, eu pagaria antecipado.

Então, só pra mostrar que não venha o Governador Moisés querer fazer igual à ex-Presidente Dilma e dizer que não sabia de nada. Então, só pra colocar claro aqui exatamente sobre essas questões.

Mas seguindo lá do dia 19, aliás, do dia que até às 18h era EPI e depois virou respiradores, ficou uma coisa interessante para mim quando eu assisti. A senhora disse que estava com o motorista mais alguém no carro indo para um outro lugar e alguém ligou, aliás,



o Secretário ligou pra senhora, e o que me chamou a atenção foi o seguinte, que a senhora pediu pra parar o carro e a senhora foi falar com ele fora do carro. Por quê?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim. Porque o Secretário Helton ele sempre tinha muita preocupação e eu sem... nós, sempre, os superintendentes, nós confirmávamos se aqueles assuntos a gente poderia colocar no grupo, até colegas que estavam no carro comigo agora podem se ofender, mas não é essa questão, é que esses assuntos eram uma preocupação grande, né?

É... por exemplo, esta questão dos respiradores, especificamente, gostaria que vocês pensassem pra ele daqui a pouco é... nas minhas abordagens, eles só diziam assim: isso não pode virar imprensa, né, isso não pode ir pra imprensa. Era o grande temor, né? Isso não pode virar imprensa. Então a gente tinha esse cuidado.

Eu estava num carro com uma colega do meu lado esquerdo e outra na frente com o motorista, então eu tomei esse cuidado, eu pedi pra eles pararem. Eu atendi ele no telefone foi esse dia em que o Leandro faz essa... de novo dá essa tranquilizada com relação... olha, acabei de cobrar, eles vão se focar na entrega, vai... vão entregar, tá?

Então é esse dia 3 aí que realmente eu peço pro motorista parar, a gente já tava quase chegando na Secretaria e eu atendo a ligação dele fora do carro. Exatamente, isso aconteceu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Deputado Kennedy, se me permite.

Só um exemplo, porque várias vezes, então um exemplo deve ter...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Do?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com exceção dessa frase: isso não pode ir pra imprensa. Com exceção do caso dos respiradores. A senhora falou assim, várias vezes isso foi dito, só não pode ir pra imprensa.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Olha, são muitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Com exceção dos respiradores, porque essa a senhora já acabou de confirmar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum, hum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Várias... deve ter mais de uma.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Tem. O senhor está me perguntando?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Nós vamos ficar aqui até meia-noite (ri).

Nós tivemos um processo, pra vocês verem assim como a situação era... era uma situação nervosa, vamos colocar — agora eu falei a palavra nervosa. Nós tivemos um momento assim um pouco de tensão entre o Secretário Helton e o Secretário Douglas e até depois uma ligação o Secretário Douglas reclamou dizendo assim: imagina, a gente não vai fazer isso por causa de meia dúzia de máscaras. Nós tivemos um processo em que foi montada uma requisição administrativa, requisição novamente, a... os colegas iam lá, uma pessoa da SGA acompanhou, era uma empresa de Blumenau, porque nós tínhamos, nós precisávamos de máscara. Então a ideia é que se fosse fazer a requisição administrativa, nós, eles iriam lá e... pegar as máscaras que se... que a empresa tinha à disposição pra poder oferecer pros profissionais de saúde pra assistência.

É... esse processo foi montado, essas pessoas se deslocaram até lá, eram duas Secretarias envolvidas, a Secretaria da Saúde e outra, só que eles deci... definiram, eu, depois, eu entendi que foi uma, até uma conversa entre o Secretário Douglas e o Secretário Helton, de que aquilo não precisava consolidar, porque é uma requisição administrativa, isso



podia e no outro dia a gente estaria na imprensa por conta disso. Até o Secretário Douglas usou a expressão: por conta de meia dúzia de máscaras no outro dia a gente vai pra imprensa. Aquilo não aconteceu.

Foi até uma situação em que esqueceram de me avisar e aí a pessoa da SGA, que estava seguindo pra empresa, que ia encontrar a força policial lá pra poder fazer a requisição administrativa, esqueceram de avisar e o colega aqui, Gabriel, eu liguei pra ele, volta Gabriel, em Blumenau, aborta a operação porque não vai mais acontecer. Foi uma requisição administrativa, um processo que tramitou.

Então este foi mais um caso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — *(Manifesta-se fora do microfone. Inaudível.)*

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, porque a repercussão disso ia ser muito negativa.

Então, sim, essas coisas aconteciam. Os senhores imaginem o nervosismo que se estava diante daquilo que se precisava comprar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Obrigado, dona Márcia.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Continuando aqui, quando eu fiz a pergunta para a senhora sobre quem autorizou a Fonte 100 e a Fonte 300, depois eu não vi, mas eu queria que a senhora repetisse quem assinou a Fonte 100 e a Fonte 300.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Esta é uma rotina do Cofes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Assinou, quem assinou, quem colocou a rubrica lá, não vou aqui confirmar se foi Gerência Financeira ou Gerência Orçamentária. Arrisco a dizer que foi a Gerência Orçamentária, mas não vou confirmar, tá?

Uma outra questão...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E quem autorizou o pagamento da Fonte 100 e Fonte 300?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É com o Cofes.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Essa é uma atribuição deles.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas a senhora falou antes aqui, que depois eu fui ouvir, que a senhora disse que houve uma que foi a Secretaria da Fazenda.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, porque a Fonte 300... a Fonte 100 é do Tesouro, é a nossa Fonte ordinária.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A Fonte 300, se não estou enganada, é recurso do Tribunal de Contas, dos Poderes. Então é... esse recurso ele precisa ser autorizado pela Secretaria de Estado da Fazenda, né, então... Também foi comentado comigo, e aí eu vou falar o que o José Florêncio falou, em conversa com a Michele, a Secretária Adjunta da, da Fazenda, foi definido. Então aí tem que consultar o José Florêncio mesmo.

Uma outra questão que eu gostaria de esclarecer...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixe eu só dizer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O que tem a secretária Adjunta da Fazenda?



A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que essa questão o José Florêncio, e aí ele me colocou isso, de que ele teria tratado isso com a própria senhora Michele, né, mas de novo, é uma atribuição dele, ele é que precisa confirmar isso.

Agora preciso entender se ele fala a verdade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu trago essa posição, Deputados, e gostaria que vossas excelências tomassem muita atenção, porque nós temos o grupo da Fazenda e eu não me lembro qual foi o Deputado que colocou lá e perguntando, indagado o Secretário da Fazenda Paulo Eli sobre o pagamento, e ele disse o seguinte: que a Secretaria da Fazenda, lembram disso que ele falou, a Secretaria da Fazenda só transferiu o recurso pra... pra... outras fazem, ou seja, eles não participavam desse processo. Agora nós temos pelo menos mais um para trazer para cá, que é a questão da Secretaria da Fazenda, até para saber sobre essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ver com José Florêncio o que que acontece.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...posição (*ininteligível*) Florêncio.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Porque outra Fonte isso tem que ser autorizada por lá, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Deixa eu dizer uma coisa aqui, de tudo o que a senhora falou, algo me deixou extremamente preocupado pelo contexto. A senhora diz que tem um sistema que é possível fazer um *download* e *upload* de qualquer documento.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E na sua fala diz assim: que é possível inclusive pegar um documento assinado pelo Governador do Estado, de um outro processo, e alguém baixar e colocar num outro, que foi o que fizeram...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Com esse...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...com a senhora, pegando uma autorização de pagamento do dia 20 e colocando lá na frente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso, pra mim, é gravíssimo, e vossa excelência também fala exatamente isso daí...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pra mim também é, mas o Secretário Tasca diz que é comum, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora usa: isso é uma desconformidade gravíssima.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Gravíssima. Pra mim é (*ininteligível*).

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

Aí no mesmo tempo, eu só queria entender isso, no mesmo tempo que a senhora diz: eu sou certificadora de pagamento...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Da Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Da Sigef, que é esse que pode fazer qualquer...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, são dois sistemas. SGPE, certificação digital da assinatura, assinou, da assinatura.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá, me explica um pouquinho mais, não só para mim, mas para quem está entendendo: qual é o... Porque para vocês falam essas siglas no dia a dia.



Mas qual é o sistema que eu posso pegar um documento de qualquer outro processo e colocar aqui ou desentranhar ele, como nós tivemos desentranhamento? Qual é esse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sistema de Gestão de Processos Eletrônicos, SGPE.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Esse daí a senhora tem a senha válida?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, esse sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k.

É esse que faz a certificação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Exatamente é a isso que eu quero chamar atenção. Aí nós temos outro sistema que faz a certificação.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Como é o nome do sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sigef.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — A senhora é certificadora?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Lá nesse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Desde quando a senhora não tem uma senha ativa nesse sistema?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Pelo menos 2017, 2018, pelo menos, é...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Olhem a gravidade, gente! O Secretário Helton diz no depoimento do Ministério Público que ele não certifica e não manda pagar nenhuma nota. Livrou.

Quem é que certifica e manda pagar a nota? A funcionária, num sistema que ela sequer tem a senha válida desde 2017! E que nesse sistema quem faz e dá a autorização, dizer recebi, paga, que ela não tem a senha, quem é que usou a sua senha?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... tiveram nove processos desses, né? Desse da Veigamed a Débora Brum, que é o apoio da SGA, ela que fez todo esse trâmite.

Essa tramitação, a composição dos processos de pagamento, dos processos de pagamento, e aí a Débora me falou, ela reportou ao Cofes, na Gerência Financeira e Orçamentária. Eles disseram...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Secretaria da Fazenda.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, não. A Cofes é dentro da SES.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É o José Florêncio, é a Coordenadoria do Fundo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k. Ah, o Fundo, coordenador do Fundo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Isso.

Então ela... ela, o Gabriel Koerich, eles reportaram pra saber como que é a composição, o que precisa ter nesse processo pra caminhar com essa certificação.



Então, toda essa instrução eles foram orientados. Não vejo nenhum problema até aí. A Débora Brum ela é da SGA, esses processos de pagamento eles... é... tinham que ser a... é... aprontados pra chegar no Cofes. Se esse processo de pagamento, essas peças, não chegaria até o Cofes. Está certo? Todo esse... e, e, essa tramitação foi orientada por essas Gerências do Cofes.

Faço uma ressalva num processo desses, que eu mencionei lá na entrevista, que eu fiquei sabendo no dia 29 apenas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Que foi um processo de trezentos e poucos mil reais que ele tem a mesma composição, digamos assim, eu sequer sabia, é... o nome da co... da colega não vou repetir aqui, mas já estão nos autos, eu não a conheço é... de consegui descobrir o próprio José Florêncio que fez a relação de todos os processos...

Eu, depois da minha exoneração, eu fui ao Cofes no dia 28, na segunda-feira, eu falei: José, por favor, puxa num relatório pra mim, primeiro faz uma coisa, confirma a nulidade da minha, porque com CPF tu consegues puxar o meu nome lá, mesmo sem senha pra certificar. Fiz dois pedidos pra ele: você, por favor, me garanta que... Ele é a única pessoa que tem autoridade pra fazer isso lá dentro, garante que ninguém mais vai poder colocar Márcia ou meu CPF e certificar em nome. Um pedido meu pra ele.

Eu não sei se isso foi feito, preciso checar. Amanhã eu vou retornar vou ver.

E a segunda coisa que pedi pra ele: você vai puxar todos os processos que foram certificados em meu nome, com esses pagamentos e tal.

Foi onde eu descobri esse processo com a servidora lá, que faz parte, lotada me parece que numa Gerência de Abastecimento, que eu não conheço, e ela... seguramente ela não tem autorização, eu não a conheço, eu não sei qual é a atribuição dela, ela não tem autorização pra certificar em meu nome. Não tinha.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Porque pegando o jurídico, que nós já ouvimos aqui, pegando o da licitação, pegando o seu depoimento, me faz ficar de cabelo arrepiado com essa fragilidade do sistema.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, é.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É um negócio assim que não dá para compreender como uma Secretaria tão grande, que é a Secretária da Saúde, com o maior orçamento ou um dos maiores orçamentos... Segundo maior orçamento. Primeiro ouvimos aqui o jurídico, o diretor jurídico da Secretaria dizendo o seguinte: são só em dois jurídicos para atender x mil processos. Olha só.

Depois a gente vê que o Secretário diz que não certifica, aí vem a pessoa que... Isso pra mim, pode ser que não, porque pode ser parte do processo, mas eu, fosse a senhora, entraria com uma ação contra o governo de terem utilizado... Porque a senhora agora entra com uma... um momento difícil onde está tendo que responder, e muitos pré-julgando...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Muito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...por algo que alguém usava a sua assinatura, o seu CPF. Isso é falsidade ideológica, no mínimo! Falsidade ideológica!

E por que eu faço isso, Presidente? Porque é exatamente na Secretaria da Saúde que uma das propagandas, Deputado Milton, é que as dívidas foram zeradas. As dívidas foram zeradas e eu me preocupo muito, exatamente isso, por essa fragilidade.

Já indo para o encerramento, eu queria fazer uma pergunta para a senhora. A senhora falou num depoimento para o Ministério Público... Eu só queria, se realmente foi isso que a senhora falou, eu gostaria não da sua resposta, sim ou não, mas eu gostaria que a



senhora repetisse o que a senhora falou. Como eu sou jornalista, eu tenho mania de fazer anotações de falas, né?

A senhora disse o seguinte: a proposta da Veigamed chegou pelo Douglas e foi tranquilizado pelo Leandro.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Hum.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — É isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Pode repetir?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... a apresentação da proposta ela veio por parte do Secretário Douglas Borba. O senhor Leandro Barros ele abordou tranquilizando de que nós não precisávamos ficar preocupados...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu só gostaria de saber, como eu entrei agora na CPL...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Eu não vi os outros, o Leandro Barros é aquele que já veio aqui? Acho que a gente vai ter que chamar ele de novo, porque a senhora fala o seguinte: que o Leandro Barros foi apresentado pelo Lucas, aliás, pelo...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Lucas? Douglas.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Douglas Borba, que a senhora perguntou para o Douglas se era falava, ele disse que sim.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Confirmou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Depois lá na frente, quando estoura a boiada, e a senhora diz o seguinte aqui na entrevista, que do dia 2 de abril ao dia 24 de abril...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — *(Ininteligível.)*

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...o trabalho da Secretaria foi montar uma estratégia para poder achar um culpado e tirar do jogo.

Confere isso que a senhora falou?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É, confere. Esse foi meu sentimento, porque não se justifica...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E a senhora hoje acha que a senhora foi essa vítima?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não me colo...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Que o outro seu colega aqui, jurídico, disse que a senhora foi boi de piranha?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — É... eu não vejo outra razão pra eu, somente eu, num processo desse, que tramitou por mais de dezesseis pessoas, eu fui a décima sétima pessoa que tramitou neste processo de compra. E não teve só este processo de compra, teve dois outros processos de pagamento e ainda tem um outro processo do CIG.

Outra pergunta que os senhores fizeram pra diretora Karen aqui, que eu gostaria de também responder, é... que no momento eu acho que ela não estava inteirada do processo, ela não tinha informação: foi feito o CIG anterior ao pagamento, foi feito.

O CIG é um Cadastro de Informações Gerenciais, é uma equipe que trabalha SEF/GGG/CIG, se não me engano é isso. Então foi feito, sim, de todos os processos, inclusive desse antes do pagamento.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Quando a senhora fala no tranquilizar, é porque quando vocês ficaram sabendo que a empresa não dava documento, houve a ligação do senhor Fábio e disse assim: vai uma pessoa aí conhecida...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — ...de vocês pra tranquilizar vocês.

Quem foi essa pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Leandro Barros.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aquele que veio aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) — Isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — E daí ele...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele não foi, ele mandou o Gilliard Gerent, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Tá. Mas parece que o Secretário Douglas mandou uma resposta para a senhora dizendo: tranquilize-se, porque o Leandro vai falar. Houve isso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Não, foi Fábio, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Ah, o Fábio. O Fábio que foi falar.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — O Fábio fala isso que o Leandro falou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Em algum momento, depois de ter esse envolvimento todo, a senhora fala que o Secretário Helton por algumas vezes pediu para a senhora tranquilizar, inclusive um dia ele chamou a senhora para o lado e disse que a senhora estava muito abatida.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Por alguma... depois disso que ficou, ficou sabendo do escândalo, depois do Intercept, o ex-Secretário Douglas alguma vez ligou, mandou mensagem, falou com a senhora dizendo tranquiliza? *[Transcrição: taquígrafa Siomara G. Videira]*

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele mandou mensagem e disse que: Querida, fique tranquila, sabemos de sua idoneidade, é... fiq... estamos torcendo, orando, uma questão assim. Sim, foi, mandou.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O Douglas disse, no seu depoimento, duas coisas que eu achei interessante. Primeiro ele fala o seguinte: fiz alerta à servidora e ao Secretário Helton que estava vedado o pagamento antecipado. Sim ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Para mim isso não chegou, não, desconheço, e o Secretário Helton nunca comentou isso comigo também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Aí, no depoimento, perguntaram: mas a funcionária diz que conheceu o senhor, vem conversando com o senhor a partir do dia 23. Ele diz o seguinte: conheci a Márcia no dia 2 de abril, numa conversa sobre importação de EPIs.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — A conversa do dia 2 ocorreu, mas a... o contato foi bem antes, foi dia 22 de março.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — O.k. Do dia 22 de março ao dia 2 de abril, vocês se conversavam, porque está aí...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Sim, mas telefone, WhatsApp...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES — Mas vocês se viram alguma vez?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI — Ele... o Secretário Douglas ele sempre estava por ali no Coes, né? É uma estrutura... é comigo, em sala, expediente, não. De cumprimentar...



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Cumprimentou?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De cumprimentar, sim...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Se ele olhasse para a senhora ele sabia que a senhora é a Márcia?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim, sim, ã-hã.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E para encerrar, essa compra da Veigamed não foi a primeira. Houve uma anterior, da empresa Edera, do Município de Araranguá.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – A minha pergunta é a seguinte: essa daí foi aquela que compraram por 4 milhões?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não, foi... até anotei aqui também porque... falei inicialmente foram três só processos, eu anotei esse. Foram duas ordens de fornecimento. Uma ordem de fornecimento no valor de R\$ 1.253.100,00.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Desse da Edera?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Edera. E a outra ordem de fornecimento no valor de R\$ 2.200.000,00, totalizando R\$ 3.453.000,00.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k. Esses 3 milhões eram para comprar quantos respiradores?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Ali estavam 10... é... perdão, ali estavam 30 respiradores, 23 monitores multiparâmetros e 10 camas de UTI.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Esse material foi entregue?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – De todo esse material, 6 respiradores não foram entregues. Dos 30 respiradores, as camas, os monitores, o.k. Dos 30 respiradores, 26 foram entregues. Pagamento: nós pagamos... foram pa... é... dos 30, 26, desculpe...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – 26 entregaram.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...falei 24 entreg... falei errado, 26 entregaram, 4 não entregaram, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – O.k.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É... pagamento: o pagamento foi feito da o... foram duas ordens de fornecimento: 304 e 305. A ordem de fornecimento é o balizador, né, o contrato, o edit... enfim. É... a 305 foi paga. É... me parece que não foi pago antecipado, foi pago... a informação que eu tenho, aí também tem que ver com o José Florêncio, é que foi pago 48 horas depois da entrega dos equipamentos, mas a previsão era de pagamento antecipado também.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É, por acaso essa...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – E os demais até hoje não foram pagos, então a gente ainda deve pra Edera.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Por acaso essa negociação foi... teve alguém do Instituto Imas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi do Imas?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa proposta foi apresentada através do Secretário Adjunto, até da superintendência hospitalar chegou pra SGA. Eles tinham prontidão pra entrega também, os equipamentos tavam ali. É, Robson, do Imas, fez o contato, né, através da, da... da SUH, do Secretário Adjunto, que nos colocou em contato com, é... Eduardo, se não me engano, Eduardo, da Edera, que é o fornecedor.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Então o Secretário Adjunto apresentou o Imas?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim. Colocou ali também o Robson, né, que... acho que ele é diretor.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E quem, a partir daí, participou desse processo de negociação?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Foi, é, dali, SUH, direto a proposta foi encaminhada pra essa institucional aí pro... pra... parte institucional da SGA. E aí autuou-se o processo pra compra direta. O processo foi autuado assim: requisição administrativa emergencial pra aquisição por dispensa de licitação. É o processo 36.251/2020.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E para encerrar, como a senhora hoje vê de tudo isso, que a senhora teve lá, a senhora disse que foi um grande erro, que foi um grande erro ter formado o Coes, que saiu do habitat de vocês, da Secretaria, e foi para lá...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Desestabilizou o nosso processo de trabalho.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – E nesses quase 30 anos de serviço prestado ao governo nesse setor a senhora alguma vez participou de algo tão frágil?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Qual é o recado que a senhora tira disso tudo em relação a esse sistema que está tendo? Porque nós estamos vivendo um momento difícil...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...um momento diferente. Inclusive, Presidente, um momento em que nós estamos fazendo reuniões híbridas, o Deputado Sopelsa está lá, ou seja, a digitalização parece que foi um dos problemas.

(Depoente faz que sim com a cabeça.)

A senhora fala num depoimento que vocês montaram um grupo de WhatsApp, que o nome do grupo do WhatsApp era 24 horas porque a meta era em até 24 horas resolver o problema.

Qual é a sua opinião, dentro do que a senhora conhece, sobre essa fragilidade desse sistema do tradicional, como disse o Deputado Cobalchini?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A licitação, pra uma dispensa de licitação?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – É. Eu também sou do tempo do fax, o fax era novidade pra mim, né, e o cuidado do fax...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para a conclusão, Deputado.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – ...o cuidado do fax era tão importante, porque diziam que o papel do fax depois sumia e muitas vezes não servia como prova na Justiça, só para imaginar.

Agora, o que a senhora tira de toda essa fragilidade, o que tem que mudar no governo, além do Governador?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, nessa situação de crise mesmo diante dessa guerra, como estava colocada: “Nós estamos na guerra, nós não estamos num... momento normal”, essa era a frase, eu tô abrindo aspas aqui. Esta foi a frase dita: “Nós estamos numa guerra, não estamos num momento normal”. É... numa reunião de



superintendentes, a SGA ouviu do seu ordenador, da sua liderança ali, de que meu, minha preocupação é a SGA, porque os processos eram muito morosos.

Isso eu já... lá em janeiro quando fui convidada, fevereiro que eu assumi, eu fui com esse desafio, da gente entender por que os processos eram tão morosos. Aí você imagina no meio de uma crise, de uma pandemia, se aquilo demorasse para concretizar ia morrer gente, ia morrer gente, ia morrer gente.

Meu grande aprendizado: mesmo diante de uma crise, o mínimo de organização dos processos de trabalho nós precisamos ter. E depois que esse... essa grande... estrutura, esse abraço, como eu ouvi depois aí, né, que agora nós estamos abraçando a Secretária de Estado da Saúde, nós pedimos esse abraço, presencialmente dia 23 de março nós pedimos esse apoio, não pelo grupo do WhatsApp, não. Nós precisávamos de apoio na decisão, alguém com voz que pudesse dizer naquele momento: Peraí, não é assim. Alguém que fosse ouvido, não qualquer um, não qualquer um, mas alguém que tivesse uma voz...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Dona Márcia, no final da fala a senhora vai ter a oportunidade de fazer as conclusões finais da senhora ali e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Pra dizer isso. Desculpe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Mais uma pergunta, Deputado?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Só para encerrar, a senhora pediu... vocês pediram essa participação da CGE, da PGE, de todos esses setores, é... o Douglas fala no depoimento que ele criou esse grupo.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – (Ri.)

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Foi criado ou não?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Gostaria de fazer uma observação aqui: o pedido foi meu, né? Eu já vi em outras oportunidades ele falando por aí que: Olha, eu fiz e tal. Inclusive, 18 horas da... live do Governador, o Governador fala também, é... ele pergunta como pode ajudar, eu faço o pedido. E depois vem o grupo do WhatsApp, né? É... isso não aconteceu. Isso, depois eu fiquei sabendo, depois da minha exoneração que eles realmente agora estão apoiando e que agora virou uma força-tarefa, né, tardiamente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL KENNEDY NUNES – Obrigado, senhor Presidente. Obrigado, dona Márcia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado, Deputado Kennedy Nunes.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra, finalmente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Muito obrigado, senhor Presidente.

Nós iniciamos às 5 horas e vai bater 21 horas. Então, são algumas horas aí de bastante questionamento e muitas das minhas dúvidas foram aqui esclarecidas.

Cumprimento aí o senhor Nelson, advogado muito conceituado, e seu filho. E bom ter você aqui, Márcia, para esclarecimento. E eu realmente me sensibilizo, né, eu vejo nos seus olhos, vejo pela tua postura, até por ser uma mulher, eu acho, que mais sanguínea, mais enérgica, lhe vejo como uma vítima. Mas claro, se estava dentro de um processo, talvez, dos mais nebulosos da história, eu não me lembro de um processo tão delicado, e você faz parte e de início você é exonerada, né? Ou seja, uma mensagem, uma linguagem não verbal fica esclarecida: Olha, está aqui a culpada, ela é a responsável por esse processo – e até achei muito corajoso de sua parte quando corajosamente vai à imprensa e: Não, espera aí, vamos botar os pingos nos is, né?

O que você tem a dizer dessa sua exoneração? Você realmente foi... você acredita... pelo menos a nosso ver, de uma forma... vou falar isso aqui até de um linguajar prático, né,



que a nossa população entenda, porque estamos aqui, Deputado Lima, nesse papel a população quer saber, são 33 milhões que se esvaíram dos cofres públicos –, eu acho que o nosso maior papel da CPI é dar respostas. Quem? Quem autorizou? É irresponsabilidade? É um proce... É corrupção? O que há?

Então eu vi que você foi, a meu ver, uma grande vítima, né, e te parabeno pela coragem. Essa sua exoneração, qual foi o motivo? Quais os critérios que eles usaram?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, o crité... ã, perdão... é, o critério que fo... me foi apresentado foi este, né, de me resguardar, de... tem até a frase que usa ali pra... proteger não, pra... preservar, essa foi a palavra utilizada, pra preservar. Porém, é, ao sair deste quadrado, né, olhando um pouquinho de fora, eu observei que não foi isso, não houve imparcialidade.

Se foi em busca da informação, a estratégia foi errada, porque eles deveriam me trazer pra conversa. Eles deveriam ter essa conversa que nós estamos tendo aqui nós deveríamos ter tido lá, eu não tive essa oportunidade. Então, é... realmente foi achar uma causa para o problema dando, sim, uma justificativa pra sociedade, pros jornalistas, pros controles externos do que tinha ocorrido. Vamos investigar com toda a proteção, enfim, cuidando na minha preservação, porém acharam uma situação em que pudessem justificar o ocorrido, acreditando até então...

Deputado, eu, até o dia 28 de abril, eu estava crente de que os respiradores iriam chegar, de que nós não tínhamos, é, é, necessidade alguma de desabonar indicações, negociações em nenhum tipo de processo.

Então, isso não passava pelas nossas cabeças. Nós não fizemos nada errado, nós fizemos um trabalho que foi solicitado a fazer por um ordenamento, então eu não tinha nada que desabonasse.

Então hoje eu já não entendo desta forma, porque essa estraté... foi uma estratégia de, é, montar um cenário em que, estamos, sim, dando uma justificativa pra fazer investigação, e vida que segue. Mas não é bem assim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, o sangue tem que ir para a mão de alguém, né? E eu fiquei muito pasmo quando uma funcionária de quarto escalão, de terceiro, quarto escalão, né, não falo de forma pejorativa, mas, de repente: poxa, 33 milhões é assim, ela é a culpada – ficou no mínimo estranho.

Vou fazer algumas perguntas aqui, como eu falei, as minhas dúvidas foram dirimidas aí pelos colegas, né? A senhora tem ciência que a empresa Exxomed enviou um e-mail endereçado ao então Secretário Adjunto André, informando que somente ela teria...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Exclusividade.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...exclusividade da?...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu fiquei sabendo, como eu coloquei, após, após a minha exoneração veiculado aí pela imprensa, eu não sei qual é a fonte, mas eu vi isso, é, pela imprensa aí depois, tá?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora não acha que a compra do modelo proposto é um indicativo de direcionamento a favor da empresa Exxomed?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Então, é... eu ouvi o que foi colocado pelo Douglas... é, pelo, perdão, Leandro Barros, ele colocou sobre um suposto direcionamento. Eu não vejo como um direcionamento, eu vejo como área técnica, indicando um equipamento capaz de atender pacientes Covid, foi assim que foi colocado pelos especialistas, eu vi especialistas médicos intensivistas colocarem dessa forma, a engenharia bio... é... biomédica. Então, para nós aquilo eram requisitos a serem alcançados e não um direcionamento. Mas eles podem ter.



O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora não acha estranho esse referido *e-mail* ser encaminhado diretamente aí ao Secretário Adjunto e não ao titular?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, não deveria ser assim, né?

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – É algo no mínimo...

Alguns questionamentos, né, eu sou obrigado a fazer aqui, mesmo... Como eu lhe falei, né, pessoalmente eu acredito que a senhora foi usada como bem, um linguajar popular, boi de piranha, e que quiseram lhe responsabilizar ou pelo esquema de corrupção – volto a dizer, não me intimido –, ou pela tremenda irresponsabilidade, que até agora são 33 milhões que se esvairiam, dinheiro público, não voltou até hoje, não voltou. Aí tem os equipamentos que estão chegando aí que não servem, enfim, sem precedentes.

Mas o servidor Carlos, o diretor de licitação da Secretaria de Saúde, disse ainda em depoimento que a senhora exercia, além do cargo de superintendência de gestão administrativa, uma espécie de secretária executiva do gabinete. A senhora se colocava em tarefas na qualidade de secretária executiva com atribuições inerentes a este cargo a pedido de alguns dos Secretários, ou o adjunto, ou o próprio Secretário Helton? São afirmações aqui do senhor Carlos.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. É... toda a logística de distribuição, é... de EPIs, de equipamentos oriundos do Ministério da Saúde, internos nosso, à nossa Diretoria de Logística, isso eu estava muito envolvida. As compras eram... a compra, né, as aquisições eram, é, uma das atribuições. É... nós tínhamos por um a... foi até um pedido da Secretaria de Administração, nós tínhamos é... que estar muito próximos da... dos entes dos sindicatos, então nós tivemos muitos problemas com os profissionais médicos afastados. Nós tínhamos uma rotina diária de informação aos sindicatos e à Secretaria de Administração de cada afastamento, de cada profissional, de cada uma das nossas unidades de saúde, qualificando qual é o motivo, a parte de contratação de recursos humanos. Obras: nós estávamos aprontando vinte leitos de UTI no Hospital Geral e Maternidade Tereza Ramos.

Então, várias frentes de trabalho, nós não estávamos exclusivamente na parte de compras. Cito aí: logística, aquisição, contratação de recursos humanos, informações aos sindicatos, enfim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Márcia, até me perdoe, eu quero entender até onde é a sua participação. A gente vê um esquema fraudulento, né, como eu bem falei aqui nas minhas palavras anteriores, mas o que eu quero entender é até onde foi a sua participação.

Em nenhum momento você, de repente, aqui eu estava olhando aqui que tem um processo de inegi... inegibi... inegili... meu Deus!

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Inexigibilidade

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Em nenhum momento você pensou em apresentar um processo como esse ou a Procuradoria-Geral do Estado?... Eu vou ainda um pouquinho além, né? Eu aqui, no dia que eu li o nome da empresa, eu pesquisei no Google. Lembra quando teve aquela foto que na frente era uma casa de massagem, e era irônico. Ou seja, o meu filho bota: “Oi, Google. O.k., Google”, e ele baixa os joguinhos dele, ele tem 4 anos.

Então, compra de uma empresa fantasma, a empresa não existe, na frente é um cabaré, é uma casa de massagem. Aí, de repente, passa por vocês, eu vejo inocência em você. Claro que você está ali, é uma funcionária de carreira, 30 anos de serviço, recebendo ordens, você fala e deixa claro que o Douglas faz pressão. O Secretário Helton e o — os ex-Secretários — Douglas, são os dois mandantes disso, um está jogando agora a bomba para o



outro, mas até onde é a sua parti... você, em nenhum momento você procurou a PGE, você... eu acho que ali seria o mínimo...

Você explicou aqui que era o momento de crise, eram momentos adversos, mas, poxa, no momento mais adverso o mínimo que a gente pode fazer é trabalhar com responsabilidade. Você em nenhum momento... ou na Procuradoria-Geral do Estado, ou pesquisou a empresa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Deputado, é, o senhor colocou muito bem a circunstância em que nós estávamos e a carga de trabalho em que nós estávamos submetidos. Este processo ele tramitou por várias áreas, desta área, dentro da diretoria de licitações com sistemas que fazem o cadastro dessas empresas. Então nós não questionamos nenhuma área, nós tínhamos pareceres jurídicos que foram, é, emitidos após a execução. Então assim, não, nós não paramos para questionar a atribuição de áreas que... ã... antecederam nessa tramitação do processo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Mas, Márcia, não lhe causou estranheza 33 milhões, a empresa pede apenas 50%, você tinha conhecimento disso?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim. Eles... na proposta...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Porque ao que tudo... ao que dá para entender para nós você tem a caneta poderosa, quem delibera, dá a canetada final. E a empresa pede 50% apenas do pagamento adiantado.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Na proposta, Deputado, estava exp... está expressa lá, é, forma de pagamento em numerário, é, integralmente antecipado, tem uma previsão integralmente antecipada.

Agora, eu gostaria só de fazer uma colocação, que é o que o Deputado colocou ali, é, esses, esses processo, a fragilidade dos processos onde se... a própria Secretaria de Administração sustenta: Não, isso é possível, isso não é frágil, isso é possível. A questão de baixar e depois dar *upload* numa peça já assinada, pra mim isso é muito frágil.

Se nós tivéssemos níveis de confirmação, por exemplo, níveis, você passa por aqueles níveis... esse processo de pagamento, se eu for pesquisar na tramitação dos processos, não tem a tramitação pra Márcia. Então assim, ele não foi tramitando para o usuário da Márcia. Se nós tivéssemos níveis: Olha, ele só segue pra liberação de ordem de pagamento com uma interferência ali, com um o.k., sabe? Níveis, de, de... isso ajudaria muito. Se ele não permitisse *upload* de uma peça assinada, ajudaria muito. Se não permitisse uma certificação com Márcia ou CPF, ajudaria muito. Então, esses níveis de *check* precisam ter.

Eu, enquanto, né, superintendente, como o Secretário Helton, como o Governador, eu exigiria que esses sistemas tivessem, sim, níveis de aprovação, porque hoje estaria fácil. Vocês veriam o nível de aprovação, o.k., não tem como dizer que não foi você, amigo. E você não tem isso hoje. Então, essas questões, é, nós podemos avançar, fica como uma sugestão pro futuro aí.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Ou seja, quando aquele processo de inexigibilidade, você não conseguiria... ou junto à PGE, ou fazer algum alerta, em nenhum momento você?... Porque é uma situação sem antecedentes, 33 milhões que se esvaíram, pagos adiantados e...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – SGA. Hoje, ainda hoje. Hoje, dia 2 de junho, é Superintendência de Gestão Administrativa. Pra chegar à PGE, literalmente, nós precisamos passar pela Cojur, do gabinete do Secretário Titular, pra ir até a PGE. Internamente nós não podemos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Para conclusão, dona Márcia.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...é... chegar. É tramita...



O SR. NELSON JULIANO SCHAEFER MARTINS – Apenas gostaria de deixar... pedir a vossa excelência que... permitisse que se deixasse claro que a servidora, depoente, já explicou que não foi ela que definiu, mas houve um arco que envolveu mais dezesseis servidores.

Então ela não tinha condições, naquele momento em que ela trabalhava dezoito horas por dia, submetida a uma série de pressões, fazer essa checagem, muito bem lembrada e advertida pelo Deputado Felipe, mas impossível nas circunstâncias em que ela vivia. Por isso que a defesa gostaria de pedir a vossa excelência e aos demais senhores Deputados, que compreendessem que a senhora Márcia não pode aqui depor tentando se justificar por uma coisa que nas circunstâncias era impossível fazer. Essa checagem não era atribuição dela.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Esta Presidência acata a observação do senhor.

Deputado Felipe Estevão, vossa excelência continua com a palavra.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, eu até achei importante aqui esclarecer, Márcia, porque é o questionamento que a gente ouve no dia a dia das classes empresariais: Mas, poxa, ela estava ali, tinha a caneta poderosa.

Então eu acho que é até uma oportunidade única, porque como eu falei, né, eu vi que eles centralizavam, você estava ali executando ordens, se limitou a cumprir o seu papel.

Mas, enfim, eu vou abordar outro assunto: A senhora não acha estranha a mudança no depoimento do senhor Helton? Porque uma hora ele lhe acusa, diz que você é a culpada e essa irresponsabilidade, ou esse crime, estava na sua mão; e aí, na sequência, ele muda esse depoimento. A seu ver, eu queria... gostaria de ouvir o que você tem a dizer sobre essa mudança súbita do ex-Secretário Helton.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, ele retornou ao Deic, se não me engano, após a minha entrevista do dia 05 de maio, foi logo após, né? Então ali ele deve ter refletido ou lembrado de alguma questão, seguramente.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – A senhora conhece a senhora Ivonice Campos?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Essa, esse contato da Ivonice Campos chegou para mim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Quem lhe indicou essa pessoa?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, eu não, não me lembro, foi bem no início. Mas eu... eu não sei se foi o Secretário Helton, mas foi de... de alguém assim. Não sei se foi algum Secretário ou do próprio Secretário Helton, eu não me lembro. Mas acho que foi...

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Qual é a finalidade da indicação dela?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – A finalidade da indicação dela seria a compra também na China, é... de EPIs, equipamentos, testes rápidos, o que a gente precisasse.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom, eu até não me aguento aqui, eu vou fazer uma pergunta final: Márcia, eu vejo uma mulher inteligentíssima, com informações sistemáticas, eu vi ali a forma que você anotou, que você está catalogando, lembra de datas precisas. Eu estou sendo muito questionado aqui nessa questão, até o Kennedy foi questionado lá, eu até achei cômica aqui a situação, porque a gente ficou um pouco preocupado, mas são quarenta Deputados que foram colocados em jogo e, ó, tem Deputado participando desse esquema, não é, desse negócio, eu não sei como pode definir isso.



E você é tão... Me perdoe...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...mas você é tão sistemática, tão inteligentíssima, vi que você lembra datas com precisão. E daí, de repente, o nome de um Deputado você não lembra?

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Não. Eu não... é... eu assumo compromisso com vocês: eu não sei quanto tempo os meus equipa... né, equipamentos, ficarão na... nos órgãos investigativos. Mas eu tão logo eu recupero eu assumo o compromisso com vocês de trazer a informação.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Bom...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – ...mas eu não me lembro e eu não... eu estou sendo muito franca com os senhores, espero que você acredite.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – Márcia –, agora vou só finalizar, Presidente –, eu realmente acredito aí na sua inocência, eu acho que você... foi uma tremenda injustiça, eu estou olhando as horas que você se submeteu aqui a essas perguntas, mas, claro, você estava ali...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É. Tranquilo.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...fez parte disso, isso é natural. Desejo verdadeiramente que tudo seja esclarecido...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...né, entre o Helton e o senhor Douglas, que para mim são os dois personagens principais nesse triângulo... até onde o Governador sabia, acho que é um desafio para esta CPI.

Desejo de coração que... deve ser um momento nebuloso aí na sua vida...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Muito.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ...um momento turbulento. Que Deus lhe abençoe, lhe dê graça, força, que tudo fique esclarecido, né?

E eu finalizo, senhor Presidente, parabenizando pela sua coragem. Eu achei que você teve peito, raça, coragem e fibra, né, como mulher, foi lá, se posicionou naquele momento, e eu acredito que as suas falas foram bem esclarecedoras, né, foi claramente mostra que o senhor Governador estava ali, ciente, dando o aval para os seus Secretários, que o senhor Douglas fazia... com a caneta aí do Moisés, poderosa, para que ele pudesse fazer essa pressão. Então desejo, verdadeiramente, que tudo se esclareça...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada.

O SR. DEPUTADO ESTADUAL FELIPE ESTEVÃO – ... e parabéns pela sua fibra e coragem.

Obrigado, senhor Presidente.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Obrigada, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Obrigado, Deputado Felipe Estevão.

Dona Márcia... Aliás, eu vou solicitar à assessoria que encaminhe correspondência a cada um dos quarenta Deputados, questionando em relação a essa situação. Porque na verdade quando o Deputado está aqui, representando aqueles que o honraram com seus votos ali, ele passa não mais a representar a sua pessoa, mas, sim, os seus eleitores, e agora aqui sentado, representando uma Casa. Isso é importantíssimo.

Então eu peço à assessoria que encaminhe correspondência a cada um dos gabinetes questionando qual dos Deputados que fez essa ligação, né, talvez a gente possa encurtar esse caminho antes que o equipamento da senhora fique disponibilizado para isso.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Eu só gostaria... eu só gostaria de deixar claro que este foi o processo vinculado ao passaporte, né...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Sim, mas é muito pertinente...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – Sim, sim. Só pra...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – ...porque até os Deputados elencaram ali também. Então, dessa forma a gente consegue até a encurtar esse caminho para que seja estendida a, o benefício de...

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É, se alguns dos Deputados lembrarem, talvez, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – É, talvez quem ligou se lembre.

Dona Márcia, eu vou dar aqui três minutos para a senhora fazer as suas conclusões finais e, respeitando esse tempo, a senhora muito colaboraria com a gente. Pode ficar à vontade.

A SRA. MÁRCIA REGINA GEREMIAS PAULI – É um tempo que eu vou utilizar pra fazer um agradecimento pra esses meus colegas que foram guerreiros também comigo.

Como eu coloquei, até o dia 28, é... de abril, nós estivemos trabalhando, e trabalhando muito. Então são... foram verdadeiros... é, guerreiros, né? Enquanto muitos estavam dentro do governo se estruturando para nos apoiar, nós trabalhávamos. Então nós sempre estivemos ali com um objetivo de aparelhar para salvar vidas.

Então gostaria muito de agradecer aos meus colegas servidores, que amanhã, se Deus quiser, retorno ao meu trabalho, e vamos propor aí um recomeço. Acho que nada é por acaso, eu estive ali, e... alguém teria que estar ali na SGA nesse momento, estive eu, mas vamos seguir em frente.

Obrigada pela oportunidade de tá aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Nós que agradecemos. Esta Presidência suspende a sessão por cinco minutos. Os senhores estão dispensados. Muito obrigado pela presença.

(A senhora Márcia Regina Geremias Pauli e os seus advogados deixam o recinto.)

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Senhores Deputados, público que nos assiste, dou por reaberta a reunião. Peço à assessoria que encaminhe o senhor Helton Zeferino, a próxima testemunha a ser ouvida.

(O depoente Helton de Souza Zeferino adentra o recinto com os seus dois advogados e sentam-se no local indicado pela assessoria.)

Boa noite, senhores. Boa noite, senhor Helton. Senhor Helton Zeferino, o senhor sabe por que foi convidado para fazer parte desta reunião aqui?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – O senhor assume o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, no âmbito desta Comissão acerca dos fatos que lhe forem perguntados sob pena de concorrer ao crime de falso testemunho?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Lembrando ao senhor que na condição de testemunha compromissada, ainda detém o direito de permanecer em silêncio. Todavia, peço ao senhor que seja claro ao dizer: Prefiro permanecer em silêncio. Até porque o silêncio não é indicativo de resposta.

Para que as nossas taquígrafas possam fazer o registro, eu vou pedir ao senhor que fale o nome completo, data de nascimento, o seu local de trabalho e o endereço completo do senhor.

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Helton de Souza Zeferino, nascimento em 20 de março de 75. Local de trabalho, é, estou lotado atualmente no



Comando-Geral do Corpo de Bombeiros. Residente e domiciliado à Rua Francelina Domingos de Jesus, número 520, é, cidade de São José.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Muito obrigado. Solicito aos advogados do senhor, tem um microfone ali em cima para utilização, que fale o nome, número da OAB e a UF da OAB.

O SR. NOEL BARATIERI – Então, boa noite, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Boa noite.

O SR. NOEL BARATIERI – Meu nome é Noel Baratieri, OAB 16462, aqui de Santa Catarina.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – Por gentileza.

O SR. MAICON JOSÉ ANTUNES – Boa noite, senhoras e senhores, sou o advogado Maicon José Antunes, minha OAB é 39011, de Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Estadual Sargento Lima) – A Presidência passa a palavra ao Relator. Deputado Ivan Naatz, vossa excelência com a palavra.

O SR. RELATOR (Deputado Estadual Ivan Naatz) – Boa noite, Helton, doutor Helton, né? Boa noite, senhores doutores advogados. Obrigado pela paciência de terem esperado até agora para conversar conosco, porque o nosso objetivo é sempre compreender o que aconteceu de verdade.

Também é uma oportunidade que o senhor tem neste momento de conversar com Santa Catarina, explicar sua versão dos fatos. Queria muito que o senhor colaborasse com a CPI para que a gente pudesse identificar o que de fato aconteceu, e eu vou repetir o que disse para Márcia: o nosso objetivo também é encontrar nesse processo uma forma de criar mecanismos para que coisas dessa natureza não aconteça mais no Estado de Santa Catarina.

Eu queria perguntar o seguinte: O senhor era o Secretário da Saúde naquele período da compra... da instalação do... do processo de pandemia, né, desde o decreto emergencial até o decreto de pandemia, o senhor participou de todos esses processos.

O senhor fazia *lives* direto com o Governador, eu vi o senhor conversando com o Governador diretamente todos os dias, nessas comunicações que o Governador fazia o senhor estava ao lado do Governador em todo esse período. Eu queria que o senhor começasse a conversar conosco explicando quais as orientações que o Governador do Estado passou para o senhor, para a sua Secretaria, a respeito das compras emergenciais.

Nós íamos entrar num processo, né, de compras diretas de um processo que o Brasil inteiro já estava vendo que estava dando problemas, manchetes de compras com problemas pelo Brasil afora. Qual foi a orientação que o Governador do Estado deu para o senhor relativamente às compras que a Secretaria ia fazer?

O SR. HELTON DE SOUZA ZEFERINO – Bom, boa noite, Deputado.

Eu acho importante nós destacarmos pra todos que nos assistem, até para que nós tenhamos a oportunidade também de apresentar ao povo de Santa Catarina, é... a versão daquilo que aconteceu desde o início do enfrentamento da pandemia dentro do Estado de Santa Catarina.

É, diferentemente do que, é, todos os senhores... que aqui nós temos, é, ex-Secretários de Estado, temos ex-Prefeitos municipais. É, diferentemente do que os senhores já tenham vivenciado, enquanto gestores públicos, nas suas pastas ou nas suas cidades, é, nós vivemos... ou passamos a viver um momento que era *sui generis* dentro da história mundial.

Isso fez com que o Estado de Santa Catarina, e não foi diferente nos outros Estados, é, nós tivéssemos lá no início da primeira, da segunda quinzena de março, que foi quando efetivamente nós começamos os trabalhos de enfrentamento da pandemia dentro do